

EXPOSIÇÃO

ALVORADA

E REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA
EM PONTE DE LIMA
1974 – 1976

ALVOROÇO.



ALVORADA E ALVOROÇO.

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA
EM PONTE DE LIMA
1974 – 1976



Ponte
de Lima



ALVORADA E ALVOROÇO.
REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA
EM PONTE DE LIMA
1974 – 1976

Investigação e produção de conteúdos → José Carlos Loureiro

Apoio à produção e coordenação técnica → Paulo Barreiro de Sousa,
Ana Carneiro, Cristiana Freitas

Design gráfico → Moodystudio

Edição → Município de Ponte de Lima

Data de edição → 2025

Depósito legal → ?

ISBN → 978-989-9215-06-1

ÍNDICE

Introdução

→ **05**

Ponte de Lima antes
da Alvorada

→ **09**

Das Primeiras
Manifestações em
Liberdade ao 28 de
Setembro

→ **29**

Celebrar a Alvorada

→ **37**

Liberdade de Imprensa

→ **41**

Pluralismo Político

→ **45**

Votar nas Eleições
Fundadoras

→ **57**

Revolução e
Radicalização Política

→ **67**

Desenvolver

→ **81**

Cultura e Educação

→ **85**

Livros, Cinema e Teatro
em Tempo de Liberdade

→ **97**

Questões Sociais

→ **103**

O Ciclo Festivo em Tempo
de Revolução

→ **109**

Democratizar

→ **115**

INTRODUÇÃO

Assim como o catálogo que conserva entre as mãos não é uma história do processo revolucionário em Ponte de Lima, entre 1974 e 1976, também a exposição que lhe deu origem não esgota o acervo documental que a sustenta, nem apresenta toda a informação coligida em diferentes fontes. Exposição e catálogo complementam-se, mas o seu conjunto não resulta numa versão concludente da história deste interpelante e fascinante período da contemporaneidade portuguesa. Várias razões podem ser invocadas para que afirmemos que estamos somente na presença de um contributo para o conhecimento das vivências desta época no concelho de Ponte de Lima. Não querendo maçar o visitante e o leitor, deixaremos breves notas sobre as opções tomadas na construção destas duas materializações – exposição e catálogo –, que permitem compreender o itinerário proposto.

Em primeira instância, a exposição foi delineada procurando enfatizar todos os acontecimentos e elementos documentais que pudessem estar relacionados com Ponte de Lima. O riquíssimo acervo de documentos de cariz efémero que se encontra depositado na Biblioteca Municipal de Ponte de Lima, que esteve na origem deste projeto, permite a elaboração de outros roteiros expositivos e sustentar vários estudos sobre a evolução dos acontecimentos políticos e sociais entre a véspera da Revolução e as eleições de 1976. Reconhecida a sua relevância nacional, procurou-se concentrar a atenção nos elementos que pudessem *falar* do local ou contribuir para o enquadramento e a compreensão dos factos que decorreram no concelho de Ponte de Lima e na região limítrofe. Assim, o percurso expositivo e o texto deste catálogo entre-

laçam o fio dos acontecimentos nacionais com a linha dos sucessos locais, tecendo um pano composto de afinidades eletivas, num quadro de possibilidades aberto pela documentação consultada.

Os historiadores reconhecem, há muito tempo, que “*os relatos do passado variam de acordo com a voz que os narra*”¹. Assume-se, portanto, que é insuficiente a elaboração de um alinhamento cronológico dos documentos e dos acontecimentos, bem como a construção de uma narrativa apenas neles alicerçados. Na verdade, como afirma H.I Marrou, “*nenhum documento, por si mesmo, prova de maneira indiscutível a existência de um facto*” (1974, p. 114). Da mesma forma que “*nenhum acontecimento se destaca por si mesmo dos outros acontecimentos*” (Schaff, 2000, p. 191). É a ação de quem o seleciona e valoriza que o faz sobressair, adquirir significado. Por se considerar insuficiente registar e apresentar os documentos e os factos a eles associados, consultaram-se outras fontes, mormente as existentes no Arquivo Municipal de Ponte de Lima. Dessa forma, foi possível *escutar* outras vozes, o que viabilizou, em algumas circunstâncias, uma abordagem multiperspectivada sobre os mesmos acontecimentos. Por outro lado, a triangulação documental permitiu reunir uma quantidade de informação factual fidedigna que compaginada com a produção historiográfica consolidou o discurso narrativo.

A exposição e o catálogo suscitarão diferentes leituras. A subjetividade é inescapável, quer ao seu produtor quer ao(s) seu(s) recetor(es). Não se pode esperar do discurso assente na história e nas ciências sociais uma visão rigorosamente imparcial e objetiva. Será uma ilusão confiar que todos os visitantes e leitores partilharão uma mesma leitura dos conteúdos escritos e iconográficos publicados. A experiência de vida individual e o conhecimento adquirido são camadas de uma estratigrafia que produz um substrato diferente ao acolhimento do que cada um vê

e lê. Existe, porém, um facto e verdade “*teimosamente independente de nós*” (Frankfurt, 2017, p. 84), de que nos aproximamos pela acumulação e consolidação de verdades parciais, construídas intersubjetivamente. Quer isto dizer que quem vê e lê esta exposição e catálogo é, também, um construtor de sentidos.

O período histórico que medeia o golpe militar de 25 de abril de 1974 e a realização de eleições no quadro da Constituição de 1976 é caracterizado por uma sucessão inusitada de ocorrências. Procuramos não ficar extasiados e enredados na superfície espúmea dessa catadupa. Logo, justifica-se que não tenhamos seguido uma linha estritamente cronológica, adotando em vários momentos uma abordagem que acentua algumas temáticas que emergiram ao longo do processo heurístico, entre as quais, a questão da liberdade de imprensa, da emancipação feminina, do associativismo, da emergência de novas formas de relações com o livro, o cinema e o teatro. Em suma, não nos restringimos a uma análise do processo político, mas procuramos destacar algumas questões sociais e culturais que ressaltaram da análise das fontes e que traduzem mudanças operadas após a madrugada de Abril.

Acrescentemos duas ideias que estiveram sempre presentes na produção desta exposição. Por um lado, compreender (e auxiliar a compreensão pelo visitante e leitor) um período fulcral da nossa história, recusando “dar lições” ou moralizar. Evitam-se os adjetivos e os juízos. Por outro lado, memorar o 25 de Abril para além das vivências afetivas e emocionais relacionadas com a alvorada do “*dia inicial inteiro e limpo*” (Sophia de Mello Breyner) e o processo revolucionário, tantas vezes alvoroçado, do qual brotou a democracia portuguesa.

Uma memória que se queira justa não admite a prescrição. Por isso, lançamos um apelo à conservação e partilha de documentos. As fo-

tografias, as cartas, os manuscritos diversos, os cartazes e outros impressos, as gravações audiovisuais, para apenas nomear alguns casos, são memórias que convém conservar e legar, mesmo que, nas circunstâncias atuais, as considere de pouco valor e prescindíveis. Esse manancial é a matéria-prima do historiador, indispensável à produção de conhecimento, à compreensão e explicação do passado. Consequentemente, o arquivo e a biblioteca são os seus melhores preservadores.

Cinquenta anos depois da alvorada do 25 de Abril e do alvoreço dos tempos revolucionários é tempo de cultivar a memória – despertar lembranças e resgatar o esquecido – e construir a História – compreender e explicar o que já foi –, como condição necessária à projeção do nosso futuro coletivo e de uma democracia que não ceda os direitos fundamentais, as liberdades públicas e a justiça social.

PONTE DE LIMA ANTES DA ALVORADA

ASPETOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO CONCELHO (1960-1974)

Em 1966, somente 8 freguesias do concelho de Ponte de Lima têm acesso total ou parcial à distribuição de energia elétrica. As restantes, no dizer de António José Brás Regueiro, deputado na Assembleia Nacional, “*vivem nas trevas a partir do pôr do Sol*”². Alguns anos antes, em 1962, o correspondente da freguesia de Moreira do Lima, no jornal *O Lima*, afirma que o concelho está “*atrasadíssimo (...) em abastecimento domiciliário de água ou fontenários públicos e distribuição rural de energia eléctrica*”, manifestando, porém, “*confiança nas (...) autoridades superiores*”³. Nesse mesmo ano, nas cerimónias de receção ao Ministro das Obras Públicas, realizadas no Consistório da Santa Casa da Misericórdia, o presidente da Câmara Municipal “*manifestou o seu desgosto pela lentidão com que se estava fazendo a eletrificação do concelho*”, considerando que, a manter-se o ritmo, seriam precisos 46 anos para alcançar a eletrificação total do país⁴.

Em Ponte de Lima, no ano de 1966, à semelhança do que acontecia um pouco por todo o país, 94% dos partos sucedem no domicílio. Destes, 83,6% sem qualquer assistência médica ou de parteira. No distrito de Viana do Castelo os partos em estabelecimento hospitalar

correspondem a 11,2% do total, sendo que a taxa dos natimortos é elevada (9,6%)⁵.

No início da década de 1970, a vila de Ponte de Lima reúne 600 fogos, dos 11.795 existentes no concelho⁶. Entre os anos 60 e 70, o número de nascimentos e a população do município tendem a diminuir. O concelho é predominantemente rural, praticando-se uma agricultura tradicional, adstrita a propriedades de pequena dimensão. A área concelhia é a maior produtora de vinho e azeite do distrito. As culturas do milho e da batata são preponderantes, colhendo-se reduzida quantidade de trigo e aveia⁷.

De acordo com os censos, em 1970, 25,6% dos portugueses são analfabetos; uma em cada três mulheres não sabe ler e escrever. Não obstante o adensamento da rede escolar, a criação da Telescola (1964), o alargamento da escolaridade obrigatória e o aumento do número de alunos e professores, particularmente sentido nos anos 60, mantém-se uma taxa de analfabetismo elevada, a maior entre os países do sul da Europa. No concelho de Ponte de Lima apenas 12% dos alunos matriculados no ensino primário são aprovados no exame da 4ª classe⁸. No ano letivo de 1972/1973 o concelho possui 121 escolas do ensino primário, onde lecionam 188 professores. Estão matriculados 6.237 alunos. Na época, a escolaridade obrigatória era de seis anos, resultado do progressivo aumento de anos verificado desde o final dos anos 50, todavia apenas 4 crianças em cada 100 obtêm passagem à 5ª classe⁹. As condições materiais das escolas são débeis. A direção do Distrito Escolar pede à Câmara Municipal que tome providências para fornecer energia elétrica e assegurar o aquecimento das escolas do concelho. Tomando conhecimento dos custos a suportar para aquecer os estabelecimentos de ensino (fosse recorrendo ao “*aquecimento a gas Cidla*”, ao “*gas por sala*” ou aos fogões a lenha), assevera não ter condições

para promover este melhoramento¹⁰. No mesmo ano em que se discute esta questão, a edilidade solicita um estudo para o abastecimento de água à totalidade das freguesias, uma vez que, praticamente só a vila dispunha desse serviço¹¹.

No ano anterior à revolução do 25 de Abril, o distrito de Viana do Castelo detém, de acordo com as estatísticas oficiais, 7795 aparelhos de televisão. Mais do que a televisão, os principais meios de informação e entretenimento são a rádio e o cinema. O distrito usufrui apenas de duas bibliotecas, com mais de 5000 volumes, e de um museu abertos ao público¹².



FIGURA 1
Evolução dos
nascimentos e
óbitos no concelho
de Ponte de Lima
(1960-1975)

INE. *Estatísticas
demográficas,*
1960-1975.

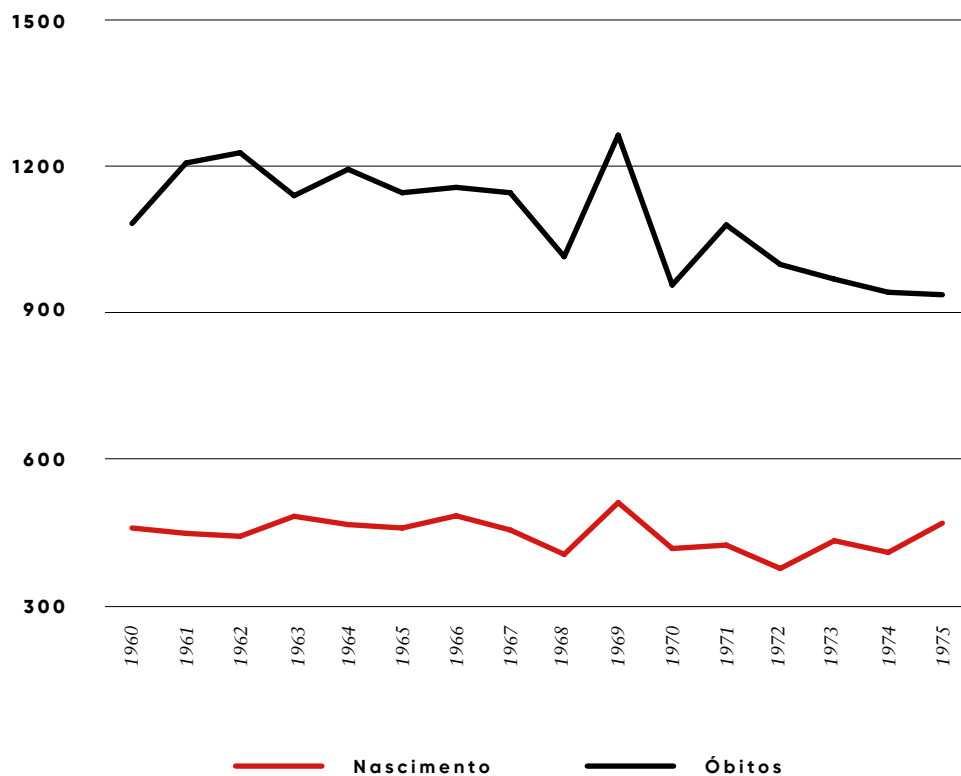




FIGURA 2

Ponte de Lima
reunia, no início
da década de 1970,
600 fogos.

NORTON DE MATOS E A OPOSIÇÃO AO REGIME SALAZARISTA

Nascido em Ponte de Lima, em 1867, o General Norton de Matos é candidato às eleições presidenciais de 1949, contra o pretendente afeto ao regime, Marechal Óscar Carmona (1869-1951). Com o fim da II Guerra Mundial e a vitória das democracias liberais, o ambiente internacional afigura-se propício aos opositoristas. A nível interno, congregam-se vontades e apela-se ao recenseamento de todos os democratas. Não obstante a notória simpatia pela candidatura entre a sociedade portuguesa, Norton de Matos anuncia a desistência, a três dias do ato eleitoral, por verificar que não estavam reunidas condições

para a realização de eleições livres. Abre-se um período de repressão aos signatários das listas e aos apoiantes da candidatura, muitos ligados ao ilegalizado Movimento de Unidade Democrática (MUD)¹³, que redundou na prisão e na demissão de cargos públicos (Lemos, 2019, p. 143). No dizer do historiador Fernando Rosas, “*a desistência eleitoral da oposição vai abrir um longo período de refluxo e divisão das suas forças, até às eleições presidenciais de 1958*” (Rosas, 1994, p. 408). A figura de Norton de Matos fica indelevelmente associada à oposição democrática, por agregar diferentes grupos e sensibilidades políticas. Por isso, a sua ação será recordada pelas forças oposicionistas noutros momentos da vida política, antes e depois do 25 de Abril de 1974. Foi o caso das eleições de 1961. No dia 1 de novembro daquele ano, a oposição realiza uma romagem “*silenciosa e de flores*”¹⁴ à sua sepultura, no cemitério de Ponte de Lima. As forças afetas ao regime salazarista, numa época em que a questão colonial dominava a opinião pública, preferem acentuar o pensamento patriótico do general limiano, recordando que defendera a integridade dos territórios ultramarinos e a sua inalienável união à metrópole. Nesse sentido desconsideram aquela iniciativa e salientam que as ideias de Norton de Matos “*definem o homem melhor do que as suas ideias de partido político*”¹⁵. A mesma perspetiva surge no ano seguinte quando um grupo de colaboradores e admiradores do General se desloca a Ponte de Lima para o homenagear, por ocasião do 50º aniversário da fundação da cidade Nova Lisboa, designação oficial da atual Huambo (Angola). Rodrigo Luciano de Abreu Lima, primeiro signatário da mensagem, apresentará na reunião camarária uma moção em homenagem “*à gloriosa figura de colonialista*”, destacando a sua ação de estadista. O edil complementarmente a mensagem, referindo que Norton de Matos “*como político foi homem com as ideias de seu tempo*”, pelo que “*sob esse aspecto o devemos considerar ultrapassado*”. Contudo, ressalta o patriotismo como “*encarou a unidade da Nação com as suas províncias do Ul-*

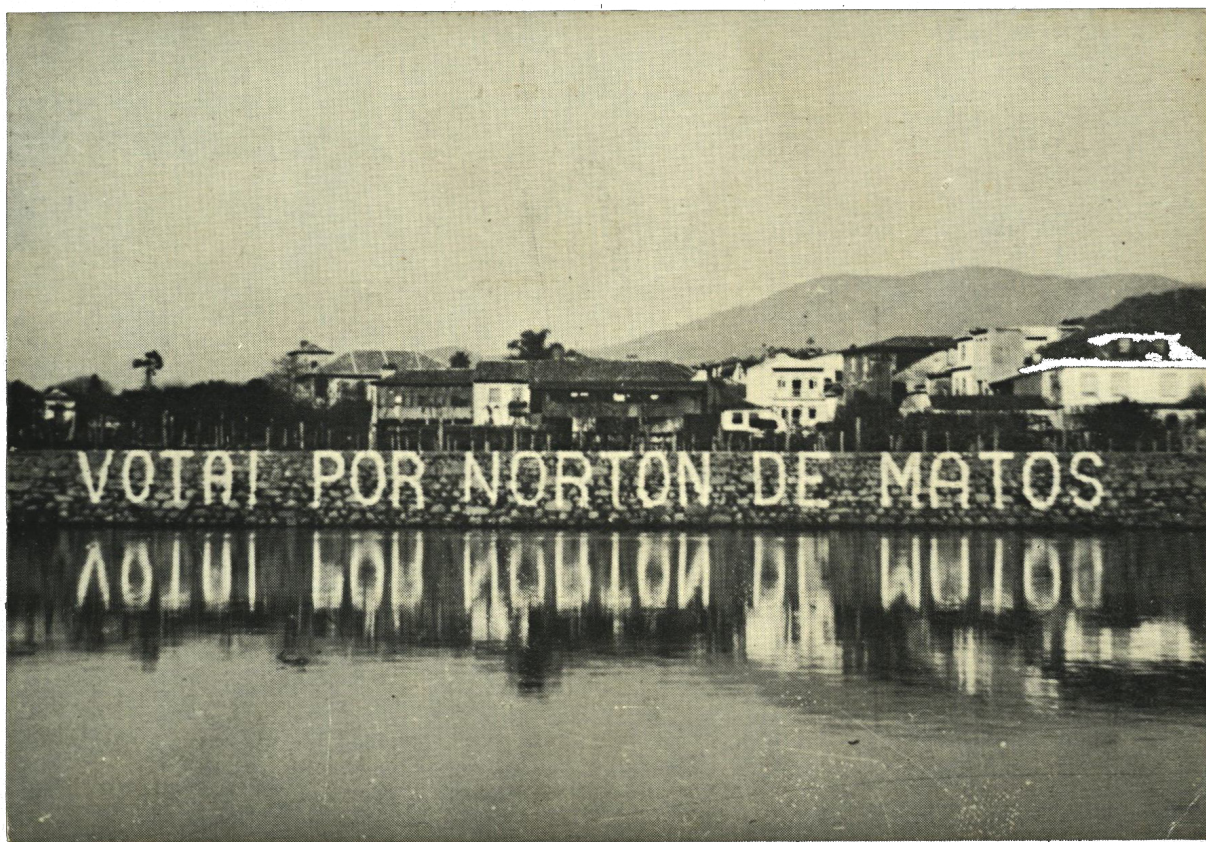


FIGURA 3
Propaganda
eleitoral a
Norton de Matos
(Arcozelo, 1949)

Postal Ilustrado.
Edição de A. Castro
(Ponte de Lima).

tramar". Para o Coronel Sousa Machado, a mocidade coeva, "*sob a ação enérgica e firme do Governo*" estava "*a cumprir esse testamento político*", batendo-se heroicamente em Angola¹⁶.

Em 1966 voltar-se-á a identificar a mesma ambivalência em torno da figura de Norton de Matos, quando o deputado António Ferreira da Cruz recorda o bicentenário do seu nascimento, num discurso na Assembleia Nacional, que será interrompido pelo aparte "*Não apoiado!*" de António Santos da Cunha, deputado eleito pelo círculo de Braga¹⁷.



FIGURA 4

Manifestação de apoio ao general Norton de Matos.
AMPL

ELEIÇÕES E ELEITORES (1961-1973)

As eleições para a Assembleia Nacional de 1961, cujo sufrágio decorre no dia 12 de novembro, são as primeiras realizadas depois do início da Guerra Colonial e não contam com uma lista da oposição. Esta desiste por considerar que não estão reunidas as condições para a realização de eleições livres¹⁸. Os resultados publicados na imprensa local dão nota da elevada participação no concelho de Ponte de Lima, com exceção das freguesias de Fornelos, Arcozelo e Ribeira. Estas duas últimas, no dizer do articulista do jornal *O Lima*, são “aquelas onde se presta mais ouvidos às prédicas vindas da Rússia”¹⁹. Na verdade, em 57,8%

das 38 assembleias eleitorais a percentagem de votos entrados foi superior a 80% dos inscritos²⁰. Deve, porém, notar-se que o número de arrolados era habitualmente reduzido.

Em dezembro de 1961 é publicado o Edital de Recenseamento Eleitoral no jornal *O Lima*. São eleitores “*os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português*”. Os iletrados só podem ser eleitores caso paguem 100\$00 de imposto ao Estado. Para exercer o voto, as mulheres tinham de possuir como habilitação mínima um curso liceal ou superior ou ser chefes de família. Na verdade, o regime salazarista é o primeiro a conceder o voto às mulheres para a Assembleia Nacional, o que viabiliza a sua presença no hemiciclo desde 1935, embora em número muito reduzido – nos 39 anos de existência da Assembleia Nacional houve 22 mulheres deputadas, o que representa 3,3% do total dos deputados (Braga, 2015, p. 33)²¹. Em oito pontos do referido Edital são excluídos diversos cidadãos, entre outros, os “*que professem ideias contrárias à existência de Portugal como estado independente e à disciplina social*” e “*os que notoriamente careçam de idoneidade moral*”²². Embora os atos eleitorais decorram com a regularidade prevista constitucionalmente, não eram livres e representativos. Em consequência das condições em que decorre a eleição de deputados à Assembleia Nacional, na legislatura iniciada em 1961 a câmara será composta só por candidatos da União Nacional (UN).

Quando se realizam as legislativas de 1965 conservam-se vivas as memórias da agitação estudantil de 1962, o início da luta armada na Guiné, a constituição da Ação Socialista e o desaparecimento de Humberto Delgado (1906-1965). Os candidatos da oposição lutam para que se ouçam “*algumas vozes na Assembleia Nacional que encarnem o protesto da Nação*” (Lemos, 2019, p. 262), mas na ausência de condições mínimas retiram as candidaturas.

Em 1969, nas primeiras eleições realizadas pelo novo Chefe de Estado, Marcelo Caetano (1906-1980), a vitória será atribuída em todos os círculos à União Nacional (Lemos, 2019, p. 289)²³. Goradas as expectativas abertas pela chamada “primavera marcelista”, o país volta a eleições em 1973. Pelo círculo de Viana do Castelo são eleitos os deputados da Ação Nacional Popular (ANP) José de Almeida, José Luís Nogueira de Brito, António Vítor Ferreira Brochado e Júlio Alberto da Costa Evangelista²⁴. No concelho de Ponte de Lima foram recenseados 9673 eleitores, tendo entrado nas urnas 8755 votos, correspondente à taxa de participação de 90,5%, valor ligeiramente superior ao registado a nível distrital (86,8%)²⁵. Os resultados são os habituais, mas no país consolidam-se os movimentos oposicionistas e dos militares, defensores da democratização da vida política nacional.

A CENSURA

A Biblioteca dos Serviços de Censura do Estado Novo inclui os livros examinados pelos censores entre 1934 e 1974. Neste conjunto de obras constam cinco publicações dos Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos (1949), designadamente a coletânea de discursos intitulada “Às mulheres de Portugal”; a publicação “Para onde nos leva a política económica do governo?”; o estudo crítico sobre o ensino profissional, industrial e comercial; os volumes sobre a campanha eleitoral da oposição e uma nota relativa aos direitos e deveres dos delegados eleitorais. Os três últimos livros foram proibidos. Integram a mesma biblioteca, as edições de autor “Os dois primeiros meses da minha candidatura à presidência da República” (2ª edição, 1949) e “Mais quatro meses da minha candidatura à Presidência da República” (1949), que tendo sido avaliados pelos censores foram autorizadas²⁶. Ainda de Norton de Matos, podemos encontrar na Biblioteca



FIGURA 5
PÁGINA SEGUINTE
Secção de voto no
liceu D. Filipa de
Lencastre (Lisboa),
nas eleições para
a Assembleia
Nacional, em 1969.
Fundação Mário
Soares e Maria
Barroso, Arquivo
Mário Soares, Pasta:
06786.001.073.





dos Serviços de Censura o conjunto de livros autorizados “Memórias e trabalhos da minha vida” (1944-1945) (Seiça, 2022).

A censura conserva nas estantes, igualmente, o livro “Poesias” de Teófilo Carneiro (1891-1949), impresso na Tipografia Guimarães, de Ponte de Lima. O censor considerou estar na presença de “*versos mais ou menos líricos ou amorosos, mas sem qualquer inconveniente – sob os pontos de vista político ou moral*”²⁷, por isso o livro é autorizado.

As publicações periódicas são, também, visadas pela censura. Para António Oliveira Salazar o jornal era “*o alimento espiritual do povo*” e, como tal, “*deve ser fiscalizado como todos os alimentos*” (Ferro, 1933, p. 48). No Arquivo Municipal de Ponte de Lima conserva-se o recorte de uma notícia publicada no jornal *República*, sobre a preparação da campanha de Norton de Matos, que foi cortada pelos serviços de censura. A revisão prévia dos conteúdos era uma prática obrigatória, tendo acontecido, por exemplo, nas edições de *O Anunciador das Feiras Novas*, de 1947 e 1948 (Loureiro, 2024), e nos jornais locais *O Lima* e *Cardeal Saraiva*. A inscrição “Visado pela Comissão de Censura” (e a partir de 1972, “Visado pela Comissão de Exame Prévio”) era a face visível de um processo de supressões de tudo o que o censor pudesse entender que pervertia a opinião pública.

No âmbito da censura teatral, a peça de Salvato Feijó (1878-1959), nascido em Ponte de Lima, intitulada “*Aí vai disto...: revista de costumes locais em um acto de treze quadros*” (1938) foi aprovada com cortes.

São suficientes estes exemplos para sustentar que “*a censura foi o húmus de uma cultura política discricionária, arbitrária e autoritária*” (Barros, 2023, p. 236), constituindo uma das mais eficazes e poderosas instituições do regime.



FIGURA 6

As três primeiras mulheres deputadas em Portugal, Domitila Miranda de Carvalho, Maria Cândida Parreira, Maria Baptista Guardiola, eleitas em 1934, acompanhadas pelo deputado António Almeida Pinto da Mota, na Sala das Sessões da Assembleia Nacional.

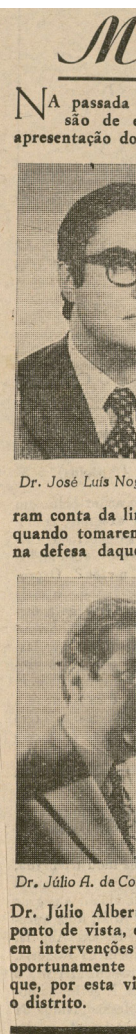
ANTT, *Empresa Pública Jornal O Século*, Álbuns Gerais n.º 33, doc. 0050J, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0033/0050J.



FIGURA 7

Em 1973 são eleitos pelo círculo de Viana do Castelo os deputados da Ação Nacional Popular José de Almeida, José Luís Nogueira de Brito, António Vítor Ferreira Brochado e Júlio Alberto da Costa Evangelista.

Cardeal Saraiva, 19.10.1973



omemento Eleitoral

segunda-feira realizou-se uma sessão de esclarecimento ao eleitorado e de apresentação dos candidatos a deputados por este círculo da lista da Acção Nacional Popular — que outra não há, como é sabido.



Dr. José de Almeida

São eles, conforme já noticiamos, o Dr. José Luís Nogueira de Brito, Dr. António Vitor Ferreira Brochado, Dr. Júlio Alberto da Costa Evangelista e Dr. José de Almeida.

A sessão decorreu com brilho, nela usando da palavra os referidos candidatos que de-

nhá de rumo que se propõem seguir em assento na Assembleia Nacional, pela soma de valores que caracterizam o Estado Social preconizado por Marcelo Caetano.



Dr. António Vitor F. Brochado

Todos os candidatos oferecem credenciais de inteireza intelectual e moral de molde a prever-se que com prestígio e êxito se haverão no supremo auditório legislativo no trato dos problemas nacionais e como porta-vozes das aspirações do eleitorado que nelas vai votar.

Esclareceu o Dr. José de Almeida o papel do deputado será, mais que em S. Bento, penetrar silenciosa e nos Gabinetes dos Ministérios e a, muito já se há conseguido para

Falou o Dr. José de Almeida do problema do Ultramar e o Dr. António Vitor Ferreira Brochado bordou interessantes e pertinentes considerações sobre o progresso em paz que se propõe o Governo de Marcelo Caetano.

Falou, por último, o Dr. José Luís Nogueira de Brito que depois de se referir ao Presidente da Câmara, Dr. Aníbal Moreira e Director deste jornal, salientou a sua afeição por esta terra donde os seus familiares são originários, quanto os seus problemas lhe merecem o maior interesse nesta hora alta em que se vê catapultada em progresso nos horizontes do seu futuro, terminando por evocar o General Norton de Matos como inolvidável obreiro do Ultramar.

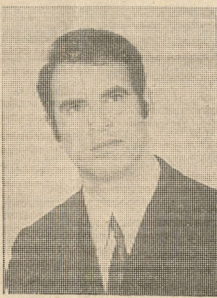
Cumprir registar o tom comedido e de muita objectividade com que todos os oradores se pronunciaram, merecendo-nos o devido apreço esse realismo saudável do qual estiveram ausentes promessas vãs.

A assistência teve para com os oradores quentes manifestações de aplauso, cumprimentando-os no fim da sessão.

Resta-nos formular votos de que, ao encerrar o mandato, se sintam realizados em tão complexa missão quer como deputados da Nação que o são em primeiro lugar quer como núncios das gentes desta região que, nessa expectativa, certamente acorrerão às urnas em número digno de registo.



Dr. António Vitor F. Brochado



Dr. José de Almeida

POESIAS

de

Teófilo Carneiro

VISADO
PELA
COMISSÃO DE CENSURA

República

6479 — 16-11-1948

General Norton de Matos

O nosso querido amigo, prestigioso militar e eminente democrata sr. general Norton de Matos, que há poucos dias regressou de Ponte de Lima, reuniu ontem, de tarde, na sua casa, as individualidades que constituem a Comissão dos Serviços Centrais da Candidatura.

O sr. general Norton de Matos fez uma larga exposição acerca da actividade que nos últimos tempos tem desenvolvido, em relação à sua candidatura à Presidência da República.

Informou, ainda, que havia enviado ao Presidente Truman o seguinte telegrama de felicitações:

«Na qualidade de candidato à Presidência da República, pela oposição democrática, saúdo em V. Ex.ª, Presidente eleito da grande nação americana uma das mais grandiosas e oportunas manifestações populares em favor da paz do mundo».

Finalmente, foram trocadas largas impressões sobre os trabalhos de organização e preparação dos serviços gerais da candidatura.

[Handwritten signature]



FIGURA 8

Capa do livro *Poesias*, de Teófilo Carneiro (1891-1949), 1952.



FIGURA 9

Artigo visado pela Comissão de Censura, publicado no jornal «República» (1948), sobre a reunião da Comissão dos Serviços Centrais da Candidatura de Norton de Matos.

AMPL

UMA GUERRA QUE SE ETERNIZA

Entre 1963 e 1974 morrem mais de quatro dezenas de combatentes naturais de Ponte de Lima, no contexto da Guerra Colonial (1961-1974). Nas edições de maio de 1962, o jornal *O Lima* anuncia a partida de muitos recrutas da freguesia de Fontão para as unidades do Porto, Figueira da Foz e Vila Real²⁸, reconhecendo que “a Nação está a fazer no Ultramar” um esforço militar que atingia “proporções como nunca antes se verificou”. Considera-se que esse empenho apenas teria sucesso se houvesse uma “retaguarda sólida, fecunda e progressiva” que atuasse “dentro dos princípios que informam a Revolução Nacional”²⁹. No mês seguinte, o mesmo jornal publica, na primeira página, as palavras proferidas pelo Ministro do Interior, Santos Júnior, sobre o conflito armado. Para este membro do governo “a guerra que se move em todas as frentes, no exterior e no interior, em todos os campos – político, social, económico, religioso e moral – é uma guerra total que procura pôr em perigo a própria sobrevivência nacional”³⁰. Por não desejarem participar no esforço de guerra ou por pretenderem melhorar as suas condições de vida, centenas de habitantes do concelho emigram, uns legalmente, outros cruzando a fronteira “a salto”.



FIGURA 10
Evolução da
emigração no
concelho de Ponte
de Lima (1960-
1975)

INE. *Estatísticas
demográficas,*
1960-1975.

Emigrantes



O esboroar do Estado Português da Índia inicia com a invasão de Goa, em dezembro de 1961. Por essa ocasião, a vereação camarária de Ponte de Lima, presidida pelo Coronel Alberto de Sousa Machado, lavra em ata um protesto contra o ataque e a Organização das Nações Unidas (ONU) – que é qualificada de “*inútil*” e “*nociva*”, considerando-se que “*em face da total falência relativamente ao fim para que foi criada, não tem razão de existência*” –, bem como, um lamento pela inação dos aliados portugueses, mormente a Inglaterra e os Estados Unidos da América³¹. Poucos dias depois, na sequência de um debate sobre a situação em Angola, Portugal abandonaria a Assembleia Geral da ONU e via adotada uma resolução que reprovava a ação armada encetada pelo governo português contra aquele povo. O conflito armado no continente africano prolonga-se sem se vislumbrar uma saída no teatro de guerra nem se encontrar uma solução política que engendrasse o seu término. A questão colonial conduz ao adensar da crise do regime, dos problemas financeiros e da insatisfação entre a oficialidade intermédia.



FIGURA 11
Viúva recebe
condecoração do
marido, galardoado
a título póstumo.

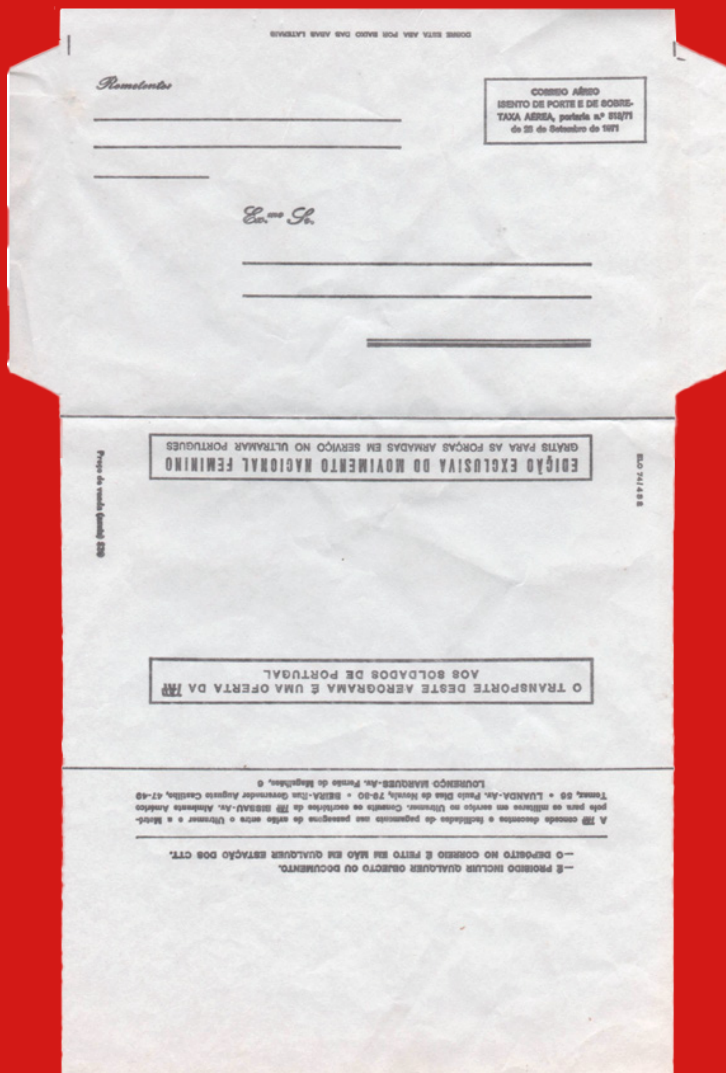
Revista Flama,
Arquivo de
Fotografia de Lisboa
– CPF/MC; SNI/
RP/03-6506/14418





FIGURA 12

Aerograma do Movimento Nacional Feminino, destinado à troca de correspondência com os militares portugueses.



Os portugueses não deslustram os antepassados guerreiros e descobridores que trouxeram a civilização até estas terras desertas. Não podemos perder um palmo desta nossa Província, porque se o deixássemos perder, atrás deste, iriam tantos outros como Moçambique, Guiné, Macau, etc. Mas por enquanto, ainda há portugueses, que dão bem o sinal de sua presença, nas cinco partes do Mundo. Viva Angola! Viva Portugal!

Carta de António Viana de Barros
(1º cabo, nº 1016/60, Angola)
reproduzida no jornal *O Lima*,
12.05.1962, nº 103, p. 3.

A MULHER E O MOVIMENTO FEMINISTA

Nos anos sessenta são evidentes os progressos do movimento feminista. O assunto toma as páginas da imprensa local. Em julho de 1960, o jornal *O Lima* apresenta um artigo sobre o tema. Nele defende-se que a dependência da mulher em relação ao homem “*resulta não de um conceito de inferioridade, tomado no sentido abstracto, com que se possa olhar a mulher, mas representa, sobretudo, para ela um benefício*”. Segundo o articulista, há “*profissões que estão talhadas para o homem*” e “*outras se poderão indicar que são próprias da mulher*”, reconhecendo-se a existência de profissões em que ambos são proficientes, “*embora, pese no rendimento a diferenciação específica da capacidade laboral de cada sexo*”. O autor lamenta que a crescente presença feminina no mercado de trabalho favoreça o abandono do lar pela mulher, tido como “*o seu lugar próprio*”. De igual modo, discorre sobre os malefícios do movimento feminista, dado que tem conduzido “*à desagregação e licenciamento dos costumes*”³². O tema regressa às páginas do mesmo periódico na edição de agosto. Desta feita, é reproduzido o discurso de Baltasar Rebelo de Sousa, Subsecretário de Estado da Educação Nacional (1955-1961), pronunciado em Braga, sobre a “*crise do lar*”. Para esta figura de relevo da ditadura, “*o movimento de emancipação da mulher culminou em nossos tempos dando a completa igualdade aos dois sexos... que permanecem profundamente desiguais*”. Para o referido político, à mulher cabiam funções na família e na sociedade inteiramente diversas das do homem. Por isso, justificava-se uma educação feminina que exaltasse os valores e a vocação da mulher que, em síntese, se resumiria à afetividade, “*que culmina no amor dos filhos, na regência do Lar*”. Para o referido político “*do resultado da igualação educativa dos sexos (...) avulta a masculinização da mulher, e a feminização do homem*”³³. De um modo geral, expressa-se o pensamento dominante do regime em relação ao papel

da mulher, fundamentalmente no que diz respeito à distinção entre os espaços de ação tidos como apropriados ao homem e à mulher. Ao primeiro, o espaço público e do trabalho; à segunda, o espaço doméstico e o papel de mãe e esposa. Pouco ou nada mudara, em comparação com o defendido por Salazar nos anos 30 que, numa entrevista a António Ferro, afirma: *“Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil”* (Braga, 2015, p. 16). As pretensões de igualdade entre os dois sexos são, para os que suportam o regime nos anos sessenta, observadas com desconfiança pois questionam o posicionamento hierárquico tradicional, consagrado pela lei: o homem é o “chefe de família” e a mulher deve obediência ao pai e ao esposo. Não obstante, a crescente presença das mulheres no mundo do trabalho, patente na feminização de muitas das profissões (refira-se os casos das enfermeiras e das professoras do ensino primário), nos anos 60 é-lhes vedada a carreira diplomática e a magistratura judicial (Cf. Braga, 2015, p. 18). Acresce que, entre 1938 e 1963, as enfermeiras dos hospitais civis não podem casar e que, entre 1936 e 1969, as professoras do ensino primário carecem de autorização do Ministério da Educação Nacional para contrair matrimónio. O pensamento que enforma o regime preconiza a ideia de que a mulher tem um conjunto de aptidões inatas que a distinguem do homem, entre as quais pontifica a afetividade. A mulher tem particular vocação para cumprir duas missões: a educativa e a assistencial (Pimentel, 2011, p. 39). Com o início da Guerra Colonial, surge, em agosto de 1961, o Movimento Nacional Feminino com o objetivo de congregar mulheres portuguesas para auxiliar os soldados que combatem nas colónias³⁴. De acordo com a organização, conforme ficou registado na imprensa limiana, cabe à mulher *“amparar os soldados, fazendo-lhes saber que estamos ao lado deles, contemplando a sua bravura e enxugando as lágrimas das suas famílias e que, se for preciso, recolheremos em nos-*

...sos corações o sangue que eles derramaram pela liberdade da nossa terra e das nossas gentes”³⁵. A mulher, nas palavras da dirigente distrital, tem o dever de “consolar quem chora e amparar quem sofre”, “olhar para os problemas materiais e resolvê-los” e “fazer violência ao Céu para que Deus salve a nossa Pátria”³⁶.

A “JUVENTUDE TRANSVIADA” E A REPRESSÃO POLÍTICA

Em 1973, José Alexandrino Gonçalves de Sousa, natural do concelho de Ponte de Lima, estudante de Direito, é preso pela Polícia de Segurança Pública e conduzido à Cadeia de Caxias, por “*desenvolver atividades contra a segurança do Estado*”. Será libertado dois meses e dez dias depois, mediante termo de identidade³⁷. Nos anos 60 emerge um movimento de contestação estudantil que se prolongará até 1974. Na sequência da proibição das celebrações do Dia do Estudante, em 1962, têm lugar greves e manifestações nas universidades. Os efeitos da crise estudantil repercutem no país, nomeadamente em Ponte de Lima. No jornal *O Lima* afirma-se que “*o dia do estudante apareceu na Europa de uma iniciativa comunista*” e que a reivindicação de liberdade de acesso à universidade sem discriminação racial serve apenas os propósitos de quem pretende “*intensificar a campanha contra Portugal que atormenta a guerra em Angola, conduzida do exterior*”³⁸. No mesmo periódico, um artigo intitulado “*Juventude transviada*” associa a “ *mocidade académica*” à indisciplina e acusa alguns pais de acompanharem os seus filhos “*nas atitudes de hostilidade*” em relação aos exames. Para o redator do texto, “*não há dúvida nenhuma que a nossa juventude atual dá bem a ideia de quanta influência já tem entre nós a chamada “nova vaga” nas suas variantes artísticas e*



ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 147, registo n.º 29371).

políticas de hostilidade a tudo quanto seja tradicional". Segundo o mesmo, é patente um *"problema sério de uma juventude transviada dos valores que eram respeitados nas gerações anteriores"*³⁹. Na verdade, a crise de 1962 inaugura uma sucessão de lutas estudantis que tendem a aprofundar a radicalização política e ideológica dos jovens universitários. Entre março e junho daquele ano, assiste-se a manifestações de rua e a greves de fome nas universidades, a que o regime responde com a repressão policial, expulsões e a prisão de dirigentes associativos. Em 1969, a luta estudantil atinge novo auge, centrando-

-se na luta contra o colonialismo e a Guerra Colonial, a par de outras reivindicações inspiradas nos acontecimentos de Maio de 68 e na crescente influência dos movimentos ideologicamente associados às esquerdas radicais. Na dobra do decénio, observa-se uma “*explosão multiorganizacional dos movimentos de esquerda radical*” (Rosas, 2022, p. 17) e uma recomposição no campo das esquerdas oposicionistas, em que uma parte dos jovens se envolve. A ação antifascista e anticolonialista adquire protagonismo e a tensão com as forças do regime aumenta, abrindo-se a porta ao movimento militar e revolucionário.

Net 194 — 30 livres et 200 fl. — 5-63 — T.E.C.P.L.

DAS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES EM LIBERDADE AO 28 DE SETEMBRO

ABRIL DE 1974

O *Jornal de Notícias* informa que o dia 25 de abril decorreu na capital do distrito com “*calma absoluta*”, mantendo-se aberto o comércio e a indústria. Segundo o diário, as fronteiras de Valença e de S. Gregório estiveram abertas e, a meio da tarde, chegaram a Viana do Castelo alguns jornalistas da Galiza, para se inteirarem dos acontecimentos⁴⁰. Desta cidade saiu, no âmbito das operações militares do Movimento das Forças Armadas, o Batalhão de Caçadores 5016, aquartelado no BC 9. Este, nas primeiras horas da manhã do dia 25 de abril, controla o aeroporto de Pedras Rubras, atual Francisco Sá Carneiro, e o nó rodoviário da Via Norte⁴¹. Como notou Medeiros Ferreira, a “*apropriação dos meios de comunicação social e a guerra de posicionamento, apoiada por um bom sistema de comunicações, acabaram por ser as principais características da operação “Fim-Regime”*” (2023, p. 34). Nos dias seguintes realizaram-se, em Viana do Castelo, uma manifestação popular e uma manifestação estudantil. Nesta é distribuído um comunicado da CDE, no qual se reivindicava, entre outros aspetos, o regresso dos exilados, o fim da guerra colonial, a liberdade de reunião e sindical⁴².

No que diz respeito a Ponte de Lima, as notícias sobre os acontecimentos do dia 25 de abril e dos subsequentes são parcas⁴³. À semelhança do que terá acontecido um pouco por todo o país, acompanhou-se a evolução dos acontecimentos pela rádio e televisão, entretanto apropriadas pelos militares. A edição do dia 26 de abril de 1974 do *Cardeal Saraiva* não se refere ao acontecimento, pois já tinha sido encerrada. Nas edições posteriores são publicados diversos textos que expressam opiniões sobre o regime derrubado e projetam ideias sobre o país democrático, mais do que descrever como decorreram os primeiros dias após o 25 de abril no concelho. A edição de 3 de maio regista as manifestações realizadas no 1º de Maio. Os títulos, da edição de 10 de maio, são reveladores da tónica do teor dos artigos: “*Bela Lição!*”, “*Histórica madrugada*”, “*Uma nova página*”⁴⁴. Sem conseguirmos precisar a data, em Moreira do Lima são pintadas “*a tinta de óleo, variadas legendas, em letras garrafais, no pavimento a asfalto, em várias cores*”, entre as quais se lê “*Abaixo o Fascismo!*”⁴⁵.

MAIO DE 1974

As repercussões da revolução sentem-se no concelho de Ponte de Lima de modo notório em maio. Como aconteceu em muitas outras localidades do país, o feriado do Dia do Trabalhador converte-se numa imensa manifestação de apoio às mudanças que se adivinhavam com o golpe militar⁴⁶. Circulavam “*ideias e canções que uma tesoura despótica retalhava e reduzia a cinzas, penando pelas masmorras grande parte dos seus autores*” e partilhava-se, ainda que com dúvidas e hesitações, que eclodira “*uma primavera de esperança lusíada*”⁴⁷. Nas ruas, uma multidão celebrava a revolução. A romagem ao cemitério de Ponte de Lima congrega uma massa compacta de homens e mulheres de todas as idades e diferentes

gerações. A homenagem inicia com a deposição de flores no túmulo do General Norton de Matos por Rosa Maria de Sousa Vieira. São também lembrados Adelino Sampaio e António Morais. Nos atos tomam a palavra Bernardo Vilas Boas, João Barros, Luís Esteves Pereira, Augusto de Castro e Sousa, João Casimiro Nascimento Ferreira, José Cândido Rodrigues e Alexandre Rosa⁴⁸. Era a consagração de homens e mulheres que de algum modo estiveram ligados à oposição à ditadura. De tarde, realiza-se um encontro nas Oficinas de S. José onde se abordam questões como a criação de um “*sindicato de lavradores, a promoção de actividades culturais*” e a substituição imediata da vereação municipal⁴⁹.

No dia 6 de maio a Junta de Freguesia de Estorãos envia à Junta de Salvação Nacional um telegrama em que saúda o Movimento das Forças Armadas (MFA) e se propõe “*promover [a] rápida consciencialização democrática [do] Povo [da] (...) freguesia*”⁵⁰. A primeira reunião da edilidade realiza-se no dia seguinte, sendo lavrada em ata uma declaração do presidente Álvaro Rebelo Vieira de Araújo que manifesta o propósito de “*continuar a desempenhar-se das suas funções ao serviço do Bem Comum e dentro das directrises (sic) definidas pela Junta de Salvação Nacional*”⁵¹. O jornal *Cardeal Saraiva* noticia, a 17 de maio, que os alunos, pessoal administrativo, auxiliar e professores expressaram um voto de confiança no Diretor da Escola Técnica, Joaquim Guilherme Ramos Pissarra⁵². Dois dias depois, em Estorãos tem lugar uma sessão de apoio ao MFA. Os participantes apresentam as principais necessidades da freguesia, referindo-se ao emparcelamento, ao preço do leite, às vias públicas e cooperativas. A professora primária aborda a questão da educação e a “*necessidade para todas as pessoas serem mais conscientemente livres e democráticas*”. Há, ainda, uma intervenção por Abel Carneiro⁵³. Em Ponte de Lima realiza-se um plenário democrático, orientado por Orlando Mendes, com a presença de Augusto de Castro e Sousa, Maria Helena Pires Rodrigues, Padre Manuel Dias e Romeu



FIGURA 14
O Batalhão de
Caçadores em
parada na Praça da
República, Viana
do Castelo.

Defesa Nacional,
nº 416

de Sousa⁵⁴. No mês seguinte, anuncia-se um novo plenário democrático, a realizar no Teatro Diogo Bernardes⁵⁵. Um pouco por toda a parte as populações ensaiam as possibilidades abertas pelas liberdades conquistadas e participam numa inusitada explosão de ações e reivindicações.

28 DE SETEMBRO

A manifestação da “maioria silenciosa”, de apoio ao Presidente da República António de Spínola, é proibida pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA. Era mais um episódio do “constante braço de ferro” entre estas duas entidades. No dia anterior, civis do PCP, MDP, PS, organizações sindicais e da extrema-esquerda mobilizam-se para impedir a manifestação, formando-se barricadas populares. Segundo o jornal *A Capital*, em Viana do Castelo operam vários piquetes de vigilância que controlam os movimentos na estrada nacional, barrando a passagem de quatro autocarros que se dirigem a Lisboa. Em Ponte de Lima e Arcos



Manifestação do 1º de Maio em Ponte de Lima, 1974 (RTP Arquivo)



FIGURA 15

Aspeto da manifestação do 1º de Maio, em Ponte de Lima (1974). No centro, José Dantas (José Micamé) ergue o cartaz “Aqui Jaz... DGS”.



de Valdevez decorrem ações semelhantes⁵⁶. De acordo com *O Século* os piquetes colocados em pontos estratégicos, um pouco por todo o distrito, estiveram ativos entre os dias 27 e 29 de setembro⁵⁷. Não obstante as barricadas, alguns participantes chegam a Lisboa. O historiador Riccardo Marchi afirma que Luís Norton de Matos saiu de Ponte de Lima com a avioneta da empresa para se juntar a Sebastião de Lancastre e participar na manifestação (Marchi, 2020, p. 154). Na verdade, o cancelamento da manifestação colhe de surpresa alguns cidadãos. No dia 27 de setembro, na véspera da data convocada para a manifestação, o jornal *Cardeal Saraiva* reproduz uma notícia de um congénere nacional com o título «“Manifestação da “Maioria Silenciosa” ou de uma minoria Reaccionária?»», onde se denunciava a participação na sua preparação de membros de famílias conservadoras e de partidos de direita. Numa nota de rodapé, o articulista do jornal limiano considerava que ela servia de “*aviso para o povo de Ponte de Lima*”, onde também se faziam sentir as suas ações, nomeadamente a distribuição de panfletos a partir de avionetas⁵⁸.

Malograda a manifestação de apoio ao Presidente da República, que alguns entendem como uma tentativa de reforço do seu poder político e de retardamento do processo de descolonização e outros como uma tentativa de golpe militar de direita, reforçam-se as posições do PCP e aprofunda-se o processo revolucionário. O COPCON invade a sede do MFP/PP. Aí encontra material suficiente para estabelecer ligação com a organização da manifestação, designadamente várias publicações de extrema-direita e material de propaganda. A sede do jornal *Bandarra* é selada e tem início uma vaga de prisões e de interrogatórios⁵⁹. Os partidos do Progresso, Liberal e Federalista Português são desmantelados e procede-se a uma busca na sede do Partido Democrata Cristão (Ferreira, 2023, p. 128). Diferentes forças políticas procuram demarcar-se dos acontecimentos, nomeadamente o CDS e o PPD. No dia 30 de setembro, Spínola demite-se, sendo nomeado Costa Gomes como Presidente.



FIGURA 16
Panfleto do Movimento Popular Português, distribuído entre maio e setembro de 1974. O MPP reunia a direita tradicionalista e empenhou-se na organização da manifestação da maioria silenciosa.





FIGURA 17

Panfleto apelando à participação na manifestação de apoio ao General Spínola, 28.09.1974.



FIGURA 18

Panfleto divulgado pelo PCP, denunciando a manifestação como uma ação reacionária.



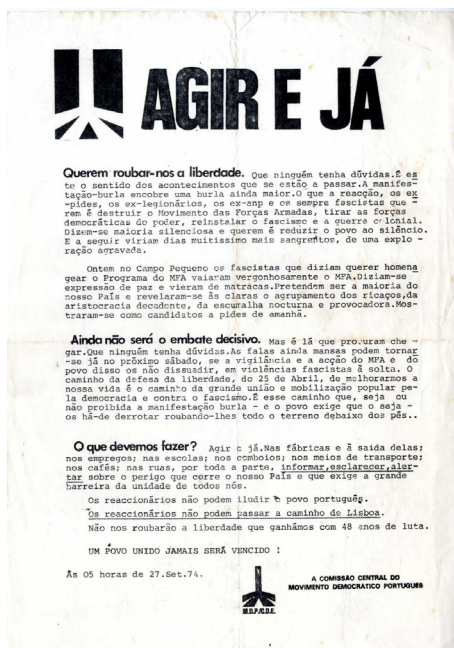
FIGURA 19

Documento do Movimento Democrático Português apelando à ação popular contra as intenções da “maioria silenciosa”, publicado em 27.09.1974. Faz-se referência à corrida de touros da Liga de Combatentes no Campo Pequeno, realizada a 26 de setembro, onde o Presidente de República António de Spínola foi aplaudido e o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves vaiado.



FIGURA 20

Primeira página do jornal *República*, 28 de setembro de 1974.



Designação em uso	Nova designação
Passeio General Carmona	Passeio 25 de Abril
Rua Gaspar Malheiro	Rua Agrónomo Manuel Morais
Rua Vasco da Gama	Rua do Arrabalde
Largo António Mimoso	Largo da Feira
Rua Doutor José de Sá Coutinho	Rua Nova de S. João
Avenida Dom Luís Filipe	Avenida 5 de Outubro
Rua Juiz Pinto Osório	Rua da Lapa
Rua Coronel Gonçalo Coelho	Rua da Sociedade Económica
Jardim António Sardinha	Jardim Adelino Sampaio
Largo Capitão José Magalhães	Largo das Pereiras
Rua Conde de Ferreira	Rua Domingos Tarroso
Rua Boaventura José Vieira	Rua Inácio Perestrelo
Rua João Rodrigues de Morais	Rua da Vacaria
Largo Doutor António de Magalhães	Largo do Chafariz



FIGURA 21
Alterações na
toponímia urbana
 AMPL. LA (1974-1976),
 ata 21.06.1975, f. 110;
 Cardeal Saraiva,
 11.07.1975; *O Povo do*
Lima, 16.07.1975.

CELEBRAR A ALVORADA

UMA NOVA TOPONÍMIA

A alteração da toponímia é uma das formas de inscrever no espaço urbano e na memória coletiva a mudança operada com a revolução de 1974. Constitui uma forma simbólica de celebrar personagens e acontecimentos que contribuíram para a democratização do país ou obliterar aquilo que recordava o regime deposto. A propósito do dia 5 de Outubro, o Governo Civil de Viana do Castelo refere a possibilidade de comemorar a efeméride com a substituição da designação dos arruamentos, largos e pontes que “*ostentem nomes de conhecidos fascistas*” por “*heróis nacionais, figuras destacadas da cultura, da resistência anti-fascistas*” ou “*restaurando as designações antigas*”⁶⁰. Em maio de 1975, a imprensa regista a iniciativa popular de alterar a placa que identifica o Largo António Mimoso, substituindo-a por “Largo 28 de Setembro”⁶¹. Em junho, a Câmara Municipal de Ponte de Lima decide alterar o nome de alguns arruamentos pois, entre outras razões (das quais destacaremos a rejeição das designações que “*a população nunca aceitou*”), recordam “*a política de caciquismo e compadrio que existia no regime anterior*”.

HOMENAGEM AO GENERAL NORTON DE MATOS

Por iniciativa de António de Sousa Amorim, natural de Ponte de Lima e emigrante no Brasil, é promovida uma homenagem a Norton de Matos. A expensas daquele conterrâneo e de outros cidadãos, que se as-

sumiam como republicanos e democratas, é encomendado um busto daquele insigne limiano ao escultor brasileiro Deocleciano Martins de Oliveira (1906-1974)⁶². Este não recebeu qualquer recompensa monetária pela sua execução, cabendo a António Amorim e aos outros subscritores suportar as despesas com a fundição e transporte para Portugal⁶³.

No fim do ano de 1974, Augusto de Castro e Sousa informa a Câmara Municipal que o busto está preparado para embarque⁶⁴. A edilidade encarrega-o de formar uma comissão para assegurar as diferentes fases da homenagem. Consequentemente, Augusto de Castro e Sousa contacta Ribeiro da Silva⁶⁵ para o apoiar na composição de uma comissão nacional. Do seu ponto de vista, a comissão local deve ser encabeçada pela Comissão Administrativa e pelos membros dos partidos da coligação governamental que tivessem sede em Ponte de Lima⁶⁶. Iniciado o processo de contacto com os partidos políticos localmente instalados, Augusto de Castro e Sousa comunica, a 21 de janeiro, que só o PPD havia correspondido, indicando os dois representantes para compor a comissão. Reconhece que está “*manietado pela indiferença dos Partidos*”, pelo que levanta a hipótese de “*formar a comissão com pessoas sem filiação partidária, mas companheiros das lutas pela Liberdade e Democracia em que Norton tanto se distinguiu*”⁶⁷. No mês seguinte é apresentada a Comissão de Ponte de Lima Pró-Monumento a Norton de Matos⁶⁸ e anuncia-se a adesão da Liga dos Combatentes à homenagem⁶⁹. Pouco tempo depois, o projeto urbanístico da praça, desenhado pelo arquiteto Carlos Carvalho Dias (1929-2024), é remetido à edilidade⁷⁰.

O busto de Norton de Matos chega a Ponte de Lima⁷¹ e a Comissão Administrativa da Câmara Municipal manda erigir o pedestal e arranjar a praça, de acordo com o projeto do referido arquiteto⁷².



Homenagem a
Norton de Matos.
Imagens dos atos
realizados no
cemitério de Ponte
de Lima (RTP
Arquivo)



Homenagem a
Norton de Matos.
Imagens dos atos
realizados junto
ao busto (RTP
Arquivo)

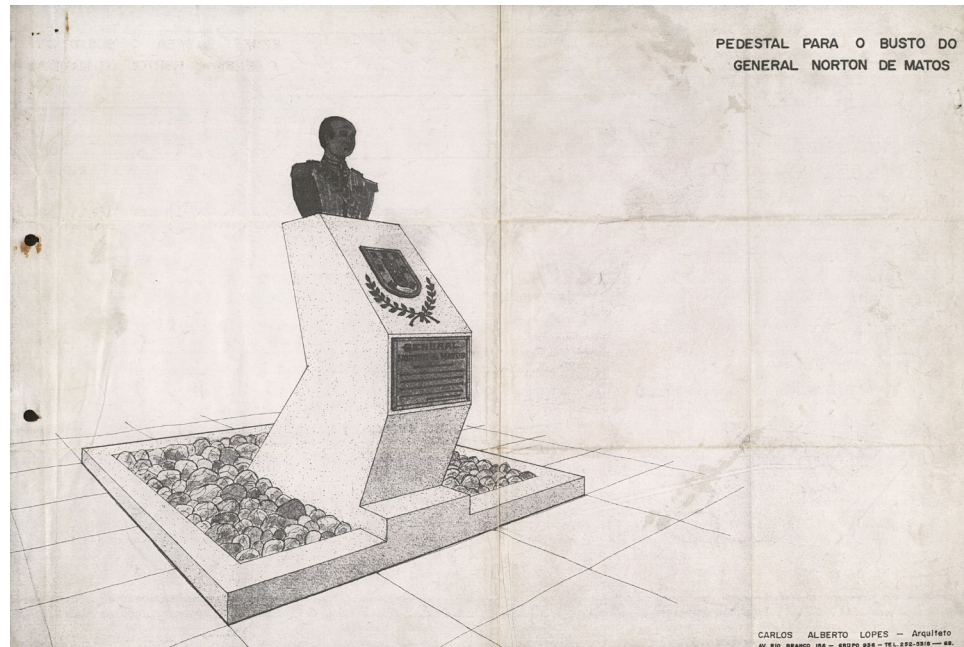


Em abril de 1976 é dada a conhecer a medalha comemorativa da inauguração do busto de Norton de Matos, mandada cunhar pela Câmara Municipal⁷³. Três meses depois, a comissão apresenta o programa que inclui, para além da inauguração do busto, uma romagem ao cemitério, a realização de uma conferência no Teatro Diogo Bernardes, concertos musicais e sessão de fogo-de-artifício⁷⁴. O programa é cumprido integralmente. O Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes (1908-1991), apresenta uma comunicação sobre o político, qualificando-o: *“uma grande figura, uma portentosa inteligência, um abnegado Espírito de Patriotismo”*⁷⁵. Está presente nas homenagens, entre outras individualidades, o Ministro de Estado, Henrique de Barros (1904-2000), em representação do Primeiro-ministro, Mário Soares (1924-2017)⁷⁶. O jornal *O Povo do Lima* regista, com lástima, a ausência de representantes do Conselho de Revolução e das Forças Armadas e considera que teria sido uma boa ocasião para atribuir a título póstumo a patente de Marechal⁷⁷.

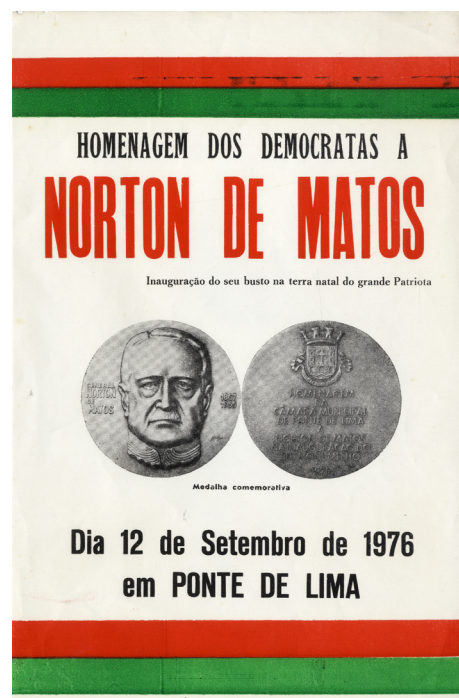


FIGURA 22
Projeto do
Arquiteto Carvalho
Dias para o
pedestal da estátua

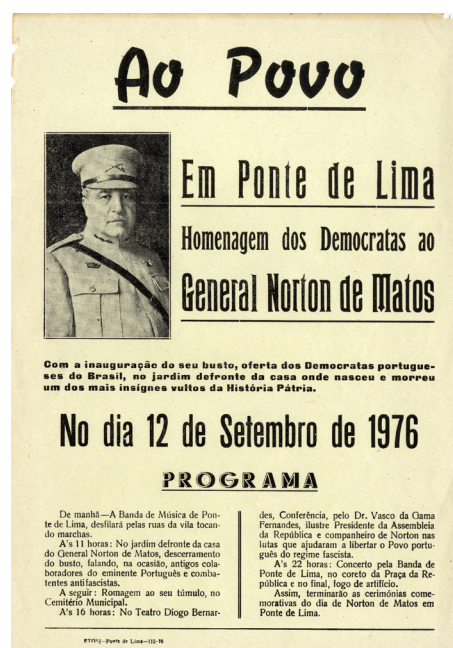
AMPL, *Pedestal para
o busto do General
Norton de Matos*,
PT/MPTL/CMPTL35/
M-Q/00005.



Em reconhecimento da sua iniciativa e oferta do busto, bem como por legar várias obras literárias à Biblioteca Municipal, a Câmara Municipal de Ponte de Lima decide atribuir a António de Sousa Amorim a medalha de prata do General Norton de Matos⁷⁸. Meses mais tarde, António de Sousa Amorim é indicado por Mário Soares para a concessão da “Ordem da Liberdade”⁷⁹.



↑
FIGURA 23
Cartaz da
homenagem a
Norton de Matos
(1976)



↑
FIGURA 24
Programa da
homenagem a
Norton de Matos
(1976)

LIBERDADE DE IMPRENSA

FIM DA CENSURA E NOVO JORNAL EM PONTE DE LIMA

Seis meses depois do golpe militar, o jornal *Cardeal Saraiva* restitui a frase sobre Cardeal Saraiva, atribuída a Castilho, que constava no seu cabeçalho e que fora, segundo o diretor Avelino Guimarães, retirada por determinação da Censura.

- Sr. Avelino. Porque é que o traço negro substituiu a legenda sobre Cardeal Saraiva, o patrono do semanário?

- A censura obrigou-me a tirá-la e enquanto não puder ser restituída, o jornal está de luto⁸⁰.

A demora na reposição da frase suscitou impaciência nos leitores e assinantes do semanário. Por isso, regozijam quando é reposta a homenagem àquela figura da Igreja Católica e representante do Liberalismo. Alguns meses mais tarde, o mesmo jornal insere na primeira página, numa caixa junto ao cabeçalho, a referência à aprovação da Lei da Imprensa, reproduzindo o art.º 1º⁸¹:

A Liberdade de expressão do pensamento pela Imprensa, que se integra no direito fundamental dos cidadãos a uma informação livre e pluralista, é es-

sencial à prática da Democracia, à defesa da Paz, e ao progresso político, social e económico do País.

Era a consagração legislativa de um caminho aberto pela madrugada de Abril à livre expressão do pensamento e publicação. Refletindo esse novo espírito, o jornal *Cardeal Saraiva* insere na primeira página da edição comemorativa do 1º de Maio, em 1975, uma gravura acompanhada de uma legenda que dava nota da proibição da sua publicação pela censura.

A comunicação social esteve, no período entre 1974 e 1976, no centro de várias tensões políticas e sociais. Registam-se, pelo seu impacto, os casos em torno do jornal *República* e da *Rádio Renascença* que rapidamente extrapolam as lutas dos trabalhadores para se converterem em epicentro do confronto entre diferentes facções políticas. Se no caso do jornal *República*, a disputa faz-se fundamentalmente entre o PS e o PCP, na situação da *Rádio Renascença*, levantam-se questões sobre a liberdade religiosa e o papel da Igreja Católica na sociedade. Comummente, os jornalistas assumem o empenhamento político, não havendo “*um sentido de imparcialidade jornalística*”. Na maior parte das circunstâncias, as redações atuam sem “*qualquer ideia ou objetivo de neutralidade*” (Figueira, p. 2014, 59).

É num contexto de elevada politização dos meios de comunicação social, que surge em Ponte de Lima um novo órgão de informação: *O Povo do Lima*. Jornal quinzenário, fundado em janeiro de 1975, é dirigido pelo Padre Manuel Parente Pereira. A sua linha editorial preconiza “*a doutrinação positiva*”, recusa o compromisso com qualquer força partidária ou movimento político e defende os “*estatutos da Declaração Universal dos direitos do Homem e as linhas do Vaticano II*”⁸². O jornal será editado até 2011.



FIGURA 26

O jornal *Cardeal Saraiva* insere na edição comemorativa do 1º de Maio, em 1975, uma gravura referindo que a sua publicação fora proibida pela censura.

Cardeal Saraiva, 2.05.1975.



FIGURA 25

Cabeçalhos das edições do jornal *Cardeal Saraiva*, omitindo ou apresentando a frase “No dizer de Castilho, o Cardeal Saraiva foi o maior filósofo do século passado e um dos introdutores da liberdade em Portugal”.



FIGURA 27

Panfletos do PS, com apelo à manifestação pela “liberdade de informação”, no Rossio, na sequência do afastamento do diretor Raul Rego (maio de 1975).

BMPL



FIGURA 28

Panfleto a convocar à participação na manifestação em frente ao Patriarcado, por causa da ocupação da Rádio Renascença. No mesmo dia, 18 de junho, deu-se uma contramanifestação organizada pela UDP. Os manifestantes católicos estiveram cercados e deram-se incidentes graves.

BMPL



AMIGO:

Queres viver num Portugal livre?

Ouvir a Verdade sobre os acontecimentos?

Luta por uma Rádio Renascença ao serviço da Igreja e do Povo.

Vem à manifestação de apoio ao Patriarcado.

QUARTA-FEIRA dia 18, às 18 horas

Data de criação	Partido, movimento e organizações
1921	Partido Comunista Português (PCP)
1964	Ação Socialista Portuguesa (ASP)
1964	Comité Marxista-Leninista Português (CMPL)
1967	Liga de União e de Acção Revolucionária (LUAR)
1968	Esquerda Democrática Estudantil (EDE)
1969	Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
1969.10	União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas) [UEC(m-l)]
1970	Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML)
1970.08	Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) [PCP (m-l)]
1970.09	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)
1971	Convergência Monárquica
1971	Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML)
1971.10	Comité Revolucionário Marxista-Leninista (CRML)
1972.01	União de Estudantes Comunistas (UEC)
1972.02	Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MPTE)
1972	Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP)
1973	Movimento Nacionalista (MN)
1973	Liga Comunista Internacionalista (LCI)
1973.04	Partido Socialista (PS)
1973.09	Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias (PRP-BR)

**FIGURA 29**

Principais partidos, movimentos políticos e organizações revolucionárias criados antes do 25 de abril de 1974

Elaboração do autor a partir da bibliografia citada.

PLURALISMO POLÍTICO

MOVIMENTOS E PARTIDOS POLÍTICOS

Em maio de 1974 o jornal *Cardeal Saraiva* refere a “proliferação de partidos, ao final de apenas duas semanas” como uma das preocupações emergentes da vida política, que a par de uma certa “desorientação perante a queda abrupta de esquemas (mentais e sociais) instalados” e da “pressa manifestada quanto às soluções que se desejam” poderiam ensombrar “a defesa da liberdade conseguida”⁸³. Com efeito, para além dos partidos existentes, embora clandestinos ou constituídos no exílio, formam-se várias agremiações partidárias no país, logo após o 25 de Abril de 1974. Em setembro do mencionado ano, o jornal *Bandarra* ensaia a listagem dos vários movimentos e partidos, elencando trinta entidades⁸⁴.

Os movimentos e partidos políticos apresentam os seus programas e as ideias fundamentais que perfilham. Não obstante a diversidade de posições, pode afirmar-se que “o antifascismo e o consenso sobre a criação de uma democracia participativa e socialista” unem as forças políticas emergentes (Fernandes, 2024, p. 61). As novas estruturas políticas estabelecem uma rede de delegações e organizam a angariação de filiados. Em Ponte de Lima, no início de julho a imprensa regista a receção de vários manifestos e comunicados partidários, nomeadamente do Movimento Popular Português (MPP), do Partido Liberal (PL) e do Partido Popular Democrático (PPD)⁸⁵. No mês seguinte, é anunciada a formação da Comissão Concelhia do Partido Socialista (PS), com sede provisória na rua Vieira Lisboa⁸⁶, e informa-se que o

Partido Popular Democrático (PPD) encarregou um grupo de cidadãos da instalação de uma delegação na vila⁸⁷. Em novembro, o mesmo partido anuncia que estão concluídas as obras na sede, sita no Largo António Mimoso, e que principiarão sessões de esclarecimento pelas freguesias do concelho para difundir a sua doutrina: “*o socialismo humanista e democrático*”⁸⁸. Pela mesma época, o Movimento Democrático Português (MDP/CDE) comunica que a sua sede se mantém num edifício na Praça de Camões e que foi constituída a Comissão Instaladora Concelhia⁸⁹. No Alto Minho, a Liga de União e de Ação Revolucionária (LUAR), organização que não se converterá em partido, tem núcleos constituídos em Viana do Castelo e Arcos de Valdevez (Marques, 2024, p. 46).



FIGURA 30
Movimentos
e partidos em
Portugal (1974-
1975)

Comissão Nacional de Eleições (<https://www.cne.pt/>); website das Juventudes Partidárias; bibliografia citada.
Notas: A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) só será criada em 1979. Os trabalhos do I Congresso do Centro Democrático Social do dia 25 de janeiro são interrompidos devido ao cerco realizado pela extrema-esquerda aos participantes e convidados que estavam no Palácio de Cristal (Porto).

	Criação do Partido/ Movimento	Inscrição no Supremo Tribunal de Justiça	Organizações da Juventude	Primeiro Congresso
1974				
[maio]	Partido Democrático Popular Cristão (PDPC)			
[maio]	Partido Social Democrata Cristão (PSDC)			
[maio]	Movimento de Ação Portuguesa (MAP)			
[maio]			Criação da Juventude Socialista (JS)	
03.05	Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP)			
05.05	Partido Cristão Social Democrata (PCSD)			

06.05	Partido Popular Democrata (PPD) ⁹⁰	
10.05	Partido da Democracia Cristã (PDC) ⁹¹	
11.05	Movimento Esquerda Socialista (MÉS)	
23.05	Partido Popular Monárquico (PPM)	
25.05	Partido Social Democrata Independente (PSDI)	
28.05	Partido Liberal (PL)	
31.05	Partido Nacionalista Português (PNP)	
[junho]	Movimento Popular Português (MPP)	
[junho]		Criação do Núcleo de Jovens do PPD
15.07	Partido Social-Democrata Português (PSDP)	
19.07	Partido do Centro Democrático Social (CDS)	
19.07	Partido do Progresso ⁹² (PP)	
24.07	Partido Nacionalista Português (PNP)	
30.08	Frente Democrática Unidade ⁹³	
20.10		Partido Comunista Português (PCP)
[novembro]		Plenário Nacional da JSD e aprovação dos estatutos
04.11		Criação da Juventude Centrista (JC)

23-24.11		Partido Popular Democrata (PPD)
13-15.12		Partido Socialista (PS)
16.12	União Democrática Popular (UDP)	
21-22.12		Movimento de Esquerda Socialista (MES)
26.12	Partido Comunista Português (PCP)	

1975

[janeiro]	Exército de Libertação de Portugal (ELP)	
13.01	Centro Democrático Social (CDS)	
25.01	Partido Popular Democrático (PPD)	Centro Democrático Social (CDS)
01.02	Partido Socialista (PS)	
10.02	União Democrática Popular (UDP)	
15-16.02		I Congresso da Juventude Socialista
17.02	Partido Popular Monárquico (PPM)	
18.02	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)	
20.02	Movimento de Esquerda Socialista (MÊS)	

21.02			Centro Democrático Social (CDS)
27.02		Frente Socialista Popular (FSP)	
15 e 16.02		Fundação da Juventude Socialista (JS)	Congresso Nacional da Juventude Socialista (JS)
09.03			União Democrática Popular (UDP)
[abril]	Organização para a Reconstrução do Partido Comunista Marxista-Leninista (ORPCML)		
05.05	Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP)		

AÇÕES PARTIDÁRIAS EM PONTE DE LIMA (1974-1975)

Em setembro de 1974, o PS promove uma sessão de esclarecimento no Teatro Diogo Bernardes, contando com a intervenção de membros do partido provenientes de Viana do Castelo e do Porto. Segundo a notícia publicada na imprensa local, a sessão iniciou com uma invocação de Norton de Matos, Teófilo Carneiro e Jaime Campos, seguindo-se um período de questões “*sobre os problemas políticos actuais em que todos estamos envolvidos e que urge, o mais rapidamente possível resolver para lançar o país nas fases do desenvolvimento económico e social*”⁹⁴. Na última edição de setembro do jornal *Cardeal Saraiva* é anunciada a realização do primeiro “*comício concelhio*” do Movimento Democrático Português (MDP), no dia 5 de outubro, à tarde⁹⁵.

Nesse dia, o Partido Socialista (PS) promove uma homenagem ao General Norton de Matos, que contou com a colaboração da Corporação dos Bombeiros Voluntários e da Banda de Música de Ponte de Lima⁹⁶. Pela manhã, uma caravana de socialistas procedentes de Viana do Castelo e Vila Praia de Âncora reuniu-se ao grupo de Ponte de Lima para a romagem ao túmulo de Norton de Matos, a quem, segundo os promotores da iniciativa, “*o fascismo roubou escandalosamente a presidência da República, numa batalha cívica só comparável à desse outro mártir o glorioso General Humberto Delgado*”⁹⁷. No referido mês de outubro, o mesmo jornal noticia a presença de Nuno Teotónio Pereira⁹⁸ em Ponte de Lima. A reunião promovida pelo Movimento da Esquerda Socialista (MES) mobiliza vários democratas, particularmente “*jovens-católicos-progressistas*”. De acordo com o redator, Nuno Teotónio Pereira incentiva os jovens a “*desmascarar o procedimento*” dos padres que tentam “*impedir a democratização*”, fazendo notar “*as suas contradições com a própria doutrina de Cristo*”⁹⁹.

Gradualmente, as entidades centrais e locais tomam as decisões e iniciativas tendentes à realização das eleições. Os comícios no espaço público da vila de Ponte de Lima realizam-se, por determinação camarária, na Praça de Camões e na Avenida Dom Luiz Filipe, hoje vulgarmente designada Avenida dos Plátanos¹⁰⁰. Os paços de concelho e outros edifícios das autarquias não deveriam ser utilizados para a propaganda política partidária, segundo as instruções emanadas do Gabinete do Ministro da Administração Interna¹⁰¹.

Por sua vez, os partidos organizam-se e anunciam a realização de diversas ações de esclarecimento e plenários, em novembro e dezembro.

Data	Local	Partido
01.11.1974	Estorãos	Partido Socialista ¹⁰²
02.11.1974	Refoios (Escola do Tourão)	Partido Popular Democrático ¹⁰³
10.11.1974	Palacete da Vila Morais	Movimento Democrático Português ¹⁰⁴
16.11.1974	Vitorino de Piães (Casa do Povo)	Partido Popular Democrático ¹⁰⁵
17.11.1974	Moreira do Lima (Casa do Povo)	Partido Socialista ¹⁰⁶
24.11.1974	Arcozelo (Escola Primária de Vilar)	Partido Socialista ¹⁰⁷
01.12.1974	Moreira do Lima (Casa do Povo)	Movimento Democrático Português
01.12.1974	Seara (Escola)	Partido Popular Democrático ¹⁰⁸
28.12.1974	São Julião de Freixo (Casa do Povo)	Partido Socialista ¹⁰⁹
[dezembro]	Bárrio, S. Julião de Freixo, Sá, Gondufe, Arcozelo e Labruja	Partido Popular Democrático



FIGURA 31
Ações partidárias
no concelho de
Ponte de Lima
(novembro e
dezembro de 1974)
Cardeal Saraiva de
08.11.1974; 15.11.1974,
29.11.1974, 6.12.1974,
13.12.1974, 03.01.1975,
24.01.1975

Na perspetiva da organização interna dos partidos, no final de 1974, Ponte de Lima foi palco de uma reunião entre todas as secções do Partido Socialista entretanto organizadas no distrito de Viana do Castelo que, segundo a imprensa, teve por objetivo “*estudar em conjunto a organização da Federação que, nos termos dos Estatutos, coordenará superiormente a actividade partidária a nível distrital*”¹¹⁰. Estiveram presentes delegações de Caminha, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Vila Nova de Cerveira e observadores do núcleo de Vila Praia de Âncora¹¹¹.

A Presidência do Conselho de Ministros divulga, em finais de novembro, os procedimentos a adotar no recenseamento eleitoral, dirigindo-se a todos os portugueses com mais de 18 anos, residentes no país, que estejam “*no gozo dos (...) direitos políticos, ainda que não saibas ler e escrever*”. De acordo com o Ministério da Administração Interna a colagem de cartazes está somente proibida nas instalações diplomá-

ticas e consulares, nos monumentos, nos templos e nos edifícios públicos¹¹². Em janeiro de 1975, a Comissão de Recenseamento de Ponte de Lima anuncia que os cadernos eleitorais estão patentes ao público no número 7 da rua da Abadia¹¹³.

No alvor de 1975, o MDP/CDE realiza um comício no Teatro Diogo Bernardes com a presença de elementos da Comissão Central¹¹⁴. Pela mesma ocasião, o Partido Comunista Português (PCP) promove uma sessão de esclarecimento na Casa do Povo de Moreira do Lima afirmando-se que “*foi o primeiro (sic) numa aldeia do concelho de Ponte de Lima*”¹¹⁵. Em Gondufe, o PPD promove uma sessão de esclarecimento na escola¹¹⁶. Na área da juventude, o *Cardeal Saraiva* anuncia a criação do MDP/CDE Juvenil de Viana do Castelo, destinado a crianças e jovens com idade inferior a 18 anos. Os seus membros tinham direito a usar o emblema do MDP e deviam aprender o hino “*Vozes ao Alto*”¹¹⁷. Por sua vez, a Juventude Monárquica Revolucionária¹¹⁸, com sede provisória na Casa das Pereiras, publica comunicados sobre a unicidade sindical e o perfil dos seus membros. No I Congresso da Juventude Socialista é eleita para a Comissão Nacional, Maria da Luz Lima, de Ponte de Lima¹¹⁹.

Os partidos multiplicam ações com o aproximar das eleições para a Assembleia Constituinte. O MDP/CDE e o PPD realizam sessões de esclarecimento em Vitorino de Piães¹²⁰; o PS promove encontros idênticos nas freguesias de Sá, Correlhã, Estorãos, Bertlandos e Feitosa¹²¹. O MDP/CDE anuncia um comício para o dia 29 de março, em Ponte de Lima¹²². A mesma organização política realiza, no mês seguinte, sessões de esclarecimento nas freguesias de Freixo, Refoios, Souto e Facha, bem como um comício no Teatro Diogo Bernardes, no dia 12¹²³.

Por sua vez, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) divulga a lista dos delegados distritais, a quem cabia a fiscalização das atividades

partidárias, para assegurar a igualdade de tratamento. No caso de Viana do Castelo são o Major Manuel Oliveira Santos e o Dr. Leonel José Dias Pinheiro de Almeida Rosa¹²⁴.

No âmbito da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, o PCP anuncia a efetuação de comícios em vários concelhos do Alto Minho, com exceção de Ponte de Lima¹²⁵. A imprensa comunica a realização de sessões de esclarecimento em Refoios por iniciativa do PS e do CDS¹²⁶. Num périplo por algumas localidades do distrito, antes da realização de um comício em Viana do Castelo, Mário Soares detém-se por instantes em Ponte de Lima. Do chafariz da Praça de Camões dirige palavras à “*enorme multidão [que] o esperava*”, referindo-se a Norton de Matos. A multidão empolgada grita: “*Socialismo! Socialismo! Liberdade!*”¹²⁷. O jornal *Esquerda Socialista* anuncia um comício do MES, no dia 19 de abril, no Cine-Teatro Diogo Bernardes¹²⁸. Dias depois, no mesmo espaço, o PPD realiza uma sessão de esclarecimento¹²⁹.



FIGURA 32

Notícia sobre a presença de Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), em Ponte de Lima, numa reunião do MES. O arquiteto Nuno Teotónio Pereira foi uma figura proeminente dos designados católicos progressistas, que ficará conhecido pela participação em várias causas sociais e pelo combate contra o regime, tendo sido preso três vezes. Cardeal Saraiva, 25.10.1975.





FIGURA 33

Folha da Juventude Monárquica Revolucionária, com a identificação de vários grupos [sem data].

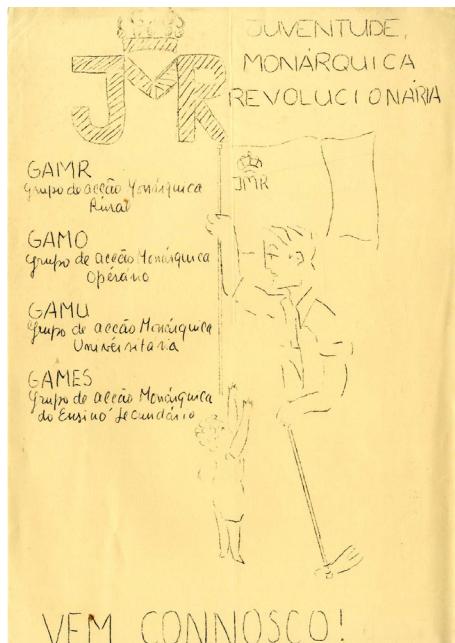


FIGURA 34

Comunicado da Juventude Monárquica Revolucionária sobre a unidade sindical, Casa das Pereiras (Ponte de Lima), [sem data]

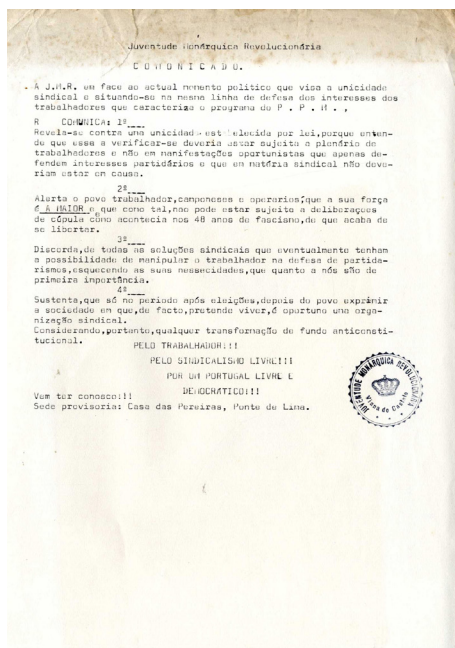
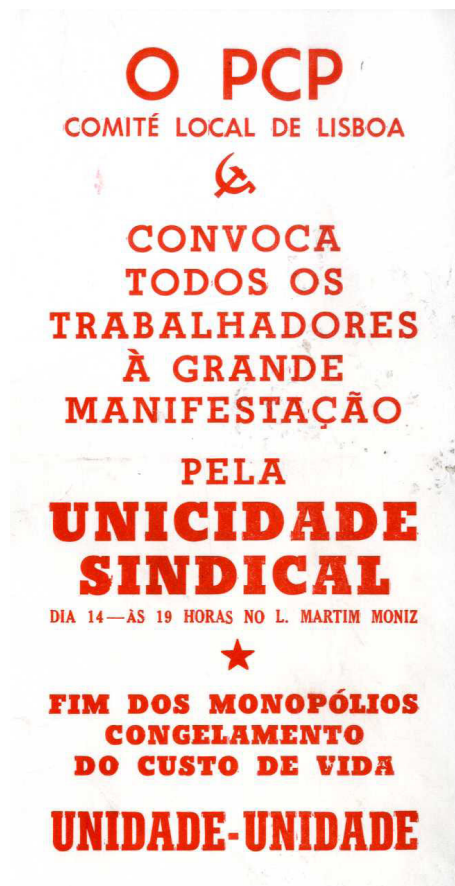


FIGURA 35

Panfleto do PCP a apelar à participação na manifestação a realizar no dia 14 de janeiro de 1975. A manifestação, convocada pela Intersindical, envolveu várias forças políticas, mas teve a oposição do PS, que não concordava com a consagração legal da unicidade sindical. O PS organiza, no mesmo dia, uma iniciativa no Pavilhão dos Desportos, onde discursa Salgado Zenha.



AÇÕES DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

A par das ações partidárias, o Movimento das Forças Armadas desenvolve uma campanha de mobilização e disponibiliza-se para ações locais. A Comissão Democrática convida o MFA a realizar, em janeiro de 1975, uma sessão de esclarecimento destinada aos habitantes das freguesias de Moreira do Lima, Cabração, Estorãos, Arcos, Fontão, Sá, Bertandos e Santa Comba¹³⁰. No mesmo mês, a Casa do Povo de S. Julião de Freixo recebe uma sessão com a presença de Correia de Azevedo. Os militares dinamizadores registam no relatório da ação que *“a população da zona tem sido muito visitada pelos partidos políticos reconhecendo-se estar mais desenvolvida politicamente do que as populações por onde já se tem passado”*¹³¹. Segundo os mesmos, os habitantes de Freixo revelam *“certo descontentamento na medida em que as medidas até agora tomadas no que diz respeito à lavoura em nada melhoraram a mesma”*¹³². Vitorino das Donas é visitada pelos militares em março. A ação visa, entre outros aspetos, consciencializar a população para se preparar *“para o acto eleitoral que se aproxima[va] de forma a que ele corresponda de facto à expressão da vontade do povo português”*. Os participantes manifestam as suas preocupações, nomeadamente quanto à subida dos preços, aos problemas na lavoura, às greves e aos transportes terrestres¹³³. O *Diário Popular* noticia no início de março que as Forças Armadas colaborariam na *“construção de um acesso à povoação de Cerquido, na Serra d’Arga, pertencente à freguesia de Estorãos e que se encontra isolada”*¹³⁴. No mês imediato, o Batalhão de Caçadores 9, aquartelado em Viana do Castelo, promove uma sessão de esclarecimento em Fontão, presidida pelo Capitão José Gomes Pereira. Entre outros assuntos, os fregueses são esclarecidos quanto ao modo de dar posse à Comissão Administrativa eleita pelo povo¹³⁵. Vitorino de Piães acolhe uma ação no dia 16 de abril, mostrando-se *“despolitizada e receosa com muito receio que se insta-*

le o Comunismo”. As professoras da freguesia fazem um apelo para que se providencie a instalação de eletricidade e água na escola, bem como se proceda à sua pintura. No dizer dos dinamizadores da ação, a população revela “*medo do comunismo e confiança nas F.[Forças] Armadas*”¹³⁶. Os jovens, por sua vez, mostram descontentamento com a “*atuação do Padre que dizem fazer campanha nitidamente anti-comunista*”¹³⁷. Em maio, no âmbito das atividades de dinamização cultural, a enfermeira Ilda Alves Coutinho realiza sessões em S. Julião de Freixo e Cabaços, que são bastante concorridas, destacando-se a participação de jovens¹³⁸.



FIGURA 36
Cartaz do MFA.
Desenho de Artur
Rosa, 1975.
BNP



FIGURA 37
Cartaz da
Campanha de
Dinamização
Cultural do MFA.
Desenho de João
Abel Manta, 1975.
BNP



VOTAR NAS ELEIÇÕES FUNDADORAS

A PEDAGOGIA DO VOTO

A mobilização da população para o exercício do direito ao voto resultou da confluência de várias ações da administração pública, das organizações partidárias e dos meios de comunicação social. Era necessário prestar aos eleitores informação, afastar dúvidas e estimular o sentimento de representação. O Ministério da Administração Interna publica o *Guia Prático das Eleições para a Assembleia Constituinte* que esclarece os cidadãos sobre os procedimentos a seguir no dia das eleições, para além de outros aspetos, que vão do recenseamento ao apuramento final dos resultados. Estão recenseados 6,2 milhões de eleitores, um número significativamente superior ao, ponto fiável, 1,8 milhões de inscritos em 1973 (Morais, 2021, p. 57). Na imprensa local publica-se, em março de 1975, um texto sobre o voto e os procedimentos a seguir pelos cidadãos no ato eleitoral, reforçando a mensagem da sua condição de confidencialidade.

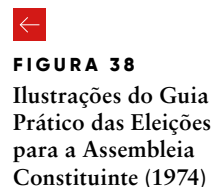
“O teu boletim de voto, dentro da urna, mistura-se com os outros que porventura já lá estiverem e com o que se seguirem. E como no boletim não assinas, nem pões o nome, nem escreves nada que não seja a cruz à frente do partido político, é impossível alguém vir a saber em que partido votaste”¹³⁹.

Em abril, próximo do ato eleitoral multiplicam-se as orientações. Anuncia-se que as secções de votos estarão abertas entre as 08.00 horas e as 19.00 horas e indicam-se os passos que cada eleitor deve seguir para exercer o direito ao voto. De igual modo, apela-se à participação, considerando-se que a *“abstenção traduzirá desinteresse pelo processo revolucionário em curso de democratização, descolonização e desenvolvimento”*¹⁴⁰. O jornal *O Povo do Lima* reproduz o comunicado da Conferência Episcopal sobre as eleições e uma caixa de texto com o título *“Votar é participar. Participar é um dever”*, seguida de um excerto da Constituição sobre a Igreja no mundo moderno, do Vaticano II¹⁴¹.



Contudo, algumas forças políticas da extrema-esquerda e membros afetos à componente gonçalvista do MFA defendem o voto em branco, por todos aqueles que não tivessem consciência da sua escolha (Lisi, 2015, pp. 48-49).

Contudo, algumas forças políticas da extrema-esquerda e membros afetos à componente gonçalvista do MFA defendem o voto em branco, por todos aqueles que não tivessem consciência da sua escolha (Lisi, 2015, pp. 48-49).



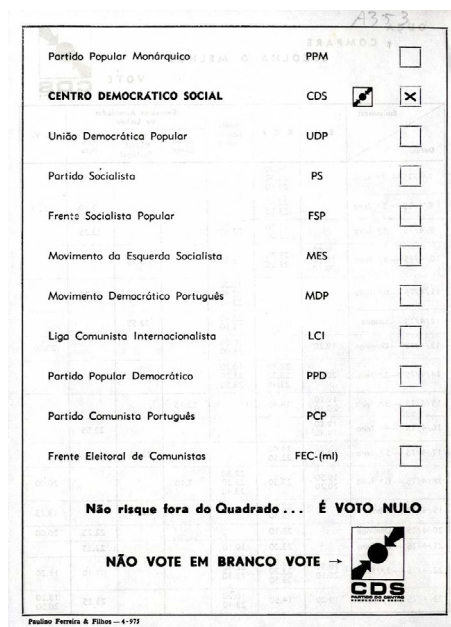


FIGURA 39
Panfleto do CDS
(1975)



FIGURA 40
Panfleto do PCP
(1975)

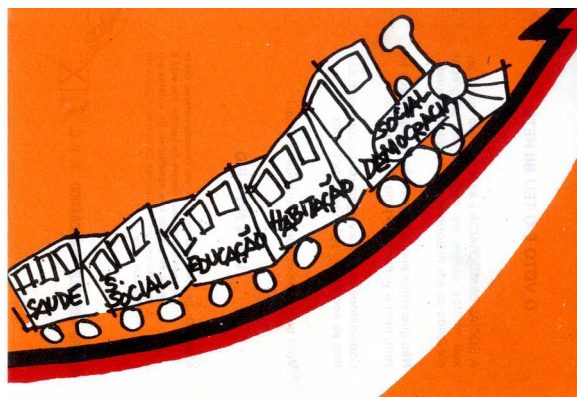
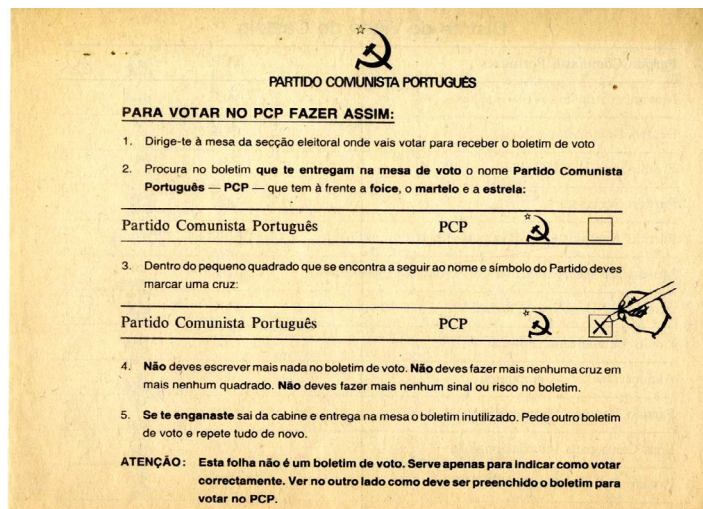


FIGURA 41
Frente e verso do
panfleto do PPD,
com explicação
sobre o voto nulo.

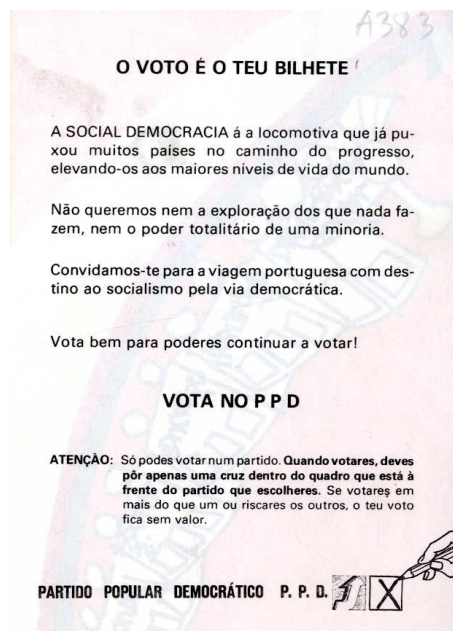




FIGURA 42

A imprensa local publica informações sobre o processo de votação, reforçando a mensagem do caráter confidencial do voto.
Cardeal Saraiva, 28.03.1975

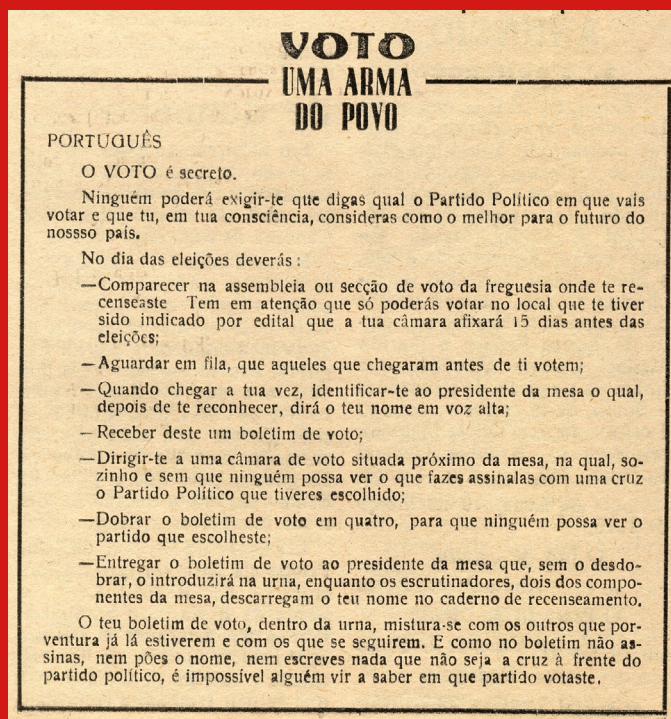
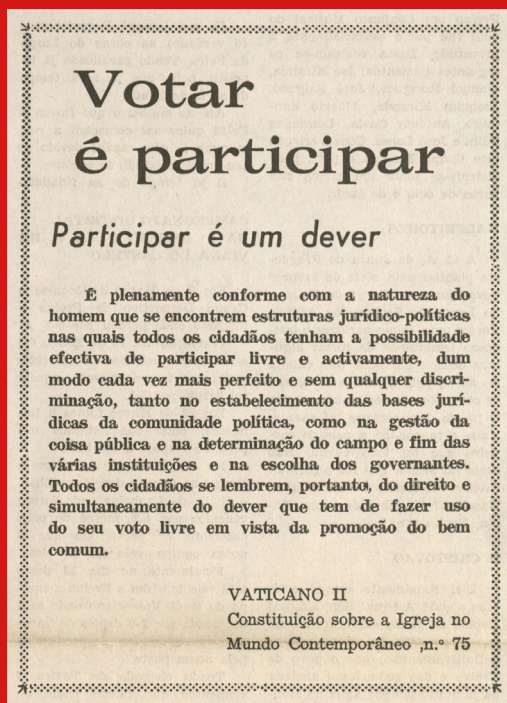


FIGURA 43

Apelo à participação nas páginas do jornal *O Povo do Lima*, que reproduz o comunicado da Conferência Episcopal sobre as eleições e um excerto da Constituição sobre a Igreja no mundo moderno, do Vaticano II.

O Povo do Lima, 23.04.1975

AS ELEIÇÕES FUNDADORAS

As eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas em 25 de abril de 1975, são um importante marco do processo de democratização do sistema político português e fundamento da democracia representativa, sendo por isso qualificadas, por alguns autores, de “*eleições fundadoras*”¹⁴².

Em abril de 1975 o correspondente da freguesia de Arcozelo, do jornal *Cardeal Saraiva*, dá nota do início da campanha eleitoral, “*a primeira livre, depois de 48 anos de fascismo, [e] obscurantismo*”. As “*colagens maciças de cartazes*”, em que “*o P.S., P.C. e P.S.D se entregaram (...) com entusiasmo*”, marcam as primeiras horas da campanha¹⁴³, prenunciando uma intensa jornada de sessões de esclarecimento, comícios e manifestações. Na mesma edição do jornal publicam-se textos do CDS, da Frente Socialista e do MDP/CDE. A lista pelo círculo de Viana do Castelo do MDP/CDE integra por Ponte de Lima, o advogado Orlando de Sá Vieira Mendes¹⁴⁴. Por sua vez, na lista proposta pelo PPD encontramos o advogado Abel Carneiro, natural de Ponte de Lima¹⁴⁵. No balanço da campanha eleitoral, o PPD lamenta que “*grupos contra-revolucionários tenham tentado sabotar sessões de esclarecimento*” e que “*a sede em Viana tenha sido assaltada e destruída*”. Não obstante estes incidentes, considera-se que, mais do que a vitória de um partido, interessava “*a vitória da Revolução e consequentemente a libertação do povo português*”¹⁴⁶.

As eleições decorrem com elevada participação e civismo. No que concerne à participação, registou-se a taxa mais elevada até à data. Segundo os dados oficiais, a nível nacional, 91,7% dos votantes participaram no ato eleitoral. No círculo eleitoral de Viana do Castelo votaram 89,17% dos eleitores inscritos¹⁴⁷. A imprensa local confirma a regulari-

dade e serenidade do ato: na Gemieira não se registam incidentes, tudo acontece com a “*desejada calma*”¹⁴⁸; em Moreira do Lima houve “*uma autêntica eleição, como não há memória*”, marcada pela conduta ordeira¹⁴⁹; em Fontão, os habitantes participam “*com todo o respeito e compostura*”¹⁵⁰.

No concelho de Ponte de Lima o Partido Popular Democrático é o mais votado, recebendo 46,1% dos votos válidos, seguindo-se o CDS, com 31,5% e o PS com 12,4%. No ato eleitoral recebem, ainda, votos os partidos: PCP (2,3%), MDP (2,1%), PPM (1,5%), FSP (1,4%), MES (1,4%) e FEC (0,9%)¹⁵¹. O Partido Popular Democrático vencerá em trinta e seis freguesias do concelho e o Centro Democrático Social em catorze freguesias¹⁵².

Como é expectável, os resultados da votação têm diversas leituras. O correspondente do *Cardeal Saraiva* de Gaifar nota que “*tratando-se de uma minúscula aldeia de um meio rural, tido como despolitizado, todos os partidos [foram] (...) mais ou menos votados*”¹⁵³. Na verdade, a existência de votos em todos os partidos concorrentes acontece em 30 freguesias do concelho.

A nível nacional, as eleições para a Assembleia Constituinte são ganhas pelo Partido Socialista, com 37,87% dos votos (116 mandatos), seguido do Partido Popular Democrático, com 26,39% (81 mandatos). Para além destes partidos, conseguem eleger deputados o PCP (30 mandatos), o CDS (16 mandatos), o MDP/CDE (5 mandatos), a UDP e a ADIM (ambos, 1 mandato) (Espírito-Santo, 2021, p. 90).

Na sequência dos resultados, participam na Assembleia Constituinte os seguintes deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo¹⁵⁴: Abel Augusto Carneiro (1926-1976)¹⁵⁵, António Joaquim da Sil-

va Amado Leite de Castro (n. 1930)¹⁵⁶ e António Roleira Marinho (n. 1942)¹⁵⁷, pelo Partido Popular Democrático (PPD); Alberto Marques de Oliveira e Silva (1924-2011)¹⁵⁸, Manuel Alfredo Tito de Morais (1910-1999)¹⁵⁹ e Manuel Amadeu Pinto de Araújo Pimenta (1937-2024)¹⁶⁰, pelo Partido Socialista (PS); e António Pedreira de Castro Norton de Matos (1935-2021)¹⁶¹, pelo Centro Democrático Social (CDS).

No grupo dos deputados eleitos pelo círculo de Viana do Castelo não encontramos uma única mulher. A Assembleia Constituinte contará, entre os duzentos e cinquenta deputados, com apenas vinte mulheres.

Os dois eleitos naturais de Ponte de Lima, Abel Carneiro e Manuel Araújo Pimenta, estiveram presentes na sessão de votação da Constituição da República Portuguesa, realizada em 2 abril de 1976. No decurso dos trabalhos da Assembleia Constituinte, Abel Carneiro produziu algumas intervenções e subscreveu quatro requerimentos (Veiga, 2021, p. 150). Na mesma legislatura, no que diz respeito a interesses mais circunscritos ao concelho de Ponte de Lima regista-se a apresentação de uma comunicação da Adega Cooperativa manifestando-se favorável à revogação de um Decreto, por o considerar “*flagrante desrespeito* [pelos] *princípios do cooperativismo*”¹⁶², e a abordagem de questões relacionadas com a eletrificação e a laboração da Celnorte, de onde provinha um cheiro nauseabundo.



FIGURA 44

Inscrições partidárias em edifícios de Ponte de Lima e Arcozelo.

Em cima, a foice e o martelo pintados nos Paços de Concelho; à direita, inscrição relacionada com a Frente Socialista Popular (FSP) e Manuel Serra; em baixo, apelo ao voto no PS. As inscrições partidárias nos edifícios e a colagem de cartazes são um dos meios de propaganda mais utilizado nas campanhas eleitorais, embora houvessem instruções do ministro da administração interna a interditar o uso dos Paços de Concelho e outros edifícios da autarquia para a propaganda política partidária, bem como a colagem de cartazes nas instalações diplomáticas e consulares, nos monumentos, nos templos e nos edifícios públicos.

AMPL

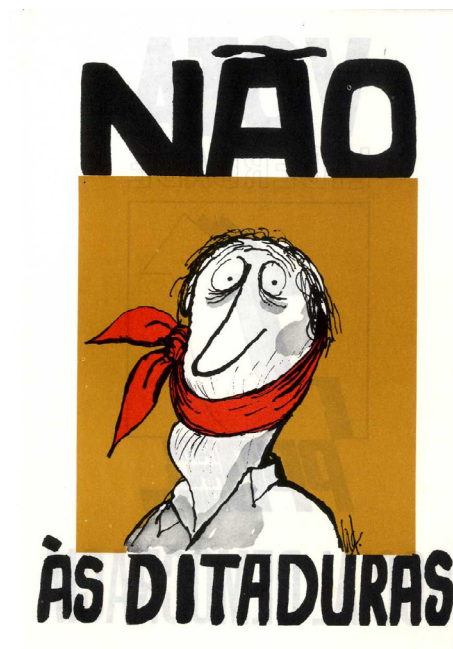


FIGURA 45

Panfleto do PPD (1975)

REVOLUÇÃO E RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

1975. Entre o 11 de Março e o 25 de Novembro vive-se uma fase crítica do processo de democratização. Na memória coletiva ficou conhecida por “Verão Quente”, o “período crítico do PREC”. Assiste-se à divisão política do país, ao extremar de posições e a confrontos públicos entre defensores de caminhos políticos e sociais opostos. Multiplicam-se as razões para a divisão. Há quem defenda a legitimidade revolucionária e quem propugne pela legitimidade eleitoral. Há quem se manifeste pela unicidade sindical e quem a recuse. Foi o tempo dos saneamentos, do julgamento dos responsáveis políticos do antigo regime, da organização de redes de extrema-direita, das nacionalizações, da reforma agrária, das divisões no MFA, do caso *República* e da ocupação da *Rádio Renascença*, dos atentados terroristas e dos assaltos às sedes. Entre aproximações e dissensões, em poucos meses, o processo revolucionário atinge o auge e vive o refluxo.

11 DE MARÇO DE 1975

A intentona do 11 de março, preparada pelos setores de direita militar e civil, falha. António Spínola é derrotado e o processo de institucionalização do MFA acelera, criando-se o Conselho de Revolução. Abre

a “*via de transição para o socialismo*” e a fase do processo democratizador conhecida por “Verão Quente”. A leitura dos factos é díspar: uns consideram que o 11 de Março constituiu uma “armadilha da esquerda”, enquanto outros, consideram que se tratou de uma tentativa desesperada dos spinolistas para evitar o avanço da esquerda revolucionária (Pimentel, 2024, p. 295).

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal congratula-se com a “*vitória das Forças Armadas e Povo sobre a reacção*”, considerando que “*o processo revolucionário em curso constitui uma barreira intransponível se a vigilância e a unidade de todos não afrouxar*”. Para os edis, “*a renovação iniciada em vinte e cinco de Abril não mais será destruída*”¹⁶³.

Na sequência dos acontecimentos do dia 11 de março, os professores e os alunos das escolas primárias, da Escola Preparatória António Feijó e da Escola Técnica percorrem as ruas da vila, entoando palavras de ordem de apoio ao MFA. A concentração, à qual se associaram populares, termina na Praça da República. A porta da sede do CDS é forçada, o mobiliário é retirado e o material de propaganda é lançado à rua e destruído numa fogueira¹⁶⁴. O PCP, PS e MDP, intitulado-se partidos “*verdadeiramente progressistas*”, manifestam repúdio pelo sucedido na sede do CDS e desvinculam-se da manifestação que teve lugar no dia 12 de março¹⁶⁵. O ataque à sede é condenado, igualmente, nas páginas do jornal *O Povo do Lima*¹⁶⁶. Em relação aos acontecimentos do dia 11 de Março, este órgão de comunicação social considera que o “*novo golpe armado tentou aniquilar a nascida Democracia Portuguesa*”. Lamentando a morte de um cidadão, mas reconhecendo que “*as máscaras caíram*”, defende que os portugueses “*têm necessidade de conhecer os seus verdadeiros amigos*”¹⁶⁷.

No congénere *Cardeal Saraiva* reproduz-se um comunicado da Comissão de Dinamização do Partido Trabalhista Democrático Português

onde se reafirma o apoio ao MFA e ao caminho de “*implantação de uma democracia pluralista em Portugal*”, bem como a disponibilidade de 6000 homens “*trabalhadores portugueses, prontos a entrar em combate, ao lado das Forças Armadas*”¹⁶⁸.

Pela mesma altura, o correspondente do jornal canadiano *La presse*, Pierre Saint-Germain, descreve a sua passagem por Ponte de Lima num artigo intitulado “*Les Portugais se préparent à voter et non pas peur du communisme*”. Segundo o cronista, as lavadeiras junto ao Lima não davam de

“forma alguma a impressão de serem hostis ao caminho socialista em que Portugal está a embarcar. A mais nova, com a saia puxada até o meio das coxas, contou-me que as pessoas ganhavam mais com o novo regime, mas que a vida continuava difícil. Outra lavadeira, na casa dos quarenta anos, com cabelos pretos presos num lenço, não escondia que era socialista. A propósito das eleições, esta mulher muito falante e divertida indicou que aos olhos dos habitantes locais, o Partido Popular Democrático está ligado às forças conservadoras. Quanto ao Centro Democrático e Social (CDS), um partido ainda mais à direita que o PPD, no atual espectro político de Portugal, disse: “Não o quero a qualquer preço””¹⁶⁹.

VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

O clima de tensão prolonga-se e os episódios de violência multiplicam-se no distrito. Nos meses de julho e agosto, a violência anticomunista resulta no assalto aos Centros de Trabalho do PCP de Valença (19.07),



FIGURA 48

Frente e verso do panfleto da Liga Comunista Internacionalista, apelando à mobilização dos trabalhadores contra a ação em curso pelas forças da direita.

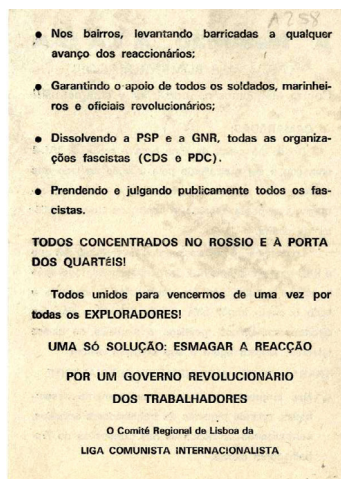
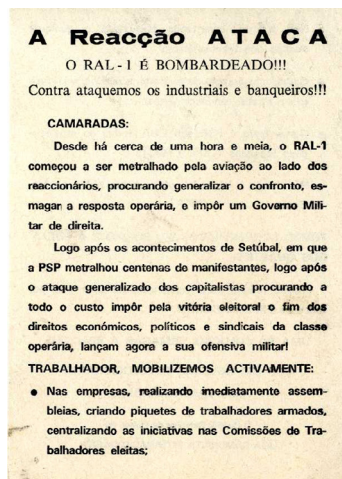


FIGURA 50

Caricatura de António de Spínola publicada do jornal *O País*, de 09.01.1976. Spínola surge mimetizando a estátua *O Desterrado*, de António Soares dos Reis, tendo a seus pés o livro *Portugal e o Futuro*, onde aborda o Ultramar e a guerra. A obra ficará conhecida pela frase “a vitória exclusivamente militar é inviável”.

ESMAGUEMOS A REACÇÃO!



Comunicado n. 1 - 11 de Março
14,30

PORTUGUESES !

Forças militares reacçãoárias constituídas por paraquedistas, levantaram-se esta manhã contra a ordem democrática, contra o 25 de Abril, contra as liberdades que o povo português conquistou. O quartel do RAL 1 em Lisboa foi atacado.

Aqueles que desde o 25 de Abril não pararam de conspirar contra a liberdade decidiram hoje tentar pela força fazer regressar a ditadura fascista que o nosso povo e o MFA sacudiram em 25 de Abril.

Para isso nas últimas semanas criaram um clima de confusão, de divisão do povo e do MFA pactuaram com o imperialismo e a reacção internacional.

SÃO FASCISTAS, SÃO TRAIADORES A PÁTRIA, SÃO INIMIGOS DO NOSSO POVO





FIGURA 49
Comunicado
da Comissão
Central do MDP/
CDE sobre os
acontecimentos do
11 de Março.



FIGURA 51
Lavadeiras no areal
em Ponte de Lima
AMPL



Arcos de Valdevez (13.08) e Ponte de Lima (18.08) (DORVC do PCP, 2023). Em agosto de 1975, o PSD publica um comunicado onde afirma que foi o “*primeiro partido, (...) [do distrito] a ter a sua sede traiçoeiramente assaltada e saqueada*”, lamentando, à data, a falta de solidariedade dos restantes partidos¹⁷⁰. Os levantamentos anticomunistas, no Verão Quente, resultam da ação de células do MDLP¹⁷¹, do ELP¹⁷² e do Plano Maria da Fonte, que agem com a conivência de caciques locais. O Plano Maria da Fonte atuará, fundamentalmente, onde existem sedes de partidos da extrema-esquerda e centros de trabalho do PCP, com o apoio do clero católico¹⁷³. A estratégia passa pelo incitamento através de panfletos à mobilização anticomunista. O apoio às populações é assegurado por elementos treinados, como as Brigadas Anti-Totalitárias (BAT) (Marchi, 2020. p. 294). Oito dias depois das palavras do arcebispo Francisco Maria da Silva pronunciadas em Braga, referindo-se a uma minoria que procura impor o comunismo contra a vontade do povo, e dos subsequentes confrontos junto das instalações do PCP, o Centro de Trabalho de Ponte de Lima, situado na Avenida António Feijó, é atacado. No dia 3 de agosto, na véspera da feira são distribuídos panfletos incitando a população a expulsar os comunistas¹⁷⁴. Quinze dias depois, circula novo panfleto¹⁷⁵. Os membros do Partido Comunista “*tomaram posições, com armas e um megafone na sede*”¹⁷⁶. A precipitação dos acontecimentos, na sequência do arremesso de pedras e da troca de disparos, conduz à intervenção de uma força militar, à morte de José Martins da Costa Lima (Zé Carteira), ao assalto e ao incêndio que consume o edifício. Segundo a imprensa, há vários feridos, pois “*a desvairada e descontrolada massa do povo anónimo*” munida de “*fortes cabos de enxada à venda na feira (...) descarregou sobre todos aqueles que eram acusados de comunistas*”. Ainda que não perfilhassem aquele partido “*desde que eram acusados tinham de levar*”¹⁷⁷. Segundo o jornal *O Povo do Lima* registam-se mais de duas centenas de feridos ligeiros, na maior parte das circunstâncias de chumbos¹⁷⁸. A DORN do PCP protestará pela passi-

vidade das autoridades em relação aos atos perpetrados pelo “*bando de fascistas [que] montou um cerco ao Centro de Trabalho*”, lamentando a morte do seu militante – “*um exemplo e um símbolo da luta que o nosso povo está a travar para preservar as conquistas da Revolução*”¹⁷⁹. A secção concelhia do Partido Socialista emite um comunicado em que condena veemente o sucedido e lamenta a morte e os feridos. Para os membros desta seção partidária, “*a onda de violência que assim tem campeado em nada contribui para a consolidação democrática*”, pelo contrário “*favorece objectivamente os intentos da reacção*” e “*a escalada contra-revolucionária da direita*”¹⁸⁰. Na Assembleia Constituinte, o deputado Fernando Ribeiro da Silva (PPD) refere-se à onda de violência que percorre a região norte, aludindo às mortes que ocorreram em Vila Nova de Famalicão, Fafe e Ponte de Lima¹⁸¹. Por sua vez, a União dos Sindicatos de Viana do Castelo envia ao Diretório da Presidência da República um pedido de inquérito, por parte do COPCON, para se averiguar o sucedido e os responsáveis pela morte do cidadão limiano¹⁸². Pouco dias depois dos acontecimentos, João Vieira Lisboa questiona a Câmara Municipal sobre o destino da casa incendiada: “*Fica como monumento de vítima do fascismo em Ponte de Lima?*”¹⁸³.

A notícia corre mundo. A imprensa internacional refere os incidentes, integrando-os na situação caótica do país, que prefigurava uma guerra civil. A imagem apresentada é a de um país ingovernável, havendo diferentes posicionamentos sobre os ataques anticomunistas (Vieira e Monico, 2014). O correspondente do jornal *La Presse* considerava que se vivia “*a mais grave crise política da revolução portuguesa, sobre um pano de fundo de incidentes sangrentos*”, mencionando o de Ponte de Lima, que tinha causado “*1 morto e 100 feridos*”¹⁸⁴. Outros jornais do Canadá referem-se ao acontecimento: *La Voix d’Est*, publicado no Québec, descreve-os num texto intitulado “*Les affaires se corsent au Portugal où un premier communiste est tué*”, referindo que os manifestantes depois de atado fogo

à sede do PCP, tentaram atacar o aquartelamento dos bombeiros¹⁸⁵. Por sua vez, *Le Droit* destaca o facto de “o exército ter disparado sobre comunistas que faziam uso de armas de caça para se defenderem dos manifestantes”¹⁸⁶. Segundo Marvine Howe, correspondente do *New York Times*, estavam barricados no edifício cerca de 40 comunistas que receando a multidão lançaram “gasoline bombs”, ferindo várias pessoas. Em resposta, as 6 a 7 mil pessoas arremessaram pedras sobre a sede partidária¹⁸⁷. De igual modo, a imprensa brasileira refere-se ao assunto¹⁸⁸. O *Diário de Pernambuco* e o *Diário de Paraná* trazem a notícia à primeira página. Na imprensa europeia, a morte do militante comunista é chamada a título na primeira página do *The Scotsman*, jornal da Escócia¹⁸⁹, e o *Le Monde* acentua o facto de se assistir à primeira morte de um membro do Partido Comunista na sequência de afrontamentos: “C’est le premier membre du parti communiste tué dans un affrontement depuis le début de la crise”¹⁹⁰.

José da Costa Lima é recordado, mais tarde, por Luís de Sousa Dantas e Amândio Sousa Dantas, em três textos de prosa e poesia¹⁹¹, e numa homenagem, realizada em 1976¹⁹².

TENSÃO E ALVOROÇO

No início de setembro de 1975, desaparecem mil metralhadoras e centenas de armas de um depósito militar. Alguns dias mais tarde, surgem no Porto os *Soldados Unidos Vencerão* (SUV) que visavam a constituição de um exército revolucionário inspirado no ideário da extrema-esquerda. Pela mesma altura, os deficientes das Forças Armadas iniciam uma jornada de luta junto do Palácio de Belém e dá-se uma tentativa de sequestro do Governo Provisório. O clima de instabilidade reflete-se um pouco por todo o país. Em Ponte de Lima circulam panfletos anónimos com ameaças de



La Voix d'Est (Canadá), 20.08.1975



Evening Post (Escócia), 19.08.1975.

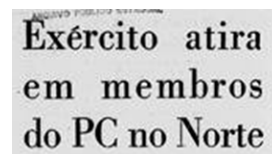


FIGURA 53

Notícia no
Diário de Lisboa,
19.08.1975



The Scotsman (Escócia), 19.08.1975.



Diário de Pernambuco, 19.08.1975



Mirror (Grã-Bretanha), 19.08.1975.



Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro, Brasil), 19.08.1975.



FIGURA 54
Sede do PCP em
Ponte de Lima.



Títulos dos jornais
internacionais

morte, escritos a vermelho e rematados por uma estrela vermelha. Segundo o jornal *O Povo do Lima*, num deles estava escrito: “B. M. A. – *Brigadas Marxistas Armadas – Agitador Fascista! – Foste condenado! – Até breve!*”. Perante o ambiente de ameaça e a circulação da notícia de armas à solta no país, o jornal questionava “*Viriam armas, das 1500, para Ponte de Lima?*” e manifestava receio que o concelho se tornasse num “*novo Texas*”¹⁹³. Pela mesma altura, as Comissões Administrativas de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Ponte da Barca recebem uma circular da denominada “*Comissão das Forças Armadas Portuguesas*” com ameaças de “*julgamento sumário*”, por as considerarem ilegais e inconstitucionais. O facto é noticiado pela imprensa brasileira, que atribui a iniciativa ao Exército de Libertação Português (ELP), organização de extrema-direita¹⁹⁴.

No início de outubro, emerge um conflito entre militares do MFA no Centro de Instrução de Condução Auto do Porto/Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (CICAP/RASP), na sequência da substituição do comandante da Região Militar Norte, Eurico Corvacho por António Pires Veloso. A comissão política concelhia de Viana do Castelo do CDS condena os acontecimentos seguintes à manifestação do PPD e PS junto ao CICAP/RASP, considerando que é imperioso tomar medidas para “*evitar e por cobro aos desmandos e actos de indisciplina que se verificam nas fileiras das Forças Armadas*”¹⁹⁵.

MORRE UM JOVEM MILITANTE DA EXTREMA-ESQUERDA

Em 1975 morre José Alexandrino de Sousa, um jovem natural de S. Pedro de Arcos, na sequência de uma altercação entre grupos de militantes da extrema-esquerda. Militante da Federação dos Estudantes Marxistas-Le-

ninistas (FEM-L), Alexandrino de Sousa estava a colar cartazes com os seus correligionários quando foram abordados por um grupo de membros da UDP. Agredidos são lançados às águas do Tejo, junto à Praça do Comércio. José Alexandrino morre afogado. De acordo com o *Diário de Lisboa* outros intervenientes foram resgatados por populares antes de a polícia chegar e deter cerca de 40 pessoas¹⁹⁶. O seu corpo, assim como de outras vítimas, apresentava escoriações “*proveniente de pancadas com instrumento contundente*”¹⁹⁷. Os incidentes que conduzem à sua morte são condenados por vários setores políticos e da sociedade. O deputado José Calha, do Partido Socialista, requer a elaboração de um relatório sobre os factos que resultaram no “*odioso assassinato de um elemento afeto ao MRPP por elementos ligados à UDP*”¹⁹⁸, partido com representação parlamentar. Na imprensa local, recorda-se que o jovem militante estava a divulgar a realização de uma ação partidária que pretendia homenagear José António Ribeiro dos Santos, assassinado pela PIDE em 1972¹⁹⁹. Como se registou no jornal *Cardeal Saraiva*, “*Ribeiro dos Santos caiu no tempo do fascismo, José Alexandrino caiu depois do “25 de Abril”*”²⁰⁰.

Milhares de pessoas participam no cortejo fúnebre e no comício realizado no cemitério da Ajuda, onde discursou um militante da FEM-L, envolvido também nos incidentes do Terreiro do Paço, Fernando Rosas (n. 1946), membro do Comité Central e diretor do *Luta Popular*²⁰¹. Segundo a imprensa nacional, estiveram na sede da organização, a apresentar condolências, uma delegação do PS, liderada por Maria Barroso (1925-2015), Lindley Cintra (1925-1991), Natália Correia (1923-1993), Fernando Oneto (1929-1976) e outros políticos e militares.

José Alexandrino de Sousa era estudante de Direito, membro da Direção da Associação de Estudantes e diretor do jornal *Guarda Vermelha*²⁰². O seu nome é, em novembro, associado à livraria que o MRPP criará na Rua Major Xavier da Costa, em Viana do Castelo.



ATACADOS MILITANTES DO M.R.P.P. UM MORTO E CINCO FERIDOS

Um morto e cinco feridos, um dos quais esta manhã em perigo de vida, balanço de um recontro ocorrido na madrugada de hoje, cerca das 4 horas, no Terreiro do Paço em Lisboa, entre militantes do M.R.P.P. e da O.R.P.C.-U.D.P.

Segundo o «DL» conseguiu apurar esta manhã junto da Polícia, o recontro deu-se quando militantes do M.R.P.P., três rapazes e três raparigas andavam na zona a colar cartazes e passou um automóvel que se deteve, não se sabe ao certo por que razões. O automóvel era propriedade de Rui Paisano, engenheiro eletrotécnico, de 30 anos de idade, natural de Loures, que

figura no número dos feridos e outros: Luís Pereira, serralheiro, 19 anos, de Sintra; Manuel Condesso, de 25 anos, operário, da Barquinha; Valde- mar Madeira, 19 anos, operário, de Santarém, e António Marques, 25 anos, soldado da Força Aérea. A Polícia acorreu e fez várias detenções.

Antes, porém de a Polícia acorrer e fazer as detenções, militantes do M.R.P.P., mais propriamente da F.E.M.L., foram lançados ao Tejo. O morto do balanço desta trágica ocorrência foi ali afogado. Outros foram salvos por pessoas que chegaram ainda antes da Polícia.

No automóvel, um Renault

15, matrícula AO-62-78, foram encontrados três carregadores de G-3 vazios e propaganda partidária.

O morto, Alexandrino de Sousa, era estudante da Faculdade de Direito de Lisboa e membro da F.E.M.L. O Comité Central do M.R.P.P. reuniu de emergência ao princípio da manhã de hoje e «examinou o significado político e as consequências políticas do assassinato terrorista» e aprovou as medidas adequadas.

Desde o princípio da manhã que a F.E.M.L. está a convocar os seus militantes para comparecerem na sede da organização.

Foram detidas cerca de quatro dezenas de pessoas.



FIGURA 55
Panfleto a
propagandar o
Comício Nacional
do MRPP,
comemorativo
do 5º aniversário
do partido
(18.09.1975).



FIGURA 56
Notícia publicada
no Diário de
Lisboa, 9.10.1975



FIGURA 57
Comunicado do
Comité Central
do MRPP sobre
o funeral de José
Alexandrino de
Sousa, 10.10.1975.

25 DE NOVEMBRO DE 1975

No dia 25 de novembro, dão-se movimentações de unidades militares afetadas à esquerda radical, nomeadamente dos paraquedistas de Tancos e de outras unidades do COPCON, que tomam as bases aéreas em volta de Lisboa. É decretado o estado de sítio parcial na Região Militar de Lisboa. Os sublevados hesitam e a população não adere, malogrando a ação. Otelio de Saraiva de Carvalho (1936-2021) demite-se e o COPCON é dissolvido.

Segundo o jornal *O Comércio do Porto* a situação no Alto Minho era calma. No dizer do articulista, que assina S. C., “o Alto Minho está sossegado e tranquilo”, ou seja, “está consciente de tudo o que é grave, mas que tudo requer perfeito domínio de cada um e de todos”. Não obstante, as pulsações ritmadas do coração dos alto-minhotos, não havia dúvida que estavam determinados em se manterem fiéis aos que governam, do Presidente de República e dos princípios da revolução²⁰³. Idêntico diagnóstico é descrito pelo jornal *O Primeiro de Janeiro* quando se refere à situação na cidade de Viana do Castelo. Notando ansiedade entre a população, que corre “a ouvir a difusão dos comunicados que vão surgindo”, socorrendo-se dos rádios portáteis, o correspondente local regista que não sucedeu nada de anormal²⁰⁴.

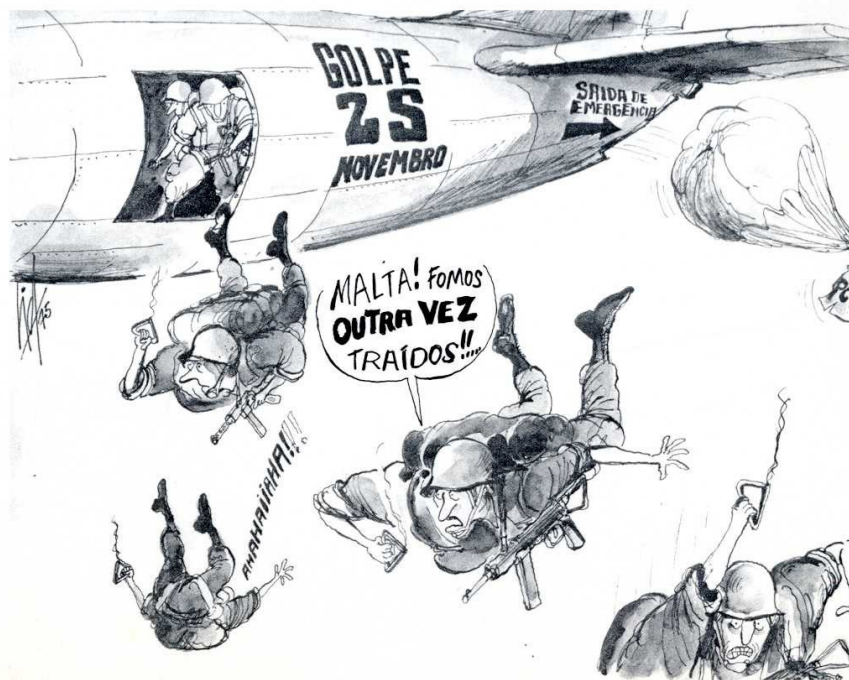
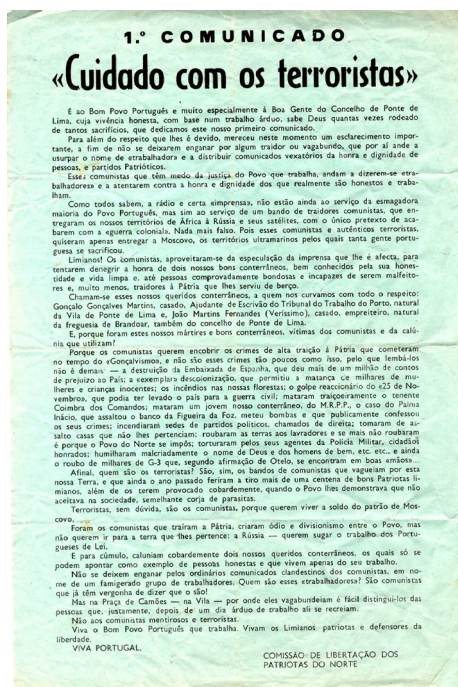
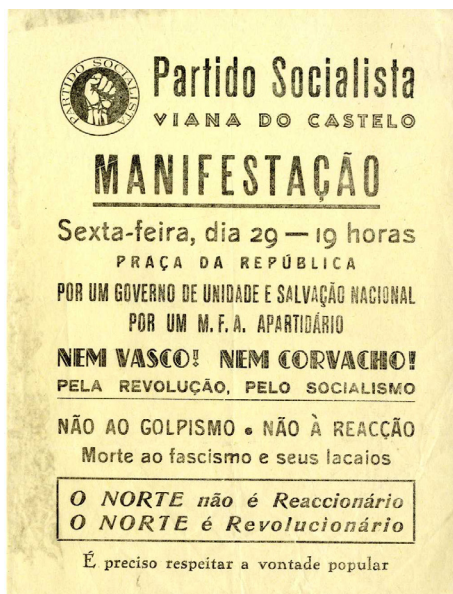
Em dezembro, o major Ramalho Eanes (n. 1935), Chefe do Estado-Maior do Exército, suspende os órgãos do MFA e desmobiliza os soldados afetados ao COPCON.

Os acontecimentos do 25 de novembro geram opiniões divergentes “consoante o lugar no espectro político em que são expressas” (Pimentel, 2024, p. 393). Porém, a historiografia, de um modo geral, considera-os como “o ponto de viragem da transição portuguesa entre o período revolucionário e a institucionalização da democracia” (Marchi, 2017, p. 31).



Funeral de José
Alexandrino
de Sousa (RTP
Arquivo)





ÚLTIMA TENTATIVA?



FIGURA 58
Panfleto
anunciando uma
manifestação do
PS, em Viana do
Castelo.



FIGURA 60
Comunicado da Comissão
de Libertação dos Patriotas
do Norte à população do
concelho de Ponte de Lima, de
teor anticomunista [sem data].



FIGURA 59
Caricatura
constante num
panfleto do
PPD, sobre os
acontecimentos do
25 de novembro de
1975

DESENVOLVER

ELETRIFICAÇÃO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COMUNICAÇÕES

Reconhecendo que a “*eletrificação do concelho é deficientíssima*”, o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal assume a alteração dessa realidade como uma das suas prioridades²⁰⁵. Paulatinamente, a eletrificação do concelho estende-se a várias freguesias e a iluminação pública abrange áreas mais afastadas do centro urbano. Nesse sentido, no final de 1974, a Comissão Administrativa solicita à Empresa Hidro-Elétrica do Coura um orçamento para instalar candeeiros de iluminação pública em vários arruamentos²⁰⁶. Em abril de 1975, o concelho de Ponte de Lima tem 15 freguesias inteiramente eletrificadas; Correlhã, Arcozelo, Beiral, Estorãos, Fontão e Ribeira estão parcialmente eletrificadas e mantém 17 freguesias sem eletricidade²⁰⁷. No ano seguinte, a Câmara Municipal recebe um subsídio para a eletrificação das freguesias de Gemieira, Beiral e Gondufe²⁰⁸.

Os apelos à instalação de eletricidade nas escolas multiplicam-se. Os alunos do curso de eletricidade da Escola Técnica de Ponte de Lima oferecem-se para proceder à instalação elétrica nas escolas do concelho. “*Um exemplo de Dignidade pela hora que vivemos e lição de solidariedade que deve ser seguida e imitada*”, nas palavras do redator da notícia publicada no jornal *Cardeal Saraiva*²⁰⁹. Para corresponder às solicitações das escolas de Gândara, Estorãos e Feitosa, a Câmara Municipal aceita a oferta dos professores e alunos e dispõe o transporte e o material elétrico necessários à execução do trabalho²¹⁰.

As questões da higiene e salubridade pública são outro dos assuntos que merecem atenção, nomeadamente a rede de esgotos. Nas escolas são tomadas as primeiras medidas para resolver outros problemas como a falta ou a melhoria das instalações sanitárias. De acordo com a Direção-Geral da Saúde era indispensável que estas tivessem condições de disponibilizar água e desinfetante (creolina), “*com vista a debelar a epidemia de cólera e de outras doenças*”²¹¹.

Por proposta dos Correios, Telégrafos e Telefones decide-se, em janeiro de 1975, instalar uma cabine telefónica na vila, junto à estação de camionagem²¹².

INICIATIVA POPULAR, MOVIMENTO ASSOCIATIVO E COOPERATIVISMO

A efervescência revolucionária produz dinâmicas sociais novas. Multiplicam-se as iniciativas populares, assentes em redes informais de solidariedade vicinal e comunitária, que procuram debelar problemas e satisfazer necessidades das freguesias. A população de Fontão organiza, em 1975, uma Comissão de Obras com o objetivo de atender às situações mais prementes, nomeadamente o “*restauro da estrada do Cada-val*”²¹³. Em junho do ano seguinte, um grupo de moradores do lugar da Senhora da Luz, de Arcozelo, solicita à edilidade o fornecimento de água ao domicílio, argumentando que se trata de “*uma zona suburbana de elevada população*”. Os requerentes propõem-se “*auxiliar com donativos e mão-de-obra o custo dos respectivos trabalhos*”²¹⁴.

Num outro âmbito, surgem associações recreativas, culturais e científicas que procuram desenvolver atividades e satisfazer públicos diversos.

Com a revolução a taxa de criação de associações no país aumentou cinco vezes (Fernandes, 2024, p. 66). O associativismo, regulamentado em novembro de 1974, desenvolve-se ao nível local, liberto das peias da organização de cariz nacional, própria do regime derrubado. Em Ponte de Lima, no dia 31 de janeiro de 1975 é criado o Centro Recreativo Cultural Limiano que funcionará provisoriamente nas instalações da Oficina de S. José. A associação visava a promoção da prática desportiva, a divulgação cultural e o recreio. De acordo com a Direção, a coletividade orientar-se-ia pelos princípios e objetivos do Encontro Nacional do Desporto (ENDO). Uma das suas primeiras atividades foi a realização de uma prova de atletismo (*cross*) na vila, para jovens de todas as idades e ambos os sexos²¹⁵. No dia 1 de abril, os jovens ocupam o edifício onde funcionava a Assembleia Limarense, na rua Beato Francisco Pacheco, para instalar a associação – “*uma associação do Povo e para o Povo*”²¹⁶. No ano seguinte, promovem umas “Jornadas Literárias”, apelando à apresentação de textos inéditos de poesia e prosa, e uma exposição sobre António Feijó que encerrará com uma conferência por Manuel Dias²¹⁷. Neste mesmo ano, outro grupo de jovens pontelimenses funda o GEICE (Grupo de Estudos e Investigação das Ciências Experimentais) – que funciona inicialmente numa sala cedida pelo Asilo D. Maria Pia e tem como propósito “*estudar e investigar as diversas ciências da experimentação*”²¹⁸ –, e a Sociedade Columbófila Limiana apresenta à Câmara um pedido de apoio à sua criação, estando esta “*já devidamente estruturada*”²¹⁹.



Entrevista ao Padre João Lopes sobre as condições de vida da população de Boalhosa (1975) (RTP Arquivo)

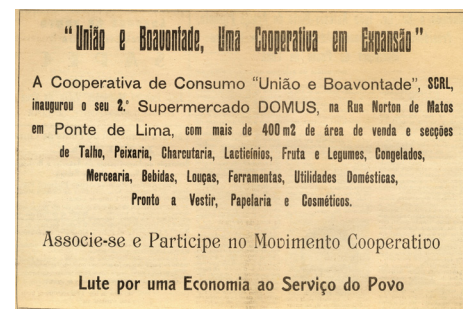


O cooperativismo é outra dimensão do anseio de associação. O setor cooperativo vive um período de desenvolvimento ímpar nos anos que sucedem a Revolução de Abril, despontando fundamentalmente na área da produção, da agricultura e da habitação. Em Ponte de Lima, instala-se uma cooperativa de consumo. Em outubro de 1974 é requerida a autorização para a colocação de reclusos luminosos na fachada

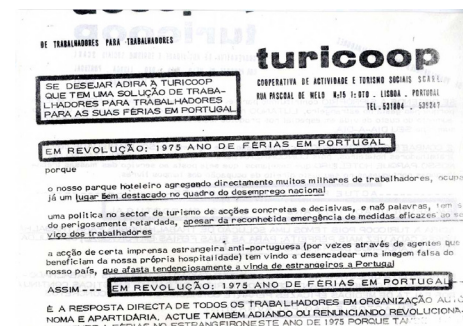
do edifício do supermercado, sito na R. General Norton de Matos, “Domus – Supermercados cooperativos”²²⁰. Em dezembro as páginas do *Cardeal Saraiva* anunciavam a inauguração do supermercado da cooperativa “União e Boavontade”²²¹. No fecho do ano, a Comissão Administrativa de Ponte de Lima informa a Turicoop – Turismo Social e Juvenil que as Oficinas de S. José seriam o local apropriado para servir de instalações para um dos 77 campos de trabalho que aquela cooperativa tencionava realizar no país, no período do Verão²²².



↑
FIGURA 61
Campanha da Direção-Geral de Saúde sobre a higiene pessoal. Reclamo publicado no jornal *Cardeal Saraiva* (29.08.1975).



↑
FIGURA 62
Anúncio da abertura do Supermercado Domus, da Cooperativa de Consumo “União e Boavontade”, em Ponte de Lima. *Cardeal Saraiva*, 22.12.1974.



↑
FIGURA 63
Panfleto da Turicoop promovendo o destino de Portugal, nas férias de 1975

CULTURA E EDUCAÇÃO

DINAMIZAÇÃO CULTURAL NO ALTO MINHO

Na região do Alto Minho realizam-se duas ações da Campanha de Dinamização Cultural e Ação Cívica²²³, responsabilidade da Comissão Dinamizadora Central (CODICE) da 5ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)²²⁴, que tinha o propósito de sensibilizar as populações para os objetivos do Programa do MFA: a “Operação Verdade” e a “Operação Alvorada”. A primeira decorre entre os dias 31 de janeiro e 9 de fevereiro de 1975 e abrange os concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Monção e Melgaço, sendo constituída por 8 equipas. Participam militares pertencentes ao Regimento de Caçadores Paraquedistas e à Base Aérea nº 3, a Banda da Força Aérea, o grupo de teatro “A Comuna” e uma parelha de palhaços²²⁵. A segunda abrange os concelhos de Ponte de Lima, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura. As ações realizam-se entre o dia 13 e o dia 23 de fevereiro, do mesmo ano (Gonçalves, 2018, p. 32).

Em fevereiro de 1975, membros do Movimento das Forças Armadas do grupo que dinamiza a Campanha de Dinamização Cultural “Alvorada” deslocam-se à Correlhã. A receção é preparada pelas professoras, com a colaboração das funcionárias e alunos da escola do ensino primário. De acordo com a professora Ester de Barros Puga, “*não faltaram cravos encarnados, camélias da mesma cor, cartazes e outros enfeites*”. O átrio da escola é eletrificado pela “Casa Pereira” e a sessão inicia com a exibição de um filme intitulado “O 25 de Abril”²²⁶. Pela mesma altura, o MFA, representado pelos Fuzileiros Navais, di-

namiza uma sessão idêntica na freguesia de Gemieira. Para além dos militares, a delegação conta com a presença do engenheiro agrónomo Oliveira. Segundo a imprensa, ocorre “*lá bastante público, não só da Gandra, como das freguesias vizinhas*”²²⁷. No dia 23, a operação “Alvorada” está em Refoios, tendo um grupo de habitantes entregue aos militares um moção destinada ao Conselho Superior do MFA para que se tomem medidas “*enérgicas junto do clero reacionário*”²²⁸. Na freguesia de Souto, a sessão de esclarecimento inicia às 23.30 horas de domingo, o que não impede uma elevada participação. São abordadas questões relacionadas com a saúde, economia, agricultura e política²²⁹. A Operação Alvorada, integrada no modelo de campanhas itinerantes, atua ainda na vila, em Arcozelo, Moreira do Lima e Rebordões²³⁰. Em Ponte de Lima realiza-se uma sessão no Teatro Diogo Bernardes, com elementos do destacamento de Fuzileiros Especiais da Armada, comandados pelo 1º Tenente Silvino Teixeira Rodrigues. A sessão foi “*muito concorrida*”²³¹ e no seu decurso, segundo a imprensa, “*houve por vezes controvérsias entre os políticos presentes*”²³².

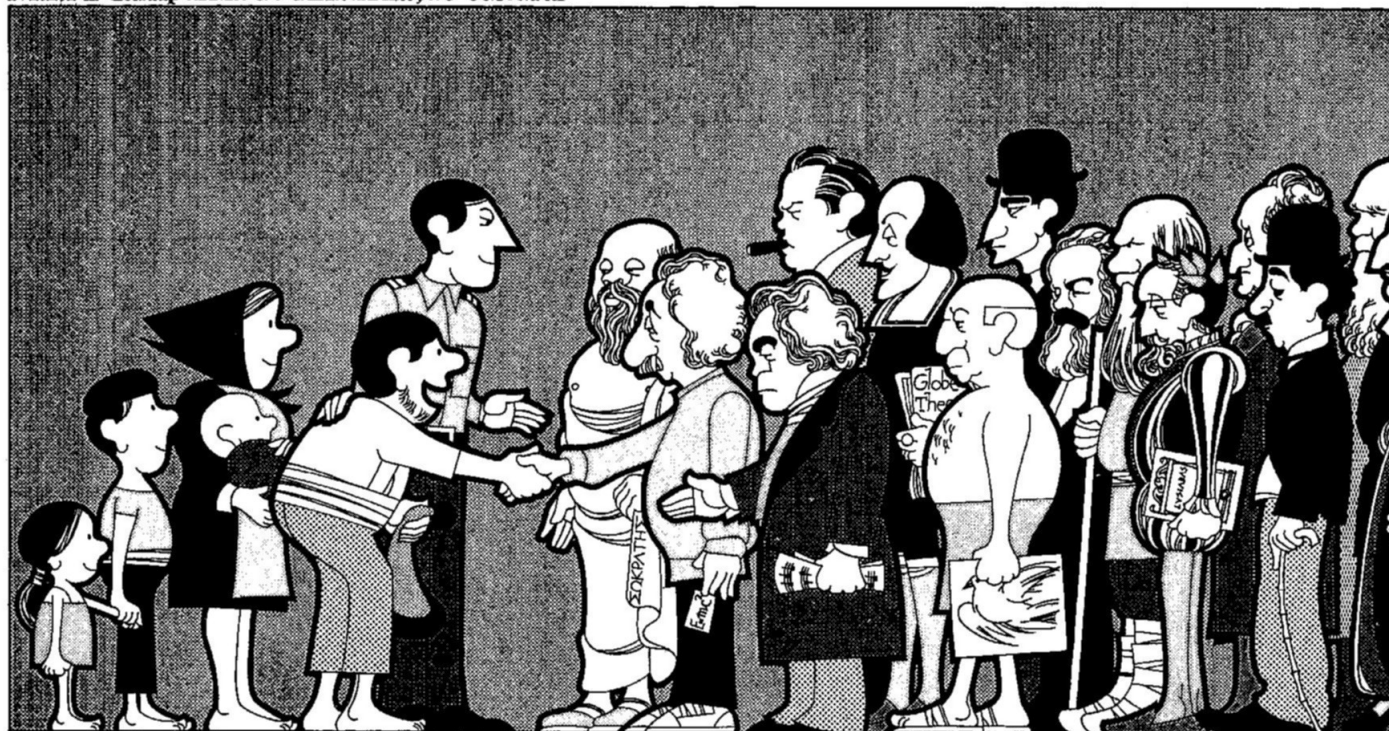
As campanhas de dinamização estão, desde a sua criação, envoltas em polémica. Em determinadas circunstâncias, a presença dos militares é contestada. De acordo com o *Cardeal Saraiva*, em março de 1975, os militares propõem arranjar caminhos e abrir estradas na freguesia de Fojo Lobal, mas os habitantes negam apoio²³³. As críticas estão frequentemente relacionadas com a propaganda agressiva, de cariz marxista-leninista, levada a cabo por alguns militares e o confronto com o sentir das populações locais, mormente no que diz respeito à influência do clero.

Não obstante estas reações, em fevereiro de 1975, o Comandante do Batalhão Caçadores nº 9, Major António Joaquim Abrunhosa, defenderá a continuidade das campanhas de dinamização cultural e esclarecimento cívico, preconizando a realização de ações internas na

Unidade e a continuidade das atividades externas, procurando neste caso dar resposta aos seguintes propósitos: “a) *Relação com os novos países africanos*”; b) *Indicações sobre o processo eleitoral*; c) *Ajudar e ensinar a resolver os problemas locais*; d) *Explicação do plano-económico*”. O mesmo militar defenderá a elaboração de “*textos devidamente preparados*” para assegurar “*a máxima isenção partidária*”²³⁴.

Se há notícia do rechaçar das forças militares, também é certo que não faltam evidências contrárias. Com efeito, a sua presença é expressamente requerida pelas populações. É o caso de um grupo de habitantes de Refoios do Lima que, tendo conhecimento da preparação de uma missão no Minho, solicita que a freguesia seja contemplada com uma visita, o que como vimos acontecerá. De acordo com os signatários, as eleições que se avizinhavam só seriam efetivamente livres quando a população fosse “*libertada dos tentáculos reacionários que a asfixia*”²³⁵. Em maio de 1975, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Bertandos descreve a situação da freguesia e solicita que os militares se desloquem àquela localidade. De acordo com a missiva, “*a agricultura [era] (...) pobre, porque só produs (sic) seis meses no ano, porque o resto do ano é ivadida (sic) pelas águas do rio Lima e seus afluentes*”. Segundo o presidente, a presença dos “*membros da revolução*” era imperiosa, “*porque se os homens da revolução do 25 de Abril, não passarem por esta freguesia, nunca este saíra das garras do facismo (sic)*”²³⁶. Por isso, é requerida a realização de uma sessão de esclarecimento. No mês seguinte, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Moreira do Lima dirige uma carta aos serviços de dinamização cultural e ação cívica solicitando a comparência dos militares para tratar de dois assuntos que preocupavam a população: os baldios e o atraso do pagamento do leite, a que se associava o preço do litro²³⁷. Entre o conflito e a proximidade, a acareação entre os agentes da campanha e as populações locais era constituinte de uma nova relação antropológica e política.

M.F.A. Campanha de dinamização cultural



Muito prazer em conhecer voelências



FIGURA 64

*Muito prazer em conhecer
Vocelências*, cartoon de
João Abel Manta, para
o M.F.A., 5ª divisão,
Campanha de Dinamização
Cultural, Lisboa, 1975.



FIGURA 65

Banda desenhada *Vão à escola?
Não, vão votar!* Da Campanha
de Dinamização Cultural e
Esclarecimento Cívico do MFA.
Criação e texto de Xingu e
desenhos de M. Tavares, 1975.



ACABAR COM O ANALFABETISMO

Escreve um articulista do jornal *Cardeal Saraiva* que o “*analfabetismo é o maior cancro de Portugal*” e suscita a questão: “*onde está o socialismo, onde pode estar o socialismo, como pode havê-lo num país com um terço de analfabetos?*”. Segundo o autor destas linhas, em abril de 1976, ainda havia “*professores sem escolas e escolas sem professores*”²³⁸. A constatação evidencia as dificuldades de ultrapassar um atraso significativo no processo de escolarização da população portuguesa, tendo em consideração a realidade dos países europeus.

A melhoria das condições materiais das escolas é uma das questões mais presente nos pedidos formulados pelos professores e nas medidas tomadas pelas autarquias, no período entre 1974 e 1976. A necessidade de ampliar a oferta de estabelecimentos escolares e professores é recorrentemente lembrada. Por despacho datado de 13 de agosto de 1974, é criado o posto de receção do Ciclo Preparatório TV para funcionar no ano letivo 1974-1975, em São Mamede, Refoios do Lima. Este curso destina-se à frequência de alunos que concluíram a 4ª classe e que estivessem dentro da escolaridade obrigatória²³⁹.

A par do ensino oficial desenvolvem-se campanhas de alfabetização e higienização. As perspetivas quanto às intervenções destas campanhas são diversas, estabelecendo-se, em várias circunstâncias, uma situação de confronto entre aqueles que eram seus partidários e o clero. Um autoproclamado Comité de Apoio às Brigadas de Alfabetização (CABA) publicará um comunicado onde acusa o pároco de Refoios de “*principal mentalizador e activista*” da reação. Acusações idênticas eram regulares e atingiam outros membros da Igreja. Em sua defesa, o clero de Ponte de Lima declara que “*não é contra a instrução do povo*” e recorda que durante muitos anos foi o principal impulsionador do ensino

no concelho, estimulando a criação de escolas, a inscrição nos cursos de instrução para adultos, promovendo diversos cursos, fundando tele-escolas e mantendo estabelecimentos de ensino secundário²⁴⁰.

SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

Em maio de 1975 é instituído o Serviço Cívico Estudantil, ficando sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência (MEC)²⁴¹. Entre outros propósitos, visava o desenvolvimento de atividades que contribuíssem para melhorar as condições de vida das populações mais necessitadas e fomentar o espírito de trabalho coletivo e a participação dos estudantes nas tarefas da construção da democracia. Ponte de Lima colaborará com o Plano Trabalho e Cultura, desenvolvido no âmbito do Serviço Cívico Estudantil, com a participação do Departamento de Cultura e Animação do INATEL, em maio de 1975. Trata-se de um projeto de recolha etnográfica, liderado por Michel Giacometti, que se propunha realizar um registo exaustivo da música regional, completando o trabalho que iniciara em 1959, com Fernando Lopes-Graça (Freitas Branco, J., & Oliveira, L., 1993), bem como recolhas da literatura popular e de materiais associados ao trabalho. O material recolhido reverteria para o Centro de Documentação Operário-Camponesa/Museu do Trabalho (Valente, 2010, p. 214). A Comissão Coordenadora envia um pedido de colaboração à edilidade, distribuindo uma equipa pelas freguesias de Cabração, Bárrio/Labrujó, Rendufe, Serdedelo/Fornelos, Boalhosa, Calheiros/Brandara²⁴². Uma equipa, constituída por três rapazes e uma rapariga, esteve nas freguesias de Bárrio, Labrujó e Rendufe. Na freguesia de Bárrio, a colaboração do padre terá sido determinante para a integração do grupo de brigadistas na comunidade. O mesmo não acontece nas restantes. Por isso, instalam-se em Ponte de Lima, deslocando-se diariamente nos transportes públicos a

Rendufe e a Labrujó. Os brigadistas recolhem e adquirem materiais, nomeadamente potes cerâmicos e cangas. Michel Giacometti realizou uma visita de supervisão em setembro. Não era a primeira vez que percorria o concelho de Ponte de Lima. Em 1973, o programa *Povo que Canta* transmitiu os cantos de trabalho em Estorãos.

Em novembro, a Câmara Municipal apresenta 7 atividades para integrar o Serviço Cívico Estudantil e define os seus orientadores: (1) limpeza de parques e arruamentos, pelo Serviço de Obras; (2) iniciação musical e desportiva, por “Os Limianos”; (3) cadastro de terrenos para construção urbana, pelo arquiteto Carvalho Dias; (4) inventário dos prédios de vila, pela Comissão Municipal; (5) localização de espécimes de artesanato e arqueologia, pelo arquiteto Carvalho Dias e o professor arquiteto Octávio Felgueiras; (6) alfabetização, pela Direção Escolar; e (7) escavações arqueológicas, pelo Padre Manuel Dias (1933-2015) e José Rosa Araújo (1906-1992)²⁴³.



Programa *Povo que Canta* (1973) em Estorãos (RTP Arquivo)



Entre os dias 2 e 18 de dezembro, os estudantes do distrito que tivessem concluído o curso complementar do ensino secundário deveriam inscrever-se no Serviço Cívico Estudantil, nas instalações do Governo Civil²⁴⁴.



FIGURA 66
Michel Giacometti
(1929-1990)



ESCREVER SOBRE ABRIL NAS ESCOLAS

As crianças nas escolas primárias do concelho redigem pequenos textos sobre a revolução, experimentando a liberdade de expressão. Publicadas no jornal *Cardeal Saraiva*, em cada uma das redações a escrita denuncia a mão das crianças e as vozes adultas que as rodeiam. Transcrevemos quatro pequenos textos que representam diferentes olhares sobre os acontecimentos coevos e exprimem os modos de vivenciar a mudança.

Se eu fosse uma flor...

Sou um cravo muito pobre, que nasci num jardim miserável, onde nem uma gota de água me vieram trazer para beber.

À minha beira havia mais cravos mas estavam todos esfarrapados.

Mas, como o tempo ia modificando o meu patrão, também modificou o jardim, que estando miserável, se transformou. E eu que estava pobre me pús feliz. Foi no dia que me vieram buscar para ir combater entre soldados, no dia 25 de Abril. Fiquei todo esfarrapado, entre uma orelha de um soldado, mas fui feliz...

Sou flor,

Um cravo encarnado

Que ando na ponta

Da espingarda

De um soldado.

Sou cravo encarnado

E, o meu cheiro,

Já não faz lembra, o passado.

Escola Primária da Gemieira, Manuel Sá Matos (12 anos)

Fonte: *Cardeal Saraiva*, 25.04.1975

O meu país

O meu país é Portugal. Durante 48 anos os capitalistas fascistas tomaram conta de nós e foi durante 48 anos!

A minha mãe viveu nesse tempo terrível e ela conta-me que o patrão da quinta onde ela estava a mais os meus avós queria tudo para ele e a minha Mãe e as minhas tias andavam descalças e cheias de frio e às vezes só comiam pão-broa e mais nada ou então batatas sem azeite. E como estas pessoas muitas mais e então... veio a grande Vitória da classe operária! Deu-se o 25 de Abril que eu nunca esquecerei e então os Portugueses puderam ter Liberdade. E após um ano do 25 de Abril os Portugueses livremente puderam ter eleições livres pela primeira vez. Os Portugueses votaram no Partido Político que acharam o melhor para todos os Portugueses! Pois todos somos de carne e osso igual.

No fim das eleições viu-se que ganhou o Partido Socialista o P.S. Não houve batota nas eleições pois eram livres.

A Liberdade nunca mais acabará em Portugal. Porque o Povo e o MFA estão alerta. A reação não passará.

Viva a Liberdade.

Escola Primária da Vila, Anabela Martins Barbosa (11 anos)

Fonte: Cardeal Saraiva, 16.05.1975

A Liberdade

A Liberdade é de todos! A Liberdade não é só ralar, bater, matar. A Liberdade é ajudar Portugal para que fique melhor, mais livre e mais próspero.

Com a Liberdade nós podemos cantar, brincar, sem medo da Polícia, da cadeia e do fascismo.

Dantes nós não podíamos ralar, nem dizer nada contra o fascismo, tínhamos de dizer bem de tudo e seguir tudo o que o Marcelo e o Tomás mandavam porque se não havia torturas e presos.

Agora nós podemos, em Liberdade, fazer tudo o que nos apetece, mas que não vá fazer mal às outras pessoas.

O Povo e o MFA não quer isso, quer Portugal num socialismo. Viva a Liberdade.

Ponte de Lima, 4 de Junho de 1975

Escola Primária da Vila, José Manuel Martins Ligeiro (9 anos)

Fonte: Cardeal Saraiva, 20.06.1975

A Liberdade

Eu gosto muito da Liberdade. Mas a Liberdade não é para chegar à beira de um amigo e dar-lhe um murro e digo, estamos na Liberdade. A Liberdade não é para abusar.

Lá por termos Liberdade não vamos abusar.

No tempo de Marcelo o tal que só tinha dinheiro para pão de ló, não se podia falar de política porque senão ia-se preso.

No fascismo aqueles que eram muito ricos e tinham cães, davam-lhes bifés, etc. e um pobre cheio

de fome se lhes fosse pedir, o rico chamava a Pide e levavam-no para a cadeia. Os pobres trabalhavam todo o dia e só ganhavam 10\$00 e às vezes nem isso, aqueles que tinham muitos filhos 10\$00 não dava para sustentar os filhos.

Mas o Povo junto com o MFA jamais serão vencidos. Viva Portugal livre.

Ponte de Lima, 4 de junho de 1975

Escola Primária da Vila, Bento Correia de Abreu Pereira (11 anos)

Fonte: *Cardeal Saraiva*, 27.06.1975

LIVROS, CINEMA E TEATRO EM TEMPO DE LIBERDADE

SURTO EDITORIAL E LIVROS SANEADOS

Com a Revolução de Abril multiplicam-se as edições. Em dezembro de 1974, o jornal *Liberdade* publica um rol dos livros mais vendidos, segundo a informação prestada por várias livrarias. Encima a lista o título “Portugal Amordaçado”, de Mário Soares²⁴⁵. A explosão editorial sente-se particularmente nas edições relacionadas com as ciências sociais e a política, sobressaindo a literatura de autores que tinham sido proibidos e a de divulgação das doutrinas socialistas e comunistas. Com efeito, entre 1974 e 1975 estabeleceram-se mais de meia centena de editoras novas no país, que publicaram obras de cariz político (Maués, 2019, p. 67). Em 1975, a maior parte das edições depositadas na Biblioteca Nacional está relacionada com as ciências sociais e o número de exemplares produzidos triplica o valor atingido pela literatura²⁴⁶. Não deixa de ser sintomático que entre as medidas anunciadas pelo Presidente da Comissão Administrativa de Ponte de Lima, João Araújo Pimenta, numa entrevista publicada em dezembro de 1974, se mencione a reedição dos “Anais Municipais de Ponte de Lima”, de Miguel Roque dos Reis Lemos. Obra que, no seu entender, “*todo o pontelimense deve conhecer*” e “*que estava no índice da malfadada censura*”²⁴⁷. Na mesma entrevista, alude-se à necessidade de estimular os jovens a conhecer “os legados de António Feijó, António de Amorim, António Ferreira e outros”, existentes na Biblioteca Municipal.

No que concerne às bibliotecas escolares, à semelhança de outros processos de revisão, procede-se, por indicação da Direção-Geral de Educação Permanente, “ao saneamento dos livros que não reúnam condições ideológicas, literárias ou técnicas para continuarem a ser dados à leitura”²⁴⁸. Nessa conformidade, as escolas eliminam livros e efetuam o corte das páginas que continham as citações de António Oliveira Salazar. Na lista constam vários livros, destacando-se os pertencentes ao Plano de Educação Popular, desenvolvido no âmbito da Campanha Nacional de Educação de Adultos, que estabeleceu centenas de bibliotecas nas escolas do ensino primário a partir dos anos 50. Estas bibliotecas reuniam um acervo onde preponderavam as narrativas históricas e os textos de edificação moral e política que reproduziam os princípios e os valores do discurso dominante no Estado Novo. A escola primária de Ponte de Lima e escola primária de Tourão, em Refoios do Lima, cumprem o disposto na mencionada circular, queimando 78 publicações, que integravam maioritariamente a “Coleção Educativa”²⁴⁹. Foi objeto de particular condenação a integração na lista de uma publicação dedicada a Santo António²⁵⁰. A imprensa católica manifestou-se contra o *saneamento* do santo lisboeta. Recorrendo às palavras do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que afirmara “que o que se estava a passar em Portugal é pura e simplesmente a destruição de oito séculos de História”, o jornal *O Povo do Lima* levanta a questão: “ignorar o passado será ou seria a melhor maneira de construir o futuro?”²⁵¹.

As bibliotecas escolares continuam a receber publicações remetidas pelos serviços centrais, com novos temas e autores. A câmara decide comprar dez estantes para diversas escolas do concelho²⁵². Em novembro de 1975, as escolas recebem a “Declaração dos Direitos da Criança”, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959.



FIGURA 67

Capa do livro “Anais Municipais de Ponte de Lima”, de Miguel Roque dos Reis Lemos.

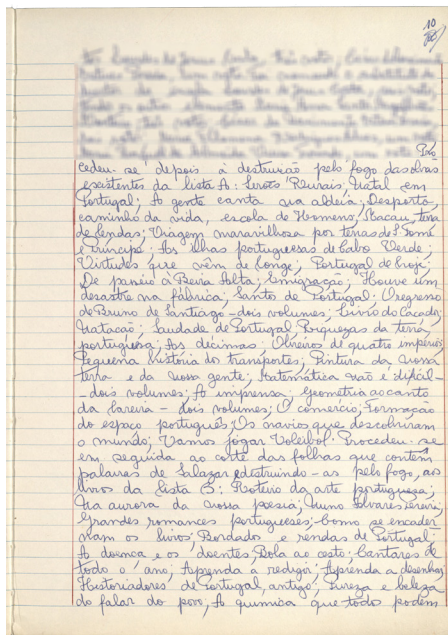


FIGURA 68

Ata do Conselho Escolar da Escola Primária de Ponte de Lima, de 5.04.1975, que regista a destruição dos livros, segundo as orientações recebidas.

AMPL, LA, 1974-1976, ata de 05.04.1975

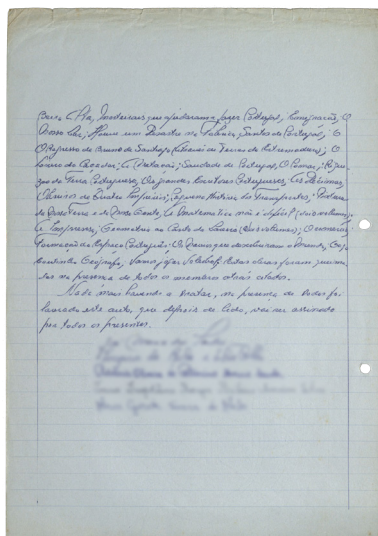
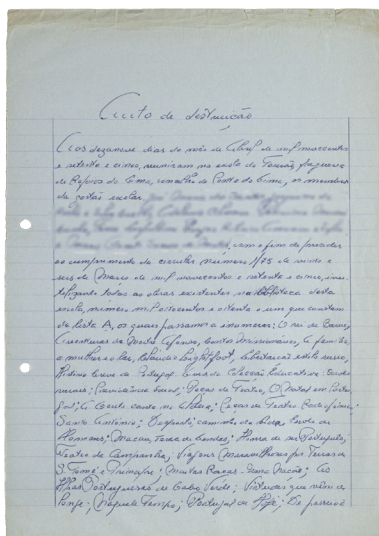


FIGURA 69

Auto de destruição, Escola do Tourão, Refoios do Lima, de 19.04.1975

AMPL

UM CINEMA E UM TEATRO NOVOS

A cinematografia do Estado Novo acompanha as diferentes etapas da longa existência do regime (Torgal, 2001, p. 33). Produzem-se obras de cariz histórico, comédias, “filmes regionais” e dramas sob a influência, mais ou menos direta, da ideologia do regime. Nos anos sessenta, produzem-se filmes com uma nova linguagem, o “cinema novo”. A censura, porém, não permite a livre exibição de todos os filmes.

Com o golpe militar e o fim da censura, inaugura-se uma nova relação com o cinema, quer do ângulo da produção e realização, quer sob o ponto de vista do consumidor. Desde logo, a revolução será registada em filme; surgem novos realizadores e as salas de cinema exibem novas filmografias. Não obstante o aparecimento de películas nas telas das salas de cinema que no passado seriam recusadas, as organizações de extrema-esquerda produzem críticas à proliferação de “*filmes imperialistas*”, que constituíam “*um espelho da vida decadente da burguesia*”, defendendo uma “*cultura democrática e popular, patriótica, científica e de massas*”. Afastam-se do neorrealismo, como forma de se demarcarem do Partido Comunista Português, preconizam linguagens mais surrealistas e absorvem a produção contracultural emergente (Cardina, 2011, p. 238).

Em Ponte de Lima, no ano de 1975, são exibidos os filmes “Escola Nova” e “Giron”, bem como os documentários “A História de uma Batalha” e “79 Primaveras”²⁵³, no âmbito da 1ª Semana do Cinema Cubano, realizado no Teatro Diogo Bernardes”²⁵⁴.

A renovação no campo artístico reflete-se, também, nas representações teatrais. Em novembro de 1975, o grupo MORLIMA apresenta na Casa do Povo de Moreira do Lima uma peça que suscitará celeu-

ma. A apreciação negativa por parte da população é assinalada pelo jornal *O Povo do Lima*, que considerou a peça “*uma sessão de crítica destrutiva com ataques directos e indirectos a pessoas*”²⁵⁵. Um espectador formulará um comentário distinto, expresso no *Cardeal Saraiva*, afirmando que a “*representação foi realmente boa*”, mas que a reação da população não tinha sido a melhor, iniciando com protestos pela cobrança de uma entrada, ainda que fosse “*exígua*” e “*acessível a todos*”²⁵⁶. Leituras diferentes sobre o mesmo evento, sintomáticas da mudança de abordagem e de diferentes mundivisões. As tradicionais “comédias” davam lugar a outras formas de expressão teatral. A MORLIMA apresentava-se como um grupo de atividades juvenis com preocupações culturais, dedicando-se inicialmente ao teatro. As relações com a direção da Casa do Povo de Moreira do Lima, onde se realizavam as suas atividades, foram inicialmente tensas. Segundo os membros do grupo de jovens, a direção não prestava a devida colaboração, suscitando sucessivas e desmoralizadoras “*questiúnculas*”²⁵⁷. O grupo de teatro foi ensaiado pelo Lucilo Valdez (1938-2001)²⁵⁸ e atuou em diversas freguesias do concelho²⁵⁹. O teatro amador afirma-se²⁶⁰.

Nos anos que medeiam 1974 e 1976, chegam à edilidade regularmente propostas de espetáculos provenientes de companhias e grupos nacionais. A *Auditorium* propõe-se levar a efeito uma digressão com a companhia de teatro de fantoches, no verão de 1974²⁶¹. A INATEL, um ano mais tarde, pede apoio para a apresentação do intermezzo “*La Serva Padrona*”, de Pergolesi, pela companhia de Ópera do Teatro da Trindade, no Teatro Diogo Bernardes²⁶². Em 1976, a Fundação Calouste Gulbenkian aborda os representantes municipais para concretizar um espetáculo de ballet, que não acontecerá devido ao cancelamento da digressão²⁶³.



FIGURA 70

A peça de teatro “O Inseticida” estreou em 6 de maio de 1975, pelo Teatro do Nosso Tempo, companhia dirigida por Jacinto Ramos. A representação foi proibida em Portugal, em 1967.

teatro do nosso tempo **apresenta**

O INSECTICIDA

original em
3 actos
de

MIGUEL BARBOSA

encenação

JACINTO RAMOS

cenário - figurinos

JORGE ROCHA



teatro do nosso tempo

PRACA JOSE FONTANA 12-B telef. 573831-Metro-PICCA
SUBSIDIADO: DIRECÇÃO-GERAL DA CULTURA POPULAR E ESPECTACULOS
MATERIAL DE SOM E LUZ: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
COLABORAÇÃO DA INATEL (EX-FNAT)

QUESTÕES SOCIAIS

ACOLHER OS RETORNADOS

O concelho de Ponte de Lima não ficou incólume à chegada de milhares de homens e mulheres que partiram das ex-colónias. O acolhimento dos *retornados*²⁶⁴ implica um esforço significativo para encontrar habitação para todos. Na vila, a míngua de habitações é notada há vários anos. Alguns habitantes da povoação defendiam que se poderiam restaurar pelo menos catorze edifícios devolutos e abrigar os recém-chegados. Dessa forma, evitar-se-ia que algumas famílias tivessem de “ceder parte da sua casa”, “improvisando camas nos mais recônditos aposentos”²⁶⁵. Há quem justifique a ocupação forçada das casas desabitadas, como única saída para que os *retornados* não vivam “como a sardinha na canastra”. No jornal *Cardeal Saraiva* afirma-se que na freguesia de Freixo os proprietários de casas devolutas recusam-se a alugá-las, apresentando pretextos de toda a ordem²⁶⁶. Alguns *retornados* são acolhidos em casas que se situam na área que, mais tarde, receberá o novo edifício escolar da vila. Quando iniciam as obras da edificação escolar, são cedidas, temporariamente, as dependências do extinto Posto de Polícia de Segurança Pública²⁶⁷. A adjudicação da construção de 30 fogos pelo Fundo de Fomento de Habitação, em abril de 1976, é bem acolhida pelas autoridades locais, por “ajudar a resolver o difícil problema da habitação” da vila²⁶⁸.

Para debelar os problemas emergentes, em outubro de 1975 é constituída uma Comissão de Apoio aos Retornados do Ultramar em Ponte de Lima, que reúne numa sala cedida pelas autoridades eclesiásticas²⁶⁹.

Em dezembro, a denominada Cooperativa de Trabalhadores Retornados do Ultramar faz um apelo, na imprensa local, para a oferta de material de construção, equipamentos domésticos e produtos alimentares²⁷⁰.



FIGURA 71
Panfleto “O CDS está com os retornados de Angola”, publicado pelo Secretariado da Comissão Política do CDS, [sem data].



Retornados do Ultramar

UNAMO-NOS

No dia 19 de Setembro de 1975, pelas 15 horas, no salão da Associação Patriótica Nun'Alvares, à Rua da Bandeira, 125, Viana do Castelo comparece a uma reunião entre retornados do Ultramar de todo o distrito de Viana do Castelo, onde serão debatidos todos os nossos problemas e anseios.

Estarão presentes nesta reunião delegados das Comissões de Retornados do Porto e de Braga.

Compareça, pois desta reunião dependerá o futuro de muitos dos retornados.

PAZ — TRABALHO — LIBERDADE

5.000 ex. — 8/75 — Gráfica Casa dos Retornados — Viana



FIGURA 72
Panfleto a anunciar uma reunião com retornados, na Associação Nun'Alvares, em Viana do Castelo.

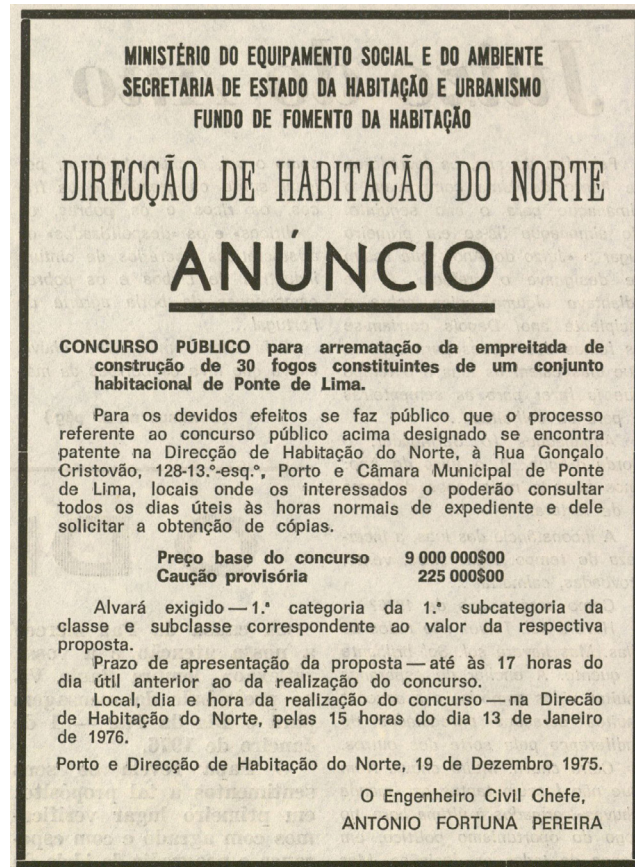
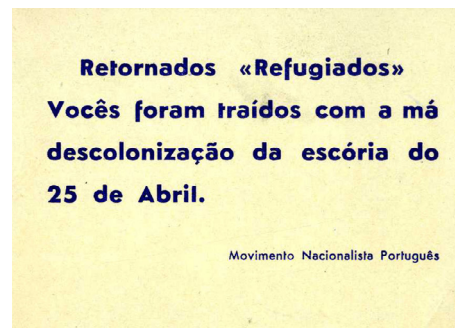


FIGURA 73
Panfleto do Movimento Nacionalista Português, contestando o processo de descolonização.



A CONDIÇÃO FEMININA

Após o 25 de Abril, as organizações que até à data enquadravam a ação das mulheres são dissolvidas. O Movimento Nacional Feminino é extinto e o seu espólio integrado na Liga dos Combatentes (Rosas & Brito, 1996, p. 639). As mulheres percebem que podem participar ativamente nas lutas políticas e sociais, marcando presença nas manifestações, fazendo greve, participando nas assembleias de cidadãos, nos sindicatos e noutras organizações populares. As primeiras iniciativas das mulheres visam a legalização do divórcio²⁷¹. Vemo-las, também, participar ativamente no movimento de ocupação de casas e nas lutas contra o encerramento das empresas e pelo direito ao trabalho.

O ano de 1975 é escolhido pela Organização das Nações Unidas como Ano Internacional da Mulher, por se reconhecer que a discriminação contra as mulheres era comum em grande parte dos países do mundo. O Conselho de Ministro, sob presidência de Vasco Gonçalves, consigna e ratifica a celebração do Ano Internacional da Mulher em Portugal. De acordo com a Resolução, cabe às organizações governamentais, partidárias e não-governamentais intensificar “os esforços no sentido de que a revolução em curso seja uma revolução com uma autêntica participação das mulheres de acordo com a forma genuína de ser da mulher portuguesa e segundo as grandes linhas de orientação propostas pelo Programa das Nações Unidas”²⁷². Maria de Lurdes Pintassilgo (1930-2004) afirma que “num governo de homens” não tenciona “ser para as outras mulheres nem um símbolo nem um sinal, e muito menos um exemplo”. Não pretendendo ser a porta-voz das mulheres reconhece que “a presença de uma mulher basta para pôr em questão os «ritos», as «liturgias» que os homens criaram para si nos seus «santuários» do poder”²⁷³.



FIGURA 74
Anúncio do
concurso da
construção de
fogos pelo Fundo
de Fomento
de Habitação,
publicado no jornal
O Povo do Lima
(31.12.1975)

Ainda em 1974 é criado o Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), solidário com as escritoras Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, autoras do livro “Novas Cartas Portuguesas”, que serão absolvidas no julgamento que termina a 8 de maio. Em janeiro de 1975, o Movimento de Libertação das Mulheres organiza uma manifestação em Lisboa onde são queimados símbolos da opressão feminina. No mês seguinte, apresentam ao Embaixador da Itália um protesto pela repressão do direito ao aborto livre.

O Movimento das Mulheres Portuguesas (MDM), uma organização próxima do PCP, fundada em 1968, reforça a sua ação, mobilizando a sociedade para questões como o direito ao aborto, a necessidade de creches e infantários e a melhoria da assistência médica. Por convite do MDM, a cosmonauta russa Valentina Tereshkova (n. 1937), a primeira mulher a viajar até ao espaço, visitará Portugal, em 1975²⁷⁴.

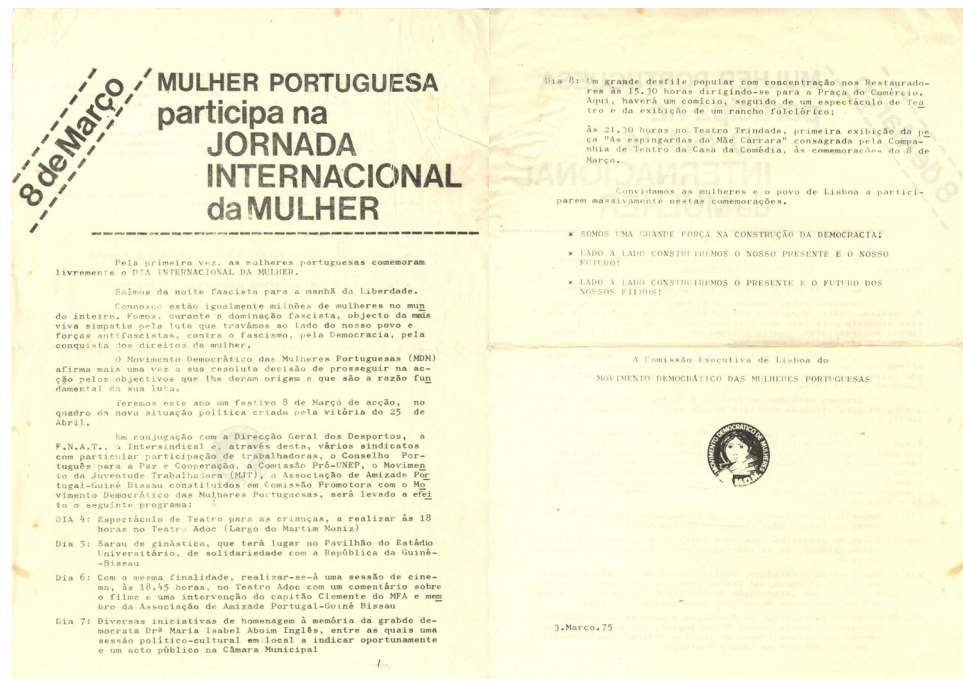
De um modo geral, os partidos constituem núcleos de trabalho dedicados à mulher e apresentam as suas propostas, como é o caso do CDS. O núcleo Mulheres Centristas Democratas Sociais divulga um desdobrável com as suas principais ideias quanto ao papel da mulher. No jornal “Democracia 74” defende-se que *“em tudo aquilo que é próprio da pessoa humana corresponde à mulher atuar da mesma forma que o homem, mas que, além disso, compete à mulher levar a cabo a sua missão própria na sociedade”*. Portanto, a *“verdadeira emancipação deve traduzir-se afirmação e dignificação da personalidade feminina”*²⁷⁵.

Para o PPD, o trabalho feminino deve ser incentivado e a maternidade ser objeto de particular proteção, através de várias medidas de apoio social²⁷⁶.

Os meios mais conservadores, não acompanham algumas das propostas difundidas após o 25 de Abril. A Igreja Católica recusa a divulgação dos meios anticoncepcionais. O jornal *O Povo do Lima*, nos inícios de 1976, apresenta um artigo intitulado “*É caro o uso da pílula*”, referindo-se à morte de mulheres pelo uso daquele anticoncetivo. Os ataques de coração, as apoplexias e outras doenças mortais são apresentados como uma consequência para aquelas que “*foge[m] às responsabilidades da maternidade*”²⁷⁷.



FIGURA 75
Apelo à participação no programa da Jornada Internacional da Mulher, do Movimento das Mulheres Portuguesas (03.03.1975).



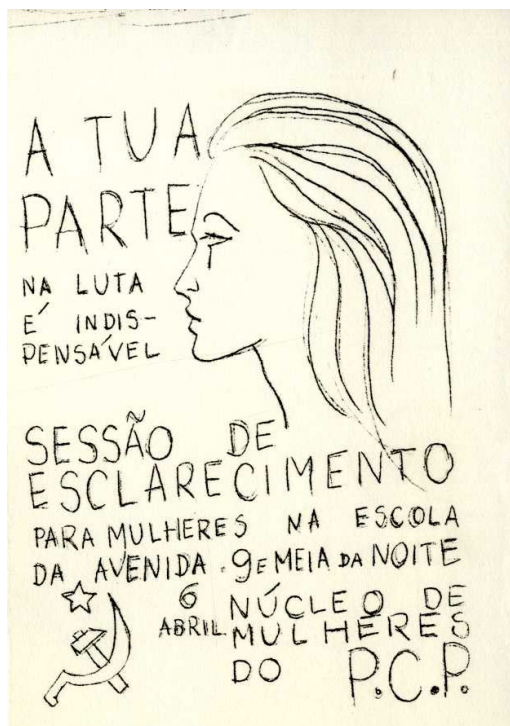


FIGURA 76

Panfleto do Núcleo de Mulheres do PCP, convidando à participação numa sessão de esclarecimento, 6 de abril [sem ano].



Valentina Tereshkova no Porto

A convite do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, encontra-se de visita a Portugal, e estará no Porto no próximo dia 4, a camarada Valentina Tereshkova, do Presidium do Soviète Supremo e do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética.

Valentina é um exemplo significativo do que é hoje a vida da mulher soviética e o seu papel numa sociedade onde desapareceu a exploração do homem pelo homem. Num país onde mais de metade da população trabalhadora é constituída por mulheres, espalhadas por todos os ramos de actividade, a igualdade da mulher e do homem é um realidade em todos os campos, um grande objectivo enunciado nos primeiros momentos da Grande Revolução Socialista de Outubro e hoje largamente praticado na URSS e noutros países socialistas.

A visita de Valentina Tereshkova, primeira e única mulher cosmonauta, constitui um momento de particular significado nas relações entre a URSS e Portugal, no reforço dos laços de amizade entre os povos soviéticos e portugueses.

A Comissão Distrital do Porto do PCP apela para que os trabalhadores, homens, mulheres e jovens recebam entusiasticamente Valentina Tereshkova na 4.ª feira, dia 4, pelas 10 horas da manhã no aeroporto de Pedras Rubras e compareçam no Encontro com o Povo do Porto que o MDM organiza nesse mesmo dia pelas 21,30 no Coliseu.

Porto, 2 de Junho de 1975

A Comissão Distrital do Porto do
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Inova-Artes Gráficas — Porto



FIGURA 77

Panfleto do PCP, a divulgar a visita de Valentina Tereshkova ao Porto, em 1975, promovida pelo Movimento Democrático das Mulheres.

O CICLO FESTIVO EM TEMPO DE REVOLUÇÃO

A Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe transformações no modo de festejar e no calendário celebrativo. Interessa, entre permanências e mudanças, identificar as alterações mais significativas nas festas que marcavam (e continuam a marcar) o ciclo tradicional. Poucas semanas depois dos acontecimentos de 1974, questionava-se na imprensa local se a tradicional “Vaca das Cordas” teria lugar. Segundo A. Moraes, não seria possível contar com o apoio da Secretaria de Estado da Informação e Turismo que “*dava um valioso contributo para a sua efetivação com um subsídio*”²⁷⁸, pelo que seria necessário angariar fundos junto da população. Para além das habituais dificuldades de encontrar vontades e apoios para a realização das festas, a documentação compulsada não deixa transparecer alterações de monta nas festas tradicionais.

FESTEJAR A TRADIÇÃO AO SOM DA GRÂNDOLA, VILA MORENA

As “*festas do ano I da Liberdade*”, as Feiras Novas de 1974, preocupam a Comissão organizadora dado o “*aumento galopante das despesas a efetuar sem que as receitas tenham a necessária contrapartida*”. Por isso, em agosto, faz-se apelo à colaboração de todos. Pela mesma altura, comunica-se que estavam abertas as inscrições para quem quisesse participar como figurante no Cortejo Histórico²⁷⁹. No dia 6 de setembro, o jornal



FIGURA 78

Divertimentos nas
Feiras Novas (1974)

AMPL. LA (1974-1976),
ata de 24.09.1974, 32
e 32v.

Cardeal Saraiva apresenta o programa, que integra um Serão para Trabalhadores, organizado pela FNAT²⁸⁰. O Grémio do Comércio do Concelho pede autorização à Câmara Municipal para que os barbeiros, as padarias e restantes estabelecimentos comerciais possam funcionar no dia 15 de setembro, domingo, até às dezasseis horas, por “*se tratar de um dos principais dias de feira das Festas Concelhias*”²⁸¹. Os divertimentos tomam o espaço público e a festa decorre com “*animação e brilhantismo*”²⁸².

Empresa	Divertimento
Adélio Henriques do Amaral	Super poço em automóveis
Alberto Ramires	Pista “São Silvestre”
António da Silva Bento	Carrossel “Bucelense”
António Martins	Pista infantil “Senhor da Saúde”
José Fernandes Soares	Pavilhão de jogos desportivos “Robin do Bosques”
Júlio Neves dos Santos	Carrossel “Trofense”
Manuel Aires Henriques	Pista monumental
Serafim Pereira Pais	Roda de cestas voadoras
Sociedade Martins, Henriques e Martins, Companhia	Roda de aviões “Telstar”

Em maio de 1975 ainda não está constituída a comissão para organizar as Feiras Novas²⁸³. Cerca de três meses antes das festas, perante as dificuldades sentidas, é publicado um apelo à população para que colabore com a Comissão das Festas Concelhias. Eivados de bairrismo, apela-se ao contributo de todos, incluindo daqueles que “*labutam além-fronteiras*”, o que asseguraria a realização de festejos com “*o maior brilho possível*”²⁸⁴. As “Feiras Novas” não deixam de se realizar, cumprindo-se a festa religiosa a Nossa Senhora das Dores, nomeadamente a procissão. O programa inclui, também, uma corrida de touros, com a presença dos cavaleiros

Ribeiro Telles, Carlos Empis e José Júlio, bem como dos forcados de Santarém. O cartaz anuncia que é a primeira vez que se realiza uma tourada na vila, o que não corresponde à verdade, como denuncia o *Cardeal Saraiva*²⁸⁵. Os relatos dão nota do sucesso da festa e da elevada concorrência de forasteiros, sendo notória a presença de muitos espanhóis. Não obstante, o registo de normalidade, as festas não deixam de ser tocadas pela vida política. Na verdade, a Banda de Música de Arrifana no decurso da sua atuação inicia a execução da canção que constituiu uma das senhas das operações militares em abril. Ao ouvir os primeiros acordes da *Grândola, Vila Morena*, “*um provocador, armado de bengala*” enfurece-se e a banda decide interromper o tema. Nos dias seguintes, as bandas de música de Ponte de Lima e S. Martinho da Gandra executam integralmente o tema, para gáudio da assistência. Segundo a imprensa local “*o povo cantou, bateu palmas, correu com a reacção*”²⁸⁶.



FIGURA 79
Divertimentos nas
Feiras Novas (1975)

Como habitualmente, a festa concelhia trouxe ao areal e às ruas da vila a animação dos divertimentos e feirantes.

Empresa	Divertimento
Adelino Henriques Amaral	Poço da Morte
António Fernando de Jesus Santos	Pavilhão “Robin dos Bosques”
António Gonçalves	Carrossel de adultos
Artur Marques de Carvalho	Carrossel Infantil
Augusto Marques Fernandes	Pista “Cem à Hora”
Augusto Marques Fernandes	Pista “Discos Voadores”
Coelho e Bernardo, Lda	Auto Pista S. Dinis
Henrique César	Pavilhão de Farturas
João da Costa	Pista de cestas voadoras
Manuel da Costa	Comboio fantasma



FIGURA 80
Cartaz das Feiras
Novas (1974)



FIGURA 81
Lápide colocada
na fachada da casa
onde viveu Cardeal
Saraiva.



OS NOVOS FERIADOS NACIONAIS

Sete meses depois da revolução, o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, João Araújo Pimenta, a propósito das comemorações do 1 de Dezembro, defende que se devia celebrar os feriados condignamente, promovendo-se concertos pela banda de música, o toque festivo de sinos na Igreja Matriz – *“de harmonia com uma antiquíssima tradição que muito conviria reatar”* – e sessões e colóquios²⁸⁷.

No ano seguinte, o dia 25 de abril é instituído como feriado nacional, considerado o “Dia de Portugal”²⁸⁸. Em Ponte de Lima as celebrações comemorativas principiaram com a plantação da “Árvore da Liberdade” no Jardim Dr. Adelino Sampaio, por João Pimenta, contando com a presença de crianças das escolas. No mesmo local, à noite, houve concerto pela Banda de Música de Ponte de Lima e foguetes. No dia em que se realizaram as eleições constituintes, foi descerrada uma lápide na casa onde viveu Cardeal Saraiva²⁸⁹. Dias depois é tempo de celebrar o “Dia do Trabalhador”. Os festejos oficiais começaram com o hastear da bandeira nacional e um conjunto de intervenções na Praça da República. Seguidamente, realizou-se um cortejo, aberto pelo Grupo de Cultura Musical de Ponte de Lima, que percorreu várias ruas da vila terminando o périplo no cemitério, onde se respeitou um minuto de silêncio *“por todos os democratas que ali repousam”*²⁹⁰.

Em 1976, a Banda de Música manifesta desinteresse pela participação nos atos comemorativos do 5 de Outubro, lamentando os autarcas que *“não tivesse na devida consideração a população do concelho”*, dado que o subsídio atribuído resulta das *“contribuições dos munícipes”*²⁹¹.

DEMOCRATIZAR

ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

No dia 3 de abril de 1976 inicia a campanha para as eleições legislativas. No dia anterior foi aprovada a Constituição da República Portuguesa. As ações de campanha trazem a Ponte de Lima vários líderes partidários e eminentes figuras de todos os quadrantes políticos. Em março é noticiada a realização de uma reunião de várias comissões do CDS, presidida por Eugénio Anacoreta Correia, membro da Comissão Política Nacional²⁹². Em representação do mesmo partido, no decurso da campanha, estiveram na vila Freitas do Amaral, Galvão de Melo e Norton de Matos²⁹³. O líder do PS, Mário Soares, discursa na Praça de Camões, antes de se deslocar em direção a Arcos de Valdevez²⁹⁴. As caravanas partidárias circulam pelo concelho²⁹⁵; promovem-se diversas sessões de esclarecimento e comícios²⁹⁶. Em distintas circunstâncias, as iniciativas de campanha terminam com comícios na capital de distrito. No dia 14 de abril, a caravana do PPD passa por Ponte de Lima, culminando o seu percurso com um comício em Viana, que conta com a presença de Francisco Sá Carneiro. Segundo o jornal *A Aurora do Lima*, o líder partidário fez alocações de 20 minutos em cada um dos locais onde a caravana parou, “sendo escutado por elevado número de adeptos, que o vitoriam entusiasticamente, não se registando (...) qualquer incidente”²⁹⁷. Três dias antes, Álvaro Cunhal participou num comício na Praça de Touros de Viana do Castelo. Integram as listas do Partido da Democracia Cristã (PDC), entretanto legalizado, pelo círculo de Viana do Castelo dois limianos: José Luís de Abreu Castelo Branco (médico) e José António Sá Gonçalves (comerciante), ambos de Freixo²⁹⁸.

Concluído o processo eleitoral, que registou uma participação de 83,5% dos cidadãos inscritos, verifica-se que o Partido Socialista é o mais votado, a nível nacional, assegurando a presença de 107 deputados na Assembleia da República. Para o jornal *Cardeal Saraiva* os resultados eleitorais anunciam que “*algo de novo vai surgir na vida nacional*”²⁹⁹. Um dos grandes vencedores das eleições é o CDS que passa de 400 mil eleitores para quase 900 mil. Observando os resultados pode concluir-se que os partidos pró-regime demoliberal reforçam a votação em relação à que ocorrera para a Assembleia Constituinte (Lisi, 2015, p. 73).

No círculo eleitoral de Viana do Castelo votam 79,14% dos inscritos. O PPD, com 32,77% dos votos, elege três deputados; o PS granjeia 25,51% dos votos e elege dois deputados; o CDS alcança 23,46% e elege dois deputados³⁰⁰. No concelho de Ponte de Lima o CDS vence as eleições em vinte e seis freguesias. O PSD é vitorioso em vinte e uma e o PS numa freguesia. Na freguesia de Arca dá-se um empate entre o PS e o PSD³⁰¹.

Pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo são eleitos Américo de Sequeira (1932-2022)³⁰², José Rui Sousa Fernandes e Amantino Marques Pereira de Lemos, pelo Partido Popular Democrático (PPD); Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia (n. 1939)³⁰³ e João Gomes de Abreu de Lima (1922-2016)³⁰⁴, pelo Centro Democrático Social (CDS); Alberto Marques de Oliveira e Silva e Manuel Alfredo Tito de Moraes, pelo Partido Socialista (PS). Apenas estes dois últimos tinham participado na Assembleia Constituinte.

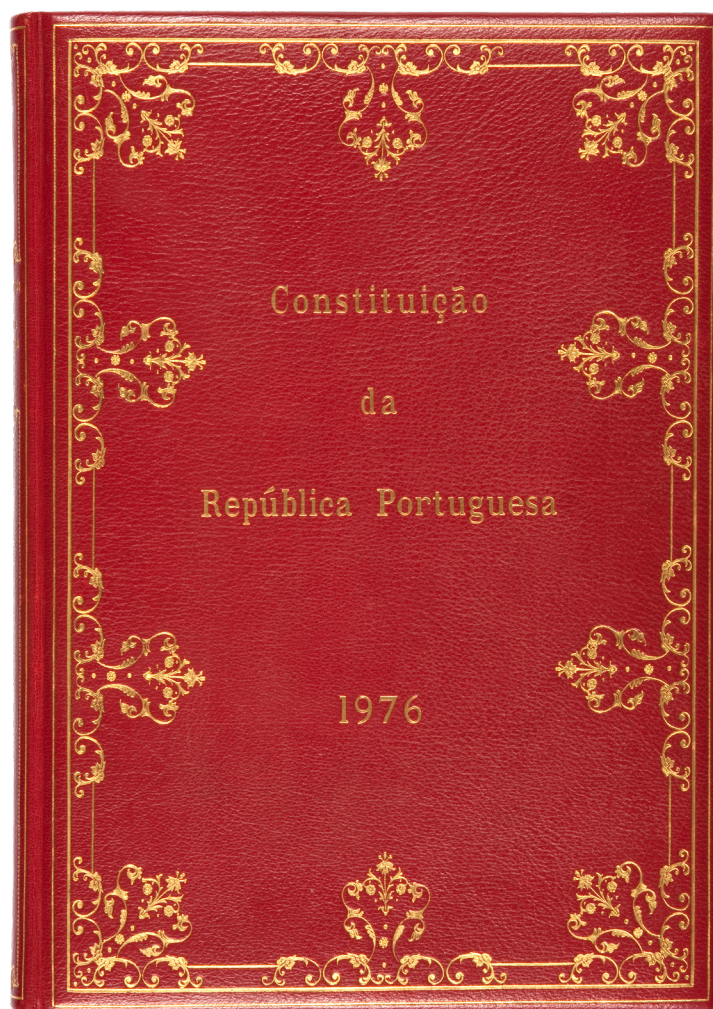


FIGURA 82
Constituição
Portuguesa de 1976.
Arquivo Histórico
Parlamentar



FIGURA 83
Panfleto do PCP a anunciar um comício em
Viana do Castelo, com a presença de Álvaro
Cunhal (11.04.1976).



FIGURA 84
Panfleto do PPD a anunciar um comício
em Viana do Castelo, com a presença de
Francisco Sá Carneiro (14.04.1976).

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Em junho é eleito o Presidente da República. Na condição de candidatos Ramalho Eanes e Pinheiro de Azevedo estiveram em Ponte de Lima. O comício distrital da candidatura de Ramalho Eanes decorre na Praça de Touros de Viana do Castelo, no dia 20 de junho. O candidato Pinheiro de Azevedo presta homenagem a Norton de Matos, junto do seu túmulo, depositando uma ramo de cravos³⁰⁵. Na mesma campanha, a vila é visitada por Álvaro Cunhal que discursa na Praça de Camões perante “*calorosa assistência*”, representando o candidato Octávio Pato³⁰⁶.

Ramalho Eanes recolhe 61,54% dos votos, a nível nacional, e torna-se no primeiro Presidente da República eleito democraticamente. No concelho de Ponte de Lima, vence em todas as assembleias eleitorais, obtendo 85% dos votos. Na Correlhã arrecada 1126 votos dos 1508 eleitores inscritos³⁰⁷. Pinheiro de Azevedo recebe votos em todas as assembleias, assegurando a segunda posição com 9% dos votos válidos. Por sua vez, Otelio Saraiva de Carvalho obteve votos em 87,5% das assembleias e Octávio Pato em 80%³⁰⁸. Porém, as percentagens do total de votos válidos ficam-se pelos 2,8% e 2,4%, respetivamente³⁰⁹.



FIGURA 85
Panfletos da candidatura de Ramalho Eanes, a anunciar um comício em Viana do Castelo (20.06.1976).

GENERAL EANES
O candidato de Portugal
EM CONTACTO COM O POVO DESTE PAÍS

GRANDE COMÍCIO
VIANA DO CASTELO
Domingo, dia 20 às 17.00 horas
Praça de Touros



Vota EANES

Convite à População do Distrito de Viana do Castelo

Candidatura à Presidência da República do General António Ramalho Eanes

Convida-se a população do distrito a participar num grande e patriótico Comício que se realiza no próximo **DOMINGO, Dia 20-6-76**, pelas 17 horas, (5 horas da tarde) na Praça de Touros de Viana do Castelo, com a presença do

GENERAL EANES

Comissão Distrital de Apoio

Com o povo só há um Eanes e mais nenhum	Socialismo sim Demagogia não
Eanes sim Dilectura não	Muitos prometem Eanes cumpre
Eanes na Presidência Liberdade e Competência	Eanes vai ganhar Por vontade popular

AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O terceiro ato eleitoral realizado em 1976 destina-se à escolha dos representantes nas Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Câmaras Municipais. Para esta última, no concelho de Ponte de Lima, apresentam lista a Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), o Partido Socialista (PS), o Partido Popular Democrático (PPD/PSD) e o Centro Democrático Social (CDS)³¹⁰. Na véspera do ato eleitoral, o jornal *Cardeal Saraiva* chamava o assunto ao editorial. Com um apelo à participação, recorda que interessa eleger um homem honrado e dinâmico, notando que o “*Caciquismo já pertence ao passado*” e que já não era admissível “*mais melhoramentos com chapéu na mão*”, uma vez que “*as melhorias são iguais para todos os cidadãos, sem olhar a cor do seu fato ou da sua gravata, todos somos portugueses*”³¹¹. O ato eleitoral decorreu nas trinta e uma assembleias “*em toda a sua plenitude (...) com aquele aprumo de ordem e civismo que se vem notando no nosso povo*”³¹².

No distrito de Viana do Castelo, o Partido Social Democrata conquistou cinco câmaras municipais; o Partido Socialista, três câmaras e o CDS, duas câmaras, incluindo a de Ponte de Lima³¹³.

No concelho de Ponte de Lima, o Centro Democrático Social saiu vitorioso, com 43% dos votos. O segundo partido mais votado foi o PPD/PSD (34,4%), seguido do PS (12,2%). Em substituição de João António de Araújo Pimenta, que presidira a Comissão Administrativa³¹⁴, entre 1974 e 1976, são empossados, na sequência dos resultados eleitorais, os novos membros autárquicos: João Gomes de Abreu Lima (CDS), na qualidade de presidente, e António Manuel Alves Fernandes (PPD/PSD), Fernando Augusto de Vasconcelos Calheiros de Barros (CDS), João Alves de Sousa Varajão (PPD/PSD), Januário da Rocha Oliveira (CDS), Manuel Amadeu Pinto de Araújo Pimenta (PS), e Josias Soares Alvim Barroso (PPD/PSD), como vereadores³¹⁵.

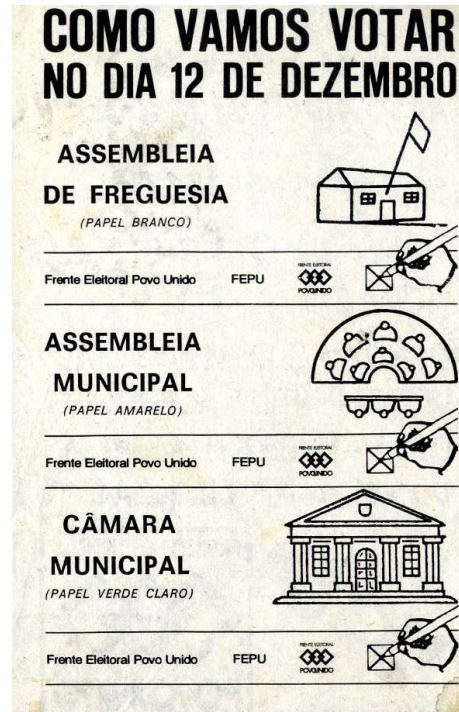


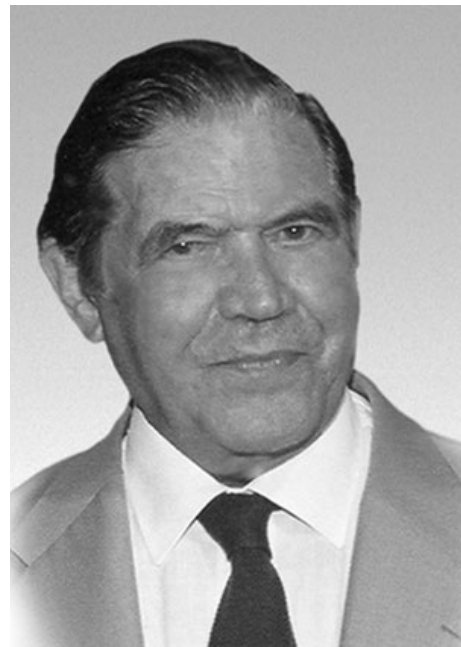
FIGURA 86
Panfleto da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), coligação entre o PCP, o MDP e a FSP, formada em Setembro de 1976, com o propósito de concorrer às eleições autárquicas.



FIGURA 87
João Araújo Pimenta



FIGURA 88
João Gomes Abreu Lima



SIGLAS

- ADIM** → Associação para a Defesa dos Interesses de Macau
- ANP** → Ação Nacional Popular
- ASP** → Ação Socialista Portuguesa
- BC 9** → Batalhão Caçadores 9
- CA** → Comissão Administrativa
- CDS** → Centro Democrático Social
- CICAP/RASP** → Centro de Instrução de Condução Auto do Porto/Regimento de Artilharia da Serra do Pilar
- CNE** → Comissão Nacional de Eleições
- CODICE** → Comissão Dinamizadora Central
- COPCON** → Comando Operacional do Continente
- DORN** → Direção da Organização Regional do Norte
- ELP** → Exército de Libertação de Portugal
- EMGFA** → Estado-Maior-General das Forças Armadas
- ENDO** → Encontro Nacional do Desporto
- FNAT** → Fundação Nacional para Alegria no Trabalho
- FEML** → Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas
- FEPU** → Frente Eleitoral Povo Unido
- FSP** → Frente Socialista Popular
- INE** → Instituto Nacional de Estatística
- JMR** → Juventude Monárquica Revolucionária
- JSN** → Junta de Salvação Nacional
- LCI** → Liga Comunista Internacionalista
- LUAR** → Liga de Unidade e Acção Revolucionária
- MDP/CDE** → Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
- MDM** → Movimento das Mulheres Portuguesas

MDLP → Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MEC → Ministério da Educação e Ciência
MES → Movimento de Esquerda Socialista
MFA → Movimento das Forças Armadas
MLM → Movimento de Libertação das Mulheres
MPP → Movimento Popular Português
MRPP → Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MUD → Movimento de Unidade Democrática
ONU → Organização das Nações Unidas
OCMLP → Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
PCP → Partido Comunista Português
PCP (m-l) → Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)
PDC → Partido da Democracia Cristã
PIDE → Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PL → Partido Liberal
PP → Partido do Progresso
PPD → Partido Popular Democrático
PPM → Partido Popular Monárquico
PREC → Processo Revolucionário em Curso
PS → Partido Socialista
PSDI → Partido Social Democrata Independente
PTDP → Partido Trabalhista Democrático Português
SNI → Secretariado Nacional da Informação
SUV → Soldados Unidos Vencerão
UDP → União Democrática Popular
UN → União Nacional

FONTES

→ **ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT)**

PIDE, Serviços Centrais, *Registo Geral de Presos*, liv. 96, registo n.º 19077; liv. 147, registo n.º 29371.

SNI. *Relatórios de Livros Censurados*, Relatório nº 4734.

→ **ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL (ADN)**

Ofício dirigido à Comissão Central de Dinamização Cultural pelo Presidente da CA Junta de Freguesia de Moreira do Lima, Domingos de Lima Fernandes, 18.06.1975.

Ofício dirigido à Comissão Central de Dinamização Cultural por um grupo de habitantes da freguesia de Refoios, 27.01.1975.

Ofício dirigido ao Primeiro-ministro pelo Presidente da CA Junta de Freguesia de Bertandos, Manuel de Barros, 14.05.1975.

PPM – *Partido Popular Monárquico*. Documento da Direção da Juventude Monárquica Revolucionária, 1974, PT/ADN/EMGFA/5DIV/005/0016/010.

Relatórios de ação das Comissões Dinamizadoras Distritais de Viana do Castelo e Braga. Comissão Dinamizadora de Viana do Castelo. *Relatório da ação*, 18.01.1975, 05.03.1975, 17.04.1975

→ **ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA (AMPL)**

Carta de António Amorim dirigida ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de 04.02.1975

Correspondência do General Norton de Matos. Carta do General Norton de Matos ao Presidente do Conselho, 25.11.1948

Livro de atas da Câmara Municipal (LA), 1972-1974, 1974-1976, 1976-1978

Ofício de Augusto de Castro e Sousa dirigido ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, 21.01.1975.

→ **FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES/ARQUIVO MÁRIO SOARES**

“Secções de Paranhos, Parede, Paredes de Coura, Paris, Penafiel, Pedrógão Grande, Penela, Penha de França, Peniche, Peso da Régua, Pinhal Novo, Pinhel, Pisões, Pombal, Ponte, Ponte de Lima,

Pontinha, Baixa da Banheira, Portalegre, Portel, Portimão, CTT Porto.”, Disponível http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_79804 (2025-2-8)”, 1975-1986.

→ PERIÓDICOS

A Aurora do Lima (1975-1976)

Cardeal Saraiva (1974-1976)

Diário da Assembleia Constituinte, 22.08.1975

Diário das Sessões, 23.03.1966

O Lima (1960-1962)

O Povo do Lima (1975-1976)

→ CENSOS E ESTATÍSTICAS

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Anuário Demográfico, 1966. Lisboa:

Sociedade Astoria, 1967. Disponí-

vel na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/259218643](http://www.ine.pt/xurl/pub/259218643).

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estatísticas Agrícolas e Alimentares: Continente e Ilhas Adjacentes, 1972.

[Lisboa], [s.n.], 1973. Disponível na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/258747350](http://www.ine.pt/xurl/pub/258747350).

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estatísticas da Educação, 1973. Lisboa, [s.n.], 1974. Disponível na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/259243561](http://www.ine.pt/xurl/pub/259243561).

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estatísticas da Educação, 1975.

Lisboa, [s.n.], 1976. Disponível na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/259283418](http://www.ine.pt/xurl/pub/259283418).

Instituto Nacional de Estatística

(INE). *Estatísticas Demográficas:*

Continente e Ilhas Adjacentes,

1973. Lisboa, 1974. Disponível na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/258966120](http://www.ine.pt/xurl/pub/258966120). ISSN 0377-2284

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estatísticas demográficas: Continente e Ilhas Adjacentes, 1974. Lisboa,

1975. Disponível na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/258966441](http://www.ine.pt/xurl/pub/258966441).

ISSN 0377-2284

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estatísticas demográficas: Continente e Ilhas Adjacentes, 1975. Lisboa,

1976. Disponível na [www: url:https://www.ine.pt/xurl/pub/258966760](http://www.ine.pt/xurl/pub/258966760).

ISSN 0377-2284

PORDATA. Votos válidos na eleição para a Assembleia Constituinte 1975: total e por partido político ou coligação. Dados obtidos em <https://www.pordata.pt>.

PORDATA. Votos válidos na eleição para a Presidência da República de 1976: total e por candidato Presidencial. Dados obtidos em <https://www.pordata.pt>.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, M. (2013). *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2012, e-book*, ISBN: 978-989-20-3663-2.
- Almeida, S. (2008) “Vítimas do fascismo”. Os camponeses e a dinamização cultural do Movimento das Forças Armadas (1974-1975). *Análise Social*, vol. XLIII (4.º), 2008, pp. 817-840.
- Almeida, S. (2024). *Construir a Revolução. O 25 de Abril e a Dinamização Cultural do MFA*. Tinta-da-china.
- Barros, J. (2023). *Censura. A construção de uma arma política do Estado Novo*. Tinta-da-china.
- Braga, P. (2015). *Mulheres deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974)*. Assembleia da República.
- Cardina, M. (2011). *Margem de certa maneira. O Maoismo em Portugal (1964-1974)*. Tinta-da-China.
- Direção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP (2023). *Apontamentos sobre os ataques terroristas contra o PCP e os comunistas no Alto Minho 1975/1976*. Edições Avante.
- Espírito-Santo, A. et alli (2021). Candidatos a “pais” fundadores: as listas partidárias à Assembleia Constituinte. In Raimundo, F. & Cancela, J. (coord.). *As eleições de 1975. Eleições fundadoras da democracia portuguesa*. Assembleia da República.
- Fernandes, T. (2024). Portugal, 1974-1975. *Revolução, Contrarrevolução e Democracia*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, A. (2024). O 25 de Abril e as mulheres. In Loof, M. e Cardina, M. (org.). *25 de Abril. Revolução e mudança em 50 anos de memória*. Tinta-da-China.
- Ferreira, J. (2023). *A Revolução do 25 de Abril. Ensaio Histórico*. Shantarin.
- Ferro, A. (1933). Salazar, o Homem e sua Obra. Empresa Nacional de Publicidade.
- Figueira, J. (2014). Caso República. A morte de um jornal cansado de lutar. In Rezola, M. & Gomes, P. (coord.). *A Revolução nos Média*. Tinta-da-china.
- Frankfurt, H. (2017). *Sobre a verdade*. Gradiva.
- Freitas Branco, J., & Oliveira, L. T. de. (1993). A Missão (1-). *Etnográfica*.

- fica Press*. [Em linha] <https://doi.org/10.4000/books.etnografica-press.918>.
- Gonçalves, R. (2018). *A Cultura ao serviço da Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA*. Tese de Mestrado. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Lemos, M. (2019). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Assembleia da República.
- Lemos, M. (2009). *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*. Um Dicionário. Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores, Lda.
- Lisi, M. (coord) (2015). *As Eleições Legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*. Assembleia da República.
- Loureiro, J. (2024). A censura e o “O Anunciador das Feiras Novas”. In *O Anunciador das Feiras Novas*, pp. 15-19.
- Madeira, J. (2013). *História do Partido Comunista Português. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*. Tinta-da-China.
- Marchi, R. (2017). *A Direita nunca existiu. As direitas Extraparlamentares na institucionalização da Democracia Portuguesa (1976-1980)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Marchi, R. (2020). *À direita da Revolução: Resistência e Contra-Revolução no PREC (1974-1975)*. Objectiva/Penguin Random House Grupo Editorial.
- Marques, F. (2024). *O Desejo de Revolução. Materiais para a História do PREC*. Tinta-da-China.
- Marrou, H.-I. (1974). *Do conhecimento histórico*. Aster.
- Martelo, D. (2024). 25 de Abril – Operações militares no Norte de Portugal. In *Revista Portuguesa de História Militar. Dossier: 25 de Abril de 1974. Operações Militares*, ano IV, nº 6, pp. 197-204. [Em linha] <https://doi.org/10.56092/XRUV1677>.
- Maués, F. (2019). *Livros que tomam partido. Educação e Revolução em Portugal (1968-1980)*. Parsifal.
- Morais, J. (2021). Quando as eleições não são para todos: a limitação de direitos políticos nas eleições de 1975. In Raimundo, F. & Cancela, J. (coord.). *As eleições de 1975. Eleições fundadoras da democracia portuguesa*. Assembleia da República.
- Peralta, E. (20024). Retorno e retorna-

- dos: 50 anos de memórias disputadas da Revolução. In Loof, M. e Cardina, M. (org.). *25 de Abril. Revolução e mudança em 50 anos de memória*. Tinta-da-China.
- Pereira, J. (2013). *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-19744)*. Temas & Debates/ Círculo de Leitores.
- Pimentel, I. (2007). *A história da PIDE*. Círculo de Leitores/Temas & Debates.
- Pimentel, I. (2011). *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*. Temas e Debates/Circulo de Leitores.
- Pimentel, I. (2024). *Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975. Episódios menos conhecidos*. Temas e Debates.
- Raimundo, F. & Cancela, J. (coord.) (2021). *As eleições de 1975. Eleições fundadoras da democracia portuguesa*. Assembleia da República.
- Ribeiro, V. (2014). Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC. *História*. Revis- ta da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, 2014, pp. 79-91.
- Rosa, M. (2000). Hagiografia, In Azevedo, C. (dir). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. C-I, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Rosas, F. & Brito, J. (dir) (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Círculo de Leitores.
- Rosas, F. (1994). Saber durar (1926-1949). In Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. O Estado Novo*. Editorial Estampa.
- Rosas, F. (2022) (coord.). *Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Tinta-da-china.
- Rosas, F. (2024). *Direitas velhas, direitas novas*. Tinta-da-china.
- Schaff, A. (2000). *História e Verdade*. Editorial Estampa.
- Seiça, A. (coord) (2022). *Obras proibidas e censuradas no Estado Novo. Biblioteca dos Serviços de Censura e “Obras Proibidas” na Biblioteca Nacional*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Tíscar, M. (2020). *A contra-revolução no 25 de Abril, os “Relatórios António Graça” sobre o ELP e o “Aginter Press”*. Edições Colibri.

- Torgal, L. (2001) (coord). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Temas & Debates.
- Valente, J. (2010). *Para a História dos Tempos Livres em Portugal: da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Edições Colibri/Fundação INATEL.
- Vásquez, J. (2024). *A tradução do mundo*. Alfaguara.
- Veiga, I., Rollo, M. e Santos, P. (coord.) (2021). *Os Constituintes. Percursos biográficos e intervenções parlamentares (1975-1976)*. Assembleia da República.
- Vieira, J. e Monico, R. (2014). *Nas bocas do mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Tinta-da-China.

NOTAS DE RODAPÉ

1 Segundo Vásquez, esta ideia é também reconhecida pelos romancistas (2024, p. 68).

2 Cf. *Diário das Sessões*, 23.03.1966, p. 669, sessão da Assembleia Nacional, nº 37, de 22.03.1966. António José Brás Regueiro (n. 1908) é um médico e político. Foi presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura entre 1965-1974 (Almeida, 2013).

3 *O Lima*, 26.05.1962, nº 105, ano III.

4 *O Lima*, 11.08.1962, p. 1.

5 INE, *Anuário Demográfico*, 1966, p. 69.

6 INE, *1º Recenseamento da Habitação*, 1970, p. 308.

7 INE, *Estatísticas Agrícolas*, 1972, p. 36-39.

8 INE. *Censo*, 1970.

9 INE, *Estatísticas da Educação*, 1972/1973.

10 AMPL *Livro de atas da Câmara Municipal* (doravante, LA) (1972-1974), ata de 20.07.1972, f. 35.

11 *A Tribuna*, 13.07.1972, p. 2.

12 INE. *Estatísticas da Educação*, 1973.

13 O MUD foi ilegalizado em 1948.

14 *O Lima*, 4.11.1961, nº 79, ano II.

15 *O Lima*, 4.11. 1961, nº 79, ano II.

16 AMPL. LA (1962-1963), ata de 8.08.1962, f. 87 a 88v e *O Lima*, 11.08.1962, p. 4.

17 *Diário das Sessões*, 27.01.1966, p. 222, sessão da Assembleia Nacional nº 14, 26.01.1966. António Augusto Ferreira da Cruz (1911-1989) foi eleito pelo círculo do Porto, intervindo no parlamento sobre questões relacionadas com a cultura, educação e património. António Santos da Cunha (1911-1972) foi deputado à Assembleia Nacional na VIII (1961-1965) e IX Legislaturas (1965-1969). Foi Presidente da Câmara Municipal de Braga.

18 Segundo Mário Matos e Lemos, em Viana do Castelo não foi apresentada a lista porque os candidatos verificaram que os seus nomes não constavam das listas de recenseamento (2009, p. 32).

19 *O Lima*, 18.11.1961, nº 81. ano II.

20 *O Lima*, 18.11.1961, nº 81. ano II.

21 Nenhuma destas parlamentares era oriunda do distrito de Viana do Castelo. Da região noroeste do país, havia três nascidas no Porto e duas do distrito de Aveiro (*idem*, p. 53.).

- 22** O *Lima*, 23.12.1961, nº 85, ano II.
- 23** A lista da CDE pelo círculo de Viana do Castelo era composta por Jorge Maia Ramos Pereira; Álvaro Baptista Pereira Salema de Araújo; António Feio Ribeiro da Silva; Alberto Marques de Oliveira e Silva (Lemos, 2009, p. 54).
- 24** A lista dos oposicionistas, que não foi apresentada, era constituída por Romeu de Sousa; João Abel Cerqueira; Manuel José Cruz Soares; António Victor da Silva Barros; João Arnaldo Rodrigues da Fonseca Maia (Lemos, 2009, p. 54).
- 25** *Cardeal Saraiva*, 09.11.1973, p. 4.
- 26** Embora tenha sido aprovado, o livro “Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República” foi apreendido pela polícia em vários domicílios, o que terá levado Norton de Matos a enviar uma carta à Presidência do Conselho, em novembro de 1948 (AMPL. *Correspondência do General Norton de Matos*. Carta do General Norton de Matos ao Presidente do Conselho, 25.11.1948).
- 27** ANTT. SNI. *Relatórios de Livros Censurados*, Relatório nº 4734. Despacho de 08.08.1952.
- 28** O *Lima*, 19.05.1962, nº 104, ano III.
- 29** O *Lima*, 25.05.1962, nº 105, ano III.
- 30** O *Lima*, 16.06.1962, nº 108, ano III.
- 31** O *Lima*, 6.01.1962, nº 86, ano II.
- 32** O *Lima*, 9.07.1960, nº 18, ano I. O artigo é assinado por “Extraneus”.
- 33** O *Lima*, 13.08.1960, nº 23, ano I.
- 34** O Movimento Nacional Feminino adquire particular visibilidade com a iniciativa *Caixa de Correio*, que diligenciava aerogramas aos mobilizados, e com o Serviço Nacional de Madrinhas.
- 35** O *Lima*, 27.01.1962, nº 89, ano II.
- 36** O *Lima*, 27.01.1962, nº 89, ano II.
- 37** ANTT. PIDE, Serviços Centrais, *Registo Geral de Presos*, liv. 147, registo n.º 29371.
- 38** O *Lima*, 28.04.1962, nº 1010, ano III. Reproduz, em linhas gerais, a nota do SNI publicada no início do mês, onde se afirma que a “*agitação universitária constitui um dos objetivos da organização comunista portuguesa, que age de acordo com a directivas que recebe de Moscovo*” (O *Século*, 8.04.1962).
- 39** O *Lima*, 26.04.1962, nº 105, ano III.
- 40** *Jornal de Notícias*, 26.04.1974, p. 6. A mesma ideia de “*calma absoluta*” é transmitida pelo *Diário Popular*, na edição de 25.04.1974 (p. 9). Por sua vez, o jornal *A Capital*, de 26.04.1974, referia que “*a rotina [em Viana do*

Castelo] só foi perturbada pelo fecho das casas bancárias, com excepção do Banco de Portugal” e que as “*unidades militares e militarizadas mantiveram os seus dispositivos habituais, o comércio e a indústria continuaram em laboração (...) e a população manteve sempre a calma e serenidade*” (p. 15).

41 Contribuiu para o sucesso da operação do Batalhão de Caçadores 5016, sob o comando do major Medeiros de Almeida e do capitão Piteira Santos, a montagem da segurança à ponte de Vila do Conde providenciada por uma força destacada do 1.º GCAM da Póvoa do Varzim (Martelo, 2024, p. 202).

42 *A Época*, 28.04.1974, p. 2.

43 Não deixa, contudo, de ser uma coincidência a assinalar que em Lisboa, no mesmo dia em que se davam as operações militares, se tenha realizado uma conferência sobre a obra do autor limiano António Feijó, no Instituto Oriental da Sociedade de Língua Portuguesa, pelo poeta António de Pinho (*Jornal do Comércio*, 26.04.1974, p. 14).

44 *Cardeal Saraiva*, 10.05.1974.

45 *Cardeal Saraiva*, 19.07.1974, p. 2.

46 José Medeiros Ferreira contabilizou cerca de uma centena de manifestações, que mobilizaram aproxi-

madamente duzentos oradores, das quais existe uma notícia descritiva na imprensa. Entre elas, contabiliza a de Ponte de Lima (2023, p. 48 e 49).

47 *Cardeal Saraiva*, 17.05.1974, p. 1. Artigo assinado por Cláudio Lima.

48 *Cardeal Saraiva*, 03.05.1974.

49 *Cardeal Saraiva*, 03.05.1974.

50 *Cardeal Saraiva*, 17.05.1974, p. 3.

51 AMPL. LA (1972-1974), ata de 07.05.1974, f. 196v. O Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima deixam de exercer funções em meados de junho de 1974 (AMPL. LA, 1974-1976, ata de 18.06.1974, f. 7v e 8) na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 236-74, de 3 de junho, que dissolvia os corpos administrativos e atribuía competências ao Ministério da Administração Interna para nomear, em sua substituição, comissões administrativas.

52 *Cardeal Saraiva*, 17.05.1974.

53 *Cardeal Saraiva*, 24.05.1974, p. 3.

54 *Cardeal Saraiva*, 24.05.1974, p. 4.

55 *Cardeal Saraiva*, 21.06.1974, p. 3.

56 *A Capital*, 30.09.1974, p. 11.

57 *O Século*, 30.09.1974, p. 2.

58 *Cardeal Saraiva*, 27.09.1974, p. 1.

59 O jornal *Bandarra* surgiu em junho de 1974, mas só foi publicado em

setembro. Propriedade da Editorial Restauração, com sede em Lisboa, o jornal foi associado à mobilização do 28 de setembro. Até essa data, foram publicados três números (Marchi, 2020, p. 124).

60 AMPL. LA (1974-1976), ata de 08.10.1974, f. 36v. A alteração toponímica anterior tinha tido lugar em 1960. Nesse ano, a edilidade de Ponte de Lima estabelece um regulamento para a atribuição de nomes aos arruamentos. Determina-se que “*não devem manter-se os nomes que recordem lutas fratricidas ou que de qualquer modo, lembrem a divisão entre os portugueses*”. Consequentemente, desaparece a designação “Rua 31 de Janeiro”, que lembrava a revolta republicana no Porto de 1891, para dar lugar a Rua Agostinho José Taveira.

61 Cardeal Saraiva, 02.05.1975, p. 4.

62 Deocleciano Martins de Oliveira Filho nasceu na Bahia. Formado em Direito, ingressou na Magistratura e foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara em 1965. A par da sua atividade profissional, produziu diversos desenhos, pinturas e esculturas. Iniciou o movimento artístico-cultural que denominou “Ciclo do Bronze”. A

sua obra está presente nos estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro. A fachada e o interior do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro são ornamentados com estátuas e relevos de sua autoria.

63 Cardeal Saraiva, 07.03.1975, p. 1. Colaboraram na empresa, para além de António Amorim, Almiro Andrade, Amadeu Abílio Lopes, António Alves Sarda, António de Sousa Mota, António Rodrigues Tavares, António Rodrigues Tavares, Artur Sobral, Fernando de Abreu Teixeira, Horácio Pinto Coelho, João Lopes Valente Fiúza, João Sarmiento Pimentel, Joaquim Fernandes Bordalo, Leonel José Teixeira, Luís Fernando Borges Franco, Manuel da Costa Baptista Pires Leite, Manuel Gonçalves Meira, Milton Marques da Silva, Sebastião Pereira e Tito Soares de Miranda.

64 AMPL. LA (1974-1976), ata de 04.12.1974, f. 54. Em agosto de 1974 realizou-se, em Ponte de Lima, um jantar convívio “*promovido pelos Democratas de Ponte de Lima, Amigos e Admiradores de António de Sousa Amorim*”, onde Augusto de Castro e Sousa, Aníbal Marinho, Jaime Campos e Ribeiro da Silva exaltaram as

qualidades pessoais do homenageado e o seu contributo para “o engrandecimento da cultura e da Democracia”, bem como se partilharam histórias da camaradagem entre os presentes (*Cardeal Saraiva*, 30.08.1974, p. 3).

65 António Feio Ribeiro da Silva (1908-1985), licenciado em Direito, terá um papel preponderante na organização do MUD em Viana do Castelo. Foi preso diversas vezes, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista, e candidato à Assembleia da República, pelo CDE, em 1965.

66 AMPL. LA (1974-1976), ata de 31.12.1974, f. 65v e 66.

67 AMPL. *Ofício de Augusto Castro e Sousa dirigido ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal*, 21.01.1975.

68 A comissão integrava Jaime Pereira Campos, João Morgado de Moraes, Valentim Rodrigues de Moraes, João Fernando Pereira de Barros, Augusto de Castro e Sousa, José Valente Fiúza, Aníbal Marinho, Florentino do Vale Paiva, José Carlos Alves Pires Trigo, José Fernando Pereira de Abreu, Vasco Pereira Gonçalves e Tarquínio de Sousa Vieira (AMPL. LA, 1974-1976, ata de 26.02.1975, f. 80v.).

69 *Cardeal Saraiva*, 28.02.1975.

70 AMPL, LA (1974-1976), ata de 12.03.1975, f. 84.

71 Na missiva enviada por António Amorim ao Presidente da Comissão Administrativa informava-se que o busto seguiria “por determinação especial” de Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, por via marítima e mala diplomática (AMPL. *Carta de António Amorim dirigida ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal*, de 04.02.1975).

72 AMPL. LA (1974-1976), ata de 08.10.1975, f. 148v e 149. A obra de adaptação da praceta será adjudicada no mês de novembro, a uma empresa de Bertlandos (AMPL, LA, 1974-1976, ata 19.11.1975). A Comissão tinha, em março, sugerido que se expropriasse parte do quintal da Casa da Caridade para servir a praceta, o que não foi viabilizado pois o projeto já estava aprovado (AMPL. LA, 1974-1976, ata de 26.03.1974, f. 90).

73 *Cardeal Saraiva*, 23.04.1976, p. 1. A decisão de cunhar as medalhas foi tomada em 22.10.1975 (AMPL, LA, 1974-1976, ata de 22.10.1975, Lvº 41, f.155v). A venda das medalhas revertia para a Associação Humanitária

dos Bombeiros Voluntários de Ponte de Lima, por decisão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal (AMPL, LA, 1974-1976, ata de 24.03.1976, f. 2)

74 *Cardeal Saraiva*, 30.07.1976, p. 4.

O programa foi apresentado por Aníbal Marinho, Valentim Morais, José Valente Fiúza, Vasco Gonçalves e Augusto de Castro e Sousa na sessão camarária de 28.07.1976 (AMPL, LA, 1974-1976, ata de 24.03.1976, f. 27).

75 *Cardeal Saraiva*, 17.09.1976, p. 4.

76 O convite a Mário Soares foi formulado, pela mão de Augusto Castro e Sousa, em julho de 1976. Este afirma que seria uma honra contar com a presença de Mário Soares na homenagem “*que os Pontelimenses vão dedicar ao seu maior filho*”, o “*vulto da República e da Democracia*”. Reconhecendo o “*imenso trabalho político*” que absorveria o Secretário-geral do Partido Socialista, pede-lhe que não recuse o convite (Fundação Mário Soares/AMS. Arquivo Mário Soares, 1975-1986, “*Secções de Paranhos, Parede, Paredes de Coura, Paris, Penafiel, Pedrógão Grande, Penela, Penha de França, Peniche, Peso da Régua, Pinhal Novo, Pinhel, Pisões, Pombal, Ponte, Ponte de*

Lima (...)”. Disponível http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_79804). Refira-se que António Amorim hospedou, por diversas vezes, Mário Soares, nas suas deslocações ao Brasil (Cf. *Jornal Brasil*, 23.06.1977, p. 28).

77 *O Povo do Lima*, 16.09.1976, p. 1.

78 AMPL. LA (1974-1976), ata de 10.03.1976, f. 198. Em janeiro de 1973, a Câmara Municipal lavrou um voto de agradecimento a António Amorim “*pelos frequentes e regulares ofertas de livros remetidos com destino à Biblioteca Municipal*” (AMPL, LA, 1972-1974, ata de 18.01.1973, f. 85).

79 *Cardeal Saraiva*, 22.10.1976, p. 4.

80 *Cardeal Saraiva*, 18.10.1974, p. 1.

81 *Cardeal Saraiva*, 7.03.1975, p. 1.

82 Cf. Editorial de *O Povo do Lima*, 01.01.1975.

83 *Cardeal Saraiva*, 17.05.1974, p. 1.

84 *Bandarra*, 09.1974, p. 5.

85 *Cardeal Saraiva*, 12.07.1974, p. 2.

86 A comissão era constituída por João Fernando Pereira de Barros, Maria da Luz Gonçalves de Lima, Álvaro de Sousa e Castro, Augusto de Castro e Sousa, Manuel Amadeu Araújo Pimenta e Manuel Guerra Ferreira de Carvalho (Cf. *Cardeal Saraiva*, 23.08.1974, p. 4).

87 Faziam parte deste grupo Abel Carneiro, Gaspar de Castro Pacheco, Adélio José Pereira, Josias Barroso, Tarquínio de Sousa Vieira, António Joaquim Resende de Oliveira e Sílvio Fiúza Branco (Cf. *Cardeal Saraiva*, 23.08.1974, p. 2). A Comissão Instaladora do PPD reuniu no dia 19 de agosto, “*com a presença de vários aderentes, com vista a esclarecer o tipo de Sociedade proposto pelo Partido nas suas linhas programáticas*” (*Cardeal Saraiva*, 30.08.1974, p. 4).

88 *Cardeal Saraiva*, 01.11.1974, p. 2.

89 A comissão era composta por António Fernando Gonçalves Lima, Ilda Alves Coutinho, José Álvaro Rodrigues Pereira Fiúza, José Alves de Puga Coutinho, Manuel Gomes Dias, Maria Goretti Gomes Alves e Orlando de Sá Vieira Mendes (Cf. *Cardeal Saraiva*, 29.11.1974).

90 Será legalizado em 25.01.1975 e tomará a designação de Partido Social Democrata, a partir de 3.10.1976.

91 O PDC é suspenso pelo Conselho de Revolução por alegado envolvimento do seu secretário-geral, Sanches Osório, no 11 de Março. Será impedido de participar nas eleições de 25 de Abril de 1975. Participará, no ano seguinte, nas eleições legislativas.

92 Designação que toma o Movimento Federalista Português, uma das formações de direita que surge imediatamente após o 25 de Abril, a partir da decisão de assumir a configuração de partido político (Marchi, 2020, p. 32).

93 Reúne o Partido Trabalhista Democrático Português, Partido Liberal e Partido do Progresso.

94 *Cardeal Saraiva*, 27.09.1974.

95 *Cardeal Saraiva*, 27.09.1974.

96 *Cardeal Saraiva*, 11.10.1975, p. 2.

97 *Cardeal Saraiva*, 11.10.1974, p. 4.

98 Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) foi uma figura proeminente dos designados católicos progressistas, que ficará conhecido pela participação em várias causas sociais, pela denúncia de injustiças e pelo combate contra o regime, tendo sido preso três vezes. Foi um importante arquiteto e participou ativamente em várias organizações culturais.

99 *Cardeal Saraiva*, 25.10.1974. A crónica é assinada por Luís de Sousa Dantas e a fotografia de José Dantas.

100 AMPL. LA (1974-1976), ata de 8.10.1974, f. 37 e 37v.

101 AMPL. LA (1974-1976), ata de 27.08.1974, f. 22v.

102 Na sessão intervieram Oliveira e Silva, Dionísio Ferreira, Luz Lima,

João Fernandes Pereira de Barros e Augusto Castro e Sousa (*Cardeal Saraiva*, 8.11.1974, p. 4).

103 Na sessão usaram da palavra Abel Carneiro, Gaspar Pacheco, Francisco Barreto. Na mesa estavam, também, Sílvio Fiúza e António Lopes (*Cardeal Saraiva*, 15.11.1974, p. 4).

104 Tratou-se de um plenário que reuniu todas as comissões concelhias do distrito de Viana do Castelo. Usaram da palavra Romeu de Sousa, Calvet de Magalhães, António Augusto Durães, Orlando Mendes, Nuno Cruz, Alexandre Rodrigues e João Abel Cerqueira (*Cardeal Saraiva*, 15.11.1974, p. 2.).

105 Participaram nos trabalhos Abel Carneiro, Francisco Barreto e João Lemos. Compunham a mesa Sílvio Fiúza, António Oliveira, Tarquínio Vieira, Manuel Ramos e Josias Barroso (*Cardeal Saraiva*, 29.11.1974, p. 2).

106 Discursaram João Barros, Augusto de Castro e Sousa, Oliveira e Silva, Luís Trocado Esteves, Dionísio Ferreira e Luz Lima (*Cardeal Saraiva*, 22.11.1974, p. 4).

107 Participaram na sessão Dionísio Ferreira, João de Barros, Oliveira e Silva e Augusto de Castro e Sousa. Na sessão foram recordados dois habitan-

tes de Arcozelo que se destacaram na oposição ao regime salazarista: Bento Gonçalves Pereira e Bernardo de Sousa e Castro (*Cardeal Saraiva*, 29.11.1974, p. 4). No que diz respeito a Bernardo de Sousa e Castro foi preso pela PIDE em 02.04.1949, em Arcozelo, “*para averiguações de actividades subversivas*”. Foi restituído à liberdade três meses depois. Julgado em abril de 1950 foi absolvido (ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 96, registo n.º 19077).

108 Tomaram a palavra Gaspar Castro, Abel Carneiro e Francisco Barreto (*Cardeal Saraiva*, 06.12.1974, p. 2).

109 Produziram intervenções Dionísio Ferreira, Manuel Pinto de Araújo Pimenta, João de Barros e Augusto de Castro e Sousa (*Cardeal Saraiva*, 03.01.1975, p. 4).

110 *Cardeal Saraiva*, 03.01.1975, p. 2.

111 *Cardeal Saraiva*, 03.01.1975, p. 2.

112 AMPL. LA (1974-1976), ata de 31.12.1974, f. 65.

113 *Cardeal Saraiva*, 31.01.1975, p. 3.

114 *Cardeal Saraiva*, 10.01.1975. O comício tem lugar no dia 11 de janeiro, às 21.30 horas.

115 *Cardeal Saraiva*, 17.01.1975.

116 *O Povo do Lima*, 15.01.1975, p. 2.

117 Cardeal Saraiva, 10.01.1975, p. 4.

118 A Juventude Monárquica Revolucionária (JMR) era uma associação cívica de jovens que visava a “*luta pela consciencialização do Problema Institucional da Realeza e pela Restauração do regime Monárquico como única solução dos problemas nacionais*”. Opondo-se a “*qualquer tentativa anti-democrática de monopolização das massas jovens*”, tinha preocupações com a melhoria das condições de trabalho e a qualificação profissional da juventude. Considerava que a “*luta pela Liberdade e Democracia*” só eram possíveis “*na sua expressão mais pura, dentro de um Portugal Monárquico*” (cf. ADN, documento dactilografado, não datado, inserido no Documento composto, PT/ADN/EMGFA/5DIV/005/0016/016, de 1974). A direção da JMR (na qualidade de organismo da Convergência Democrática) defendeu, pouco tempo depois da revolução, as suas ideias sobre o futuro do país, destacando-se: o “*estabelecimento de uma política social progressiva que tenha como única entidade a servir a pessoa humana*”; a aceleração do desenvolvimento e económico, a “*distribuição equitativa do capital*”, a “*obrigatoriedade de aplicação da maior parte dos*

lucros dos detentores do capital em investimento a favor das classes trabalhadoras”, a existência de sindicatos livres, o pluralismo político e “*a convicção de que a solução do problema ultramarino não deverá assentar na força das armas, mas numa solução de carácter político-social, pela criação de estruturas justas não raciais, bem como pela aceleração da subida do nível médio cultural em todo o território nacional*” (ADN. PPM - Partido Popular Monárquico. Documento da Direção do JMR, 1974, PT/ADN/EMGFA/5DIV/005/0016/010).

119 Portugal Socialista, 20.02.1975, nº 28.

120 O Povo do Lima, 12.02.1975, p. 2.

121 Cardeal Saraiva, 21.03.1975; Portugal Socialista, 13.03.1975, nº 31, p. 14.

122 A Aurora do Lima, 25.02.1975, p. 1.

123 Cardeal Saraiva, 11.04.1975.

124 Cardeal Saraiva, 28.03.1975, p. 2.

125 Cardeal Saraiva, 11.04.1975, p. 4.

126 Cardeal Saraiva, 18.04.1975, p. 4.

A sessão do Partido Socialista decorreu na Escola do Tourão e a do Centro Democrático Social, no lugar de Nogueira.

127 Cardeal Saraiva, 18.04.1975, p. 4.

128 Esquerda Socialista, 15.04.1975, p. 11.

- 129** *Povo Livre*, 22.04.1975, p. 7.
- 130** *Cardeal Saraiva*, 27.12.1974, p. 2.
- 131** ADN. *Relatório da ação*, 18.01.1975, ponto 5.
- 132** ADN. *Relatório da ação*, 18.01.1975, ponto 12.
- 133** ADN. *Relatório da ação*, 05.03.1975 pontos 6 e 7.
- 134** *Diário Popular*, 11.03.1975, p. 16.
- 135** *Cardeal Saraiva*, 11.04.1975.
- 136** ADN. *Relatório da ação*, 17.04.1975.
- 137** ADN. *Relatório da ação*, 17.04.1975, ponto 12.
- 138** *O Povo do Lima*, 21.05.1975, p. 2.
- 139** *Cardeal Saraiva*, 28.03.1975, p. 4.
- 140** *Cardeal Saraiva*, 18.04.1975, p. 4.
- 141** *O Povo do Lima*, 23.04.1975.
- 142** A expressão é adotada por Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter. Segundo os autores, consideram-se “eleições fundadoras” os atos em que pela primeira vez após um regime autoritário os cargos eleitos de importância nacional são disputados em condições de razoável competitividade (Raimundo & Cancela, 2021, p. 16).
- 143** *Cardeal Saraiva*, 18.04.1975, p. 2.
- 144** *Unidade*, 26.02.1975, p. 9.
- 145** *Povo Livre*, 04.03.1975, p. 11.
- 146** *Povo Livre*, 06.05.1975, p. 4.
- 147** *Diário Governo*, nº 115, 2ª série, 19.05.1975.
- 148** *Cardeal Saraiva*, 02.05.1975.
- 149** *Cardeal Saraiva*, 02.05.1975, p. 2.
- 150** *Cardeal Saraiva*, 02.05.1975.
- 151** PORDATA. *Votos válidos na eleição para a Assembleia Constituinte 1975: total e por partido político ou coligação*.
- 152** *O Povo do Lima*, 05.05.1976, p. 4.
- 153** *Cardeal Saraiva*, 16.05.1975.
- 154** *Diário do Governo*, nº 115, 2ª série, 19.05.1975.
- 155** Nascido em Ponte de Lima era filho de Teófilo Maciel Pais Carneiro e de Carolina Adelaide Araújo de Almeida. Licenciado em Direito na Universidade de Coimbra, apoiou a candidatura de Norton de Matos e fez parte da Comissão de Apoio de Ponte de Lima à Campanha Eleitoral de Humberto Delgado. Declara-se independente a 11 de dezembro de 1975.
- 156** Natural de Lisboa. Membro fundador do Partido Popular Democrático. Foi sócio fundador da Cooperativa “Confronto” (Porto), dissolvida em 1971, pelo Ministério do Interior, e da Comissão Diocesana “Justiça e Paz”. Foi Governador Civil do Porto (1994-1995).

157 Natural do concelho de Vila Nova de Cerveira. Adotou, em dezembro de 1975, o estatuto de deputado independente, retomando a condição de deputado pelo PPD a 16 de fevereiro de 1976. Foi deputado em seis legislaturas e Governador Civil de Viana do Castelo (1989-1991; 1991-1995).

158 Nasceu em Monserrate, Viana do Castelo. Participou nas candidaturas de Norton de Matos e Humberto Delgado. Fundador do Partido Socialista. Foi deputado na I, II, IV, V e VI Legislaturas. Foi Governador Civil de Viana do Castelo (1976-1980; 1995-2002).

159 Natural de Lisboa. Foi membro da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática e promotor da candidatura de Norton de Matos (1949). Fundou a Ação Socialista (1964), com Mário Soares e Ramos da Costa. Exerceu funções governativas e presidiu a Assembleia da República. Foi presidente do Partido Socialista e, posteriormente, presidente honorário.

160 Nascido em Ponte de Lima era filho de Amadeu de Araújo Pimenta e de Lídia Alves Pinto. Substituiu Manuel Tito de Morais, em outubro de 1975.

161 Nascido em Lisboa era filho de Arnaldo de Castro Norton de Matos e de

Margarida Pedreira de Castro Norton. Sobrinho-neto do general José Norton de Matos. Foi membro fundador do Centro Democrático Social.

162 *Diário da Assembleia Constituinte*, 22.08.1975, nº 35, p. 926.

163 AMPL, *LA* (1974-1976), ata de 26.03.1975, f. 91v.

164 *Cardeal Saraiva*, 14.03.1975, p. 3. Na sequência dos acontecimentos do 11 de Março também foram assaltadas as sedes do CDS de Lisboa, Porto, Viseu, Braga e Viana do Castelo (Ferreira, 2023, p. 129).

165 *Cardeal Saraiva*, 28.03.1975.

166 *O Povo do Lima*, 26.03.1975. p. 4.

167 *O Povo do Lima*, 26.03.1975. p. 1.

168 *Cardeal Saraiva*, 28.03.1975.

169 *La Presse*, 29.03.1975.

170 *Cardeal Saraiva*, 22.08.1975, p. 4.

171 O MDLP reunia, fundamentalmente, os spinolistas (Tíscar, 2020, p. 185), tendo surgido na rede de militares envolvidos no 11 de Março, refugiados no Brasil e na Espanha. O movimento surge oficialmente em 1975, com sede em Madrid (Marchi, 2020, p. 262 e 269).

172 O ELP tinha a maioria dos seus membros concentrados na Galiza, junto à linha de fronteira, designadamente em Vigo, e colaborará para a criação

de um ambiente de agitação social que favorecesse a reversão do processo revolucionário, recorrendo a ações violentas (Tíscar, 2020, p. 158 e 159). Segundo Tíscar, o ELP representava “os velhos sectores do regime deposto pelo 25 de abril, legionários, quadros e agentes da PIDE/DGS e integrava elementos da estrutura colonial entretanto retornados” (2020, p. 185).

173 Segundo Rosas, o Plano Maria da Fonte era uma “rede de ativismo e mobilização contrarrevolucionária no interior do país, para o ataque à militância, às sedes e aos comícios de esquerda”, não possuindo uma direção formal era “articulado por empresários nortenhos e membros da Igreja Católica no Norte” (Rosas, 2024, p. 74).

174 O Povo do Lima, 13.08.1975, p. 1.

175 No comunicado, com o título “O Povo é quem mais ordena”, afirma-se que “o berço do grande General Norton de Matos não aceita em sua terra natal comunistas”. Faz-se um apelo às mulheres limianas para que assumam a atitude da Padeira de Aljubarrota e expulsem os comunistas de Ponte de Lima e do país. Afirma-se, igualmente, que “o povo limiano apoia e respeita todas as etnias, partidos e credos, me-

nos os comunistas e seus lacaios oportunistas” (Cf. Direção da ORVC do PCP., 2023, p. 61).

176 O Povo do Lima, 27.08.1975, p. 1.

177 Cardeal Saraiva, 22.08.1975, p. 4.

178 O Povo do Lima, 27.08.1975, p. 4.

179 Comunicado da DORN do PCP, 19.08.1975.

180 Cardeal Saraiva, 29.08.1975, p. 2.

181 Diário da Assembleia Constituinte, Sessão de 20.08.1975, nº 34, de 21.08.1975, p. 893.

182 Cardeal Saraiva, 29.08.1975, p. 2.

183 AMPL. LA (1974-1976), ata de 27.08.1975, f. 134v.

184 La Presse, 19.08.1975.

185 La Voix d’Est, 20.08.1975, p. 19.

186 Le Droit, 20.08.1975, p. 23.

187 New York Times, 20.08.1975.

188 O assunto é tratado na primeira página dos jornais: *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro; *Diário de Pernambuco*; *Diário de Natal* e *Tribuna da Imprensa*.

189 The Scotman, 19.08.1975, p. 1.

190 Le Monde, 20.08.1975.

191 O texto de Luís de Sousa Dantas foi publicado no *Cardeal Saraiva* de 26.09.1975, p. 1. Por sua vez, os poemas de Amândio Sousa Dantas foram publicado no mesmo jornal, nas edições de 26.09.1975 (p. 4) e 27.08.1976 (p. 4).

192 O relatório de contas da homenagem foi publicado no *Cardeal Saraiva*, no dia 08.10.1976. É referida a despesa com marmorista.

193 *O Povo do Lima*, 24.09.1975, p. 2.

194 *Jornal Brasil*, 18.09.1975, p. 10 e *Diário de Pernambuco*, 18.09.1975, p. 12.

195 *Cardeal Saraiva*, 17.10.1975, p. 2.

196 *Diário de Lisboa*, 09.10.1975, p. 2.

197 *Cardeal Saraiva*, 24.10.1975, p. 2.

198 *Diário da Assembleia Constituinte*, 11.10.1975, nº 62, p. 1902.

199 O assassinato acontece a 12 de outubro de 1972, nas instalações de Económicas e “marcou toda uma geração de jovens” (Pimentel, 2007, p. 411). A presença de PIDE no local é denunciada pelos estudantes. Na sequência de escaramuças entre os estudantes e a polícia, os agentes disparam e atingem José Lamego e José Ribeiro dos Santos, que não sobrevive. O seu funeral converte-se numa manifestação silenciosa contra o regime. A PIDE intervém e prende duas dezenas de pessoas (Cardina, 2011, p. 82).

200 *Cardeal Saraiva*, 05.12.1975, p. 1.

201 *Diário de Lisboa*, 11.10.1975. O jornal clandestino “Luta Popular” era o principal órgão do MRPP. Publicado desde 1971, atingiu elevadas tiragens,

sem par entre as publicações da extrema-esquerda. Continuou a ser editado depois do 25 de Abril (Pereira, 2013, pp. 409 e 410).

202 Publicação clandestina da Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, cujo primeiro número data de junho de 1971. Circulava fundamentalmente entre os estudantes de Lisboa. A interrupção da sua publicação durante vários meses em 1973 é atribuída à repressão (Cf. Pereira, 2013, pp. 330-333). É, muito provável, que a prisão de José Alexandrino de Sousa esteja relacionada com este interregno.

203 *O Comércio do Porto*, 26.11.1975, p. 2.

204 *O Primeiro de Janeiro*, 27.11.1975, p. 4.

205 *Cardeal Saraiva*, 20.12.1974, p. 3.

206 Pretendia-se iluminar a via pública na Rua Sá Coutinho e à volta da Capela de S. João, na Calçada dos Aflitos, na Rua Conde Bertiandos e na ligação entre a Avenida António Feijó e o Campo do Cruzeiro (AMPL. LA, 1974-1976, ata de 04.12.1974, f. 58).

207 *Cardeal Saraiva*, 11.04.1975.

208 AMPL. LA, 1976-1978, ata de 22.09.1976, f. 38.

209 *Cardeal Saraiva*, 28.03.1975, p. 4.

210 AMPL. LA, 1974-1976, ata de 09.04.1975, f. 94v.

211 AMPL, LA (1974-1976), ata de 22.10.1974, f. 40v.

212 AMPL, LA (1974-1975), ata de 29.01.1975, f. 75v.

213 *Cardeal Saraiva*, 11.04.1975, p. 3.

214 AMPL, LA (1976-1978), ata de 02.06.1976, f. 13.

215 *Cardeal Saraiva*, 21.03.1975, p. 4.

216 *Cardeal Saraiva*, 04.04.1975 (p. 3) e 11.04.1975 (p. 3).

217 *Cardeal Saraiva*, 19.03.1976, p. 3) e AMPL. LA (1976-1978), ata de 17.06.1976, f. 16v.

218 *Cardeal Saraiva*, 21.05.1976, p. 4.

219 AMPL, LA (1976-1978), ata de 14.07.1976, f. 23v. Em agosto, a câmara cederá uma dependência do mercado municipal para servir de sede da Sociedade (AMPL LA, 1976-1978, ata de 11.08.1976, f. 29v).

220 AMPL, LA (1974-1976), ata de 22.10.1974, f. 41v.

221 *Cardeal Saraiva*, 20.12.1974, p. 4.

222 AMPL, LA (1974-1976), ata de 15.12.1976, f. 50v.

223 As campanhas de dinamização cultural decorrem entre outubro de 1974 e início do ano de 1976, apesar de a sua estrutura organizativa central

ter sido extinta a 26 de Novembro de 1975 (Almeida, 2008, p. 822).

224 A 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas foi uma iniciativa do General Costa Gomes (1914-2001), tendo sido criado em meados de junho de 1974 (Ribeiro, 2014, p. 81).

225 *Movimento - Boletim informativo das Forças Armadas*, nº 11, de 25.02.1975, p. 3. Segundo Vespeira de Almeida a campanha contou ainda com a participação do conjunto “Boinas Verdes” e do Rancho Regional de Merufe. A Operação Verdade inclui sessões de cinema e a apresentação da peça “Era uma vez”, adaptação da obra de Alfredo Nery Paiva (Almeida, 2024, p. 82). O jornal *Cardeal Saraiva* noticiou esta campanha referindo que, a par das sessões, houve “*demonstrações com helicópteros, espectáculos de teatro e concertos musicais*”. Segundo o jornal a campanha “*prossegue ordenadamente e com resultados satisfatórios, de forma geral*” (*Cardeal Saraiva*, 07.02.1975, p. 1).

226 *Cardeal Saraiva*, 28.02.1975, p. 2.

227 *Cardeal Saraiva*, 28.02.1975, p. 2.

228 *Cardeal Saraiva*, 07.03.1975.

229 *Cardeal Saraiva*, 07.03.1975.

230 *O Povo do Lima*, 12.03.1975, p. 1.

231 *O Povo do Lima*, 26.02.1975, p. 4.

- 232** *Cardeal Saraiva*, 21.02.1975, p. 3. Nesta edição anunciava-se que um grupo de lanchas pneumáticas efetuariam diversas evoluções no Rio Lima.
- 233** *Cardeal Saraiva*, 28.03.1975, p. 4.
- 234** ADN. *Ofício dirigido ao Chefe da 5ª Divisão/EMGFA do Comandante do Batalhão de Caçadores 9, Viana do Castelo*, 26.02.1975.
- 235** ADN. *Ofício dirigido à Comissão Central de Dinamização Cultural por um grupo de habitantes da freguesia de Refoios*, 27.01.1975.
- 236** ADN. *Ofício dirigido ao Primeiro-ministro pelo Presidente da CA Junta de Freguesia de Bertandós, Manuel de Barros*, 14.05.1975.
- 237** ADN. *Ofício dirigido à Comissão Central de Dinamização Cultural pelo Presidente da CA Junta de Freguesia de Moreira do Lima, Domingos de Lima Fernandes*, 18.06.1975.
- 238** *Cardeal Saraiva*, 16.04.1976, p. 4. O artigo é assinado por “César”.
- 239** AMPL, LA (1974-1976), ata 27.08.1974, f. 22v e 23.
- 240** *Cardeal Saraiva*, 01.11.1974, p. 2.
- 241** Cf. Artº 16º do Decreto-Lei n.º 270/75, de 30 de Maio.
- 242** AMPL, LA (1974-1976), ata de 21.05.1975, f. 101.
- 243** AMPL, LA (1974-1976), ata 5.11.1975, f. 157.
- 244** *O Primeiro de Janeiro*, 25.11.1975, p. 4.
- 245** *Liberdade*, 06.12.1974, p. 11.
- 246** INE. *Estatísticas da Educação*, 1975.
- 247** *Cardeal Saraiva*, 20.12.1974, p. 3. A reedição foi aprovada em reunião de 19.06.1976, tendo sido encarregue da sua revisão e atualização o António Matos Reis. A publicação é considerada “um trabalho que muito contribuiu e contribui não só para despertar o interesse da população pela história da sua terra mas, também, para fomentar o amor que todo o cidadão deve dedicar ao torrão que o viu nascer” (AMPL, LA, 1976-1978, ata de 19.06.1976, f. 17).
- 248** Seguindo as instruções da Circular n.º 1/75 de 26 de Março de 1975, assinado pela Diretora Geral Maria Justina Sepúlveda Fonseca.
- 249** No caso da escola primária da vila foram destruídos 33 livros (AMPL, LA, 1974-1976, ata de 05.04.1975) e em Refoios do Lima, 45 publicações (AMPL, *Auto de destruição*, Escola do Tourão, 19.04.1975).
- 250** Refira-se que Santo António, a par de outros santos portugueses, foi objeto

de várias publicações destinadas a públicos distintos, mas que partilhavam a circunstância de subtrair “a santidade ao âmbito eclesiástico” para o inserir “na propaganda estatal” (Rosa, 2000, p. 342).

251 *O Povo do Lima*, 17.12.1975, p. 4.

252 AMPL. LA (1974-1976), ata de 24.09.1974, f. 35v.

253 Tratar-se-ão dos documentários “Nueva Escuela” (1973), de Jorge Fra-ga, que retrata a revolução educacional naquele país sob a liderança de Fidel Castro; “Giron” (1972), de Manuel Herrera, sobre a vitória cubana na tentativa de invasão americana da Baía dos Porcos; “História de uma batalha” (1962), de Manuel Octavio Gómez, sobre a luta contra o analfabetismo em Cuba; “79 Primaveras” (1969), de Santiago Álvarez, uma homenagem a Ho Chi Minh e ao povo vietnamita.

254 *Cardeal Saraiva*, 11.07.1975, p. 2. A semana decorreu entre 22 e 26 de julho (cf. *O Povo do Lima*, 30.07.1975, p. 3).

255 *O Povo do Lima*, 12.02.1975, p. 2.

256 *Cardeal Saraiva*, 19.12.1975, p. 3.

257 *Cardeal Saraiva*, 22.11.1975.

258 *Cardeal Saraiva*, 06.12.1975, p. 2.

259 Em dezembro, estava prevista a atuação em S. Julião de Freixo para a apresentação das peças “Auto da Bar-

ca do Inferno” e “o Doido e a Morte” (*Cardeal Saraiva*, 06.12.1975).

260 Em janeiro de 1976 registava-se a realização, em S. Martinho da Gandra, da representação da peça “Purgatório e Paraíso”, por um grupo de amadores de Arcozelo (*Cardeal Saraiva*, 23.01.1976, p. 4). Em outubro do mesmo ano, a MORLIMA apresenta as peças “A Comissão do Marujo” e “O Retábulo das Maravilhas”, que estreara em Viana do Castelo, no dia 26 de agosto (*Cardeal Saraiva*, 08.10.1976, p. 2).

261 AMPL. LA (1974-1976), ata de 2.07.1974, f. 10.

262 AMPL, LA (1974-1976), ata de 16.07.1975, f. 116.

263 AMPL, LA (1974-1976), atas de 11.02.1976 e 24.03.1976, f. 198.

264 Utilizamos a expressão que se tornou comum e que tem origem na designação dada à instituição criada para acolher e integrar os portugueses que regressavam ao território nacional, Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), criado em março de 1975 (cf. Peralta, 2024, p. 112).

265 *Cardeal Saraiva*, 12.09.1975, p. 7.

266 *Cardeal Saraiva*, 28.11.1975, p. 2.

267 AMPL. LA (1976-1978), ata de 05.05.1976, f. 9.

- 268** AMPL. LA (1976-1978), ata de 21.04.1976, f. 5v.
- 269** *Cardeal Saraiva*, 03.10.1975, p. 4.
- 270** *Cardeal Saraiva*, 19.12.1975, p. 2.
- 271** O Movimento Nacional Pró-Divórcio foi criado em 20 de maio de 1974 e defendia a revisão da Concordata, a legalização dos filhos considerados ilegítimos e o direito ao divórcio civil para as pessoas casadas pela Igreja Católica (Cf. Ferreira, 2024, p. 187).
- 272** Resolução do Conselho de Ministro, de 7 de janeiro de 1975, publicada no *Diário do Governo*, n.º 11/1975, Série I de 14.01.1975, p. 25.
- 273** *Nova Terra*, 15.05.1975, p. 11.
- 274** *Tempo*, 29.05.1975, p. 20.
- 275** *Democracia* 74, 23.01.1975, p. 5.
- 276** *Povo Livre*, nº 21, 31.12.1974, p. 11.
- 277** *O Povo do Lima*, 11.03.1976
- 278** *Cardeal Saraiva*, 24.05.1974, p. 2.
- 279** *Cardeal Saraiva*, 09.08.1974, p. 1.
- 280** *Cardeal Saraiva*, 06.09.1974, p. 2. A FNAT passará a designar-se, a partir de Abril de 1975, INATEL, regendo-se por um novo estatuto e modelo de ação (Valente, 2010, p. 213).
- 281** AMPL. LA (1974-1976), ata 10.09.1974, f. 28v
- 282** AMPL. LA (1974-1976), ata 24.09.1974, f. 33v e 34.
- 283** *Cardeal Saraiva*, 23.05.1975, p. 4.
- 284** *Cardeal Saraiva*, 11.07.1975, p. 1.
- 285** *Cardeal Saraiva*, 26.09.1975, p. 1.
- 286** *Cardeal Saraiva*, 26.09.1975, p. 4.
- 287** AMPL. LA (1974-1976), ata de 26.11.1974, f. 52v.
- 288** Decreto-Lei 210-A/75, de 18 de Abril.
- 289** *Cardeal Saraiva*, 2.05.1975, p. 4.
- 290** *Cardeal Saraiva*, 9.05.1975, p. 4.
- 291** AMPL. LA (1976-1978), ata 06.10.1976, f. 40v.
- 292** *Cardeal Saraiva*, 05.03.1976, p. 2. Na reunião esteve, também, presente Pimenta Martins, dirigente do partido em Braga.
- 293** *Cardeal Saraiva*, 02.04.1976, p. 3. O comício foi realizado na Avenida D. Luiz Filipe, depois designada 5 de Outubro, no dia de feira quinzenal.
- 294** *Cardeal Saraiva*, 16.04.1976, p. 4.
- 295** Uma caravana do PPD, partindo do Porto, passou pela vila de Ponte de Lima, em março (Cf. *Cardeal Saraiva*, 02.04.1976, p. 3).
- 296** O PPD anunciou a realização de sessões de esclarecimento na freguesia de S. Martinho da Gandra e um comício na vila (Cf. *Cardeal Saraiva*, 02.04.1976, p. 3). Em Refoios do Lima, o referido partido realizou um

comício, tendo usado da palavra Américo Cerqueira (Cf. *Cardeal Saraiva*, 16.04.1976, p. 3).

297 *A Aurora do Lima*, 22.04.1976. p. 1.

298 *Cardeal Saraiva*, 09.04.1976, p. 2.

299 *Cardeal Saraiva*, 30.04.1976, p. 1.

300 *Diário da República*, nº 243, de 16.10.1976.

301 Cf. quadro publicado no jornal *O Povo do Lima*, 05.05.1976, p. 5.

302 Professor. Foi deputado na I, V, VI e VII Legislaturas, pelo círculo de Viana do Castelo. Presidiu a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (1982-1993) e a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez.

303 Foi deputado na I, II, III e IV Legislatura. Representou os círculos de Viana do Castelo e do Porto.

304 Foi deputado na I, II, III e IV Legislatura. Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima durante três mandatos.

305 Cf. *Cardeal Saraiva*, 25.07.1976, p. 1.

306 *Cardeal Saraiva*, 25.07.1976, p. 1.

307 *Cardeal Saraiva*, 02.07.1976, p. 2.

308 Cf. quadro publicado em *O Povo do Lima*, 05.07.1976, p. 4.

309 PORDATA. Votos válidos na eleição para a Presidência da República de

1976: total e por candidato Presidencial. Dados obtidos em <https://www.pordata.pt>.

310 *Cardeal Saraiva*, 19.11.1976. Pela **Frente Eleitoral Povo Unido** (FEPU) concorriam os efetivos Augusto Amorim de Castro e Sousa, António Fernando Gonçalves Lima, João Luís da Almeida Gomes Ferraz, Acácio de Barros Pereira Pimenta, Baltasar Boaventura Gonçalves de Lima, Maria Clara Lopes Gonçalves e Tarquínio de Silva Sousa Vieira; pelo Partido Socialista, Manuel Amadeu Pinto de Araújo Pimenta, António Inácio Vaz da Mota Vieira, José de Barros Gonçalves, João António da Cunha Rodrigues Cruz, José da Costa Gonçalves Pita, José Pereira Rodrigues Lima e José Morgado Morais; pelo **Partido Popular Democrático**, António Manuel Alves Fernandes, João Alves de Sousa Varajão, Josias Soares Alvim Barroso, Amadeu Baptista de Carvalho, Avelino Pereira de Barros, César Morais Martins e Manuel Joaquim Alves de Araújo; pelo **Centro Democrático Social**, João Gomes de Abreu Lima, Fernando Augusto de Vasconcelos Calheiros de Barros, Januário da Rocha Oliveira, Henrique de Melo Botelho Negrão, Alberto Ta-

veira da Costa e Sousa, António Barros de Araújo e José Gonçalves da Silva. O líder do CDS, Freitas do Amaral esteve na freguesia de Moreira do Lima no dia 2 de outubro. A Casa do Povo acolheu uma sessão de esclarecimento, aberta por António Joaquim Mimoso de Moraes, que foi muito participada, vindo “gente daqui e de muitos locais” (*Cardeal Saraiva*, 15.10.1976, p. 2).

311 *Cardeal Saraiva*, 10.12.1976, p. 1.

312 *Cardeal Saraiva*, 17.12.1976, p. 1.

313 *O Povo do Lima*, 21.01.1977, p. 3.

314 A tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponte de Lima deu-se no dia 23 de novembro de 1974, sendo composta por João António Pinto de Araújo Pimenta, José Cândido de Araújo Rodrigues, Valentim Rodrigues de Moraes, Josias Soares de Alvim Barroso e Manuel Moraes Fernandes. A primeira reunião decorreu em 26 de novembro (AMPL, LA, 1974-1976, ata de 26.11.1974, f. 50v.)

315 AMPL, LA (1976-1978), ata de 11.01.1977.

